



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Pós-doutoranda: MARELI ELIANE GRAUPE ELIANE GRAUPE

Contribuições do Curso de formação a Distância Gênero e Diversidade na
Escola – GDE e o Projeto Papo nas discussões sobre gênero e sexualidades
nas escolas

RELATÓRIO FINAL de atividades
desenvolvidas no PPGAS e no
NIGS/UFSC e no IEG/UFSC de
dezembro de 2011 até novembro de
2012, como parte do Estágio de Pós-
Doutoral.

Professora Supervisora: Dr^a
Miriam Pillar Grossi

Florianópolis, dezembro de 2012.



GRAUPE, Mareli Eliane. **Contribuições do Curso de formação a Distância Gênero e Diversidade na Escola – GDE e o Projeto Papo nas discussões sobre gênero e sexualidades nas escolas.** Relatório Final de Pesquisa (Pós-doutorado), NIGS/UFSC e IEG/UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

Este relatório registra as atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão desenvolvidas em nível de Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ao Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero (NIGS) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) na Universidade Federal de Santa Catarina com bolsa PNPd-CAPES-UFSC, no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012. As atividades desenvolvidas no NIGS e no IEG e o Projeto de Pesquisa fazem parte do projeto institucional intitulado *Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa Catarina (2011-2014)*, que é coordenado pela professora Dr^a Miriam Pillar Grossi. O relatório está dividido em três partes. Na primeira parte consta o trabalho desenvolvido no Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero (NIGS) no período de dezembro de 2011 até junho de 2012. Na segunda descrevo as atividades desenvolvidas durante a implementação da segunda edição do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina neste ano de 2012. Na última parte apresento reflexões sobre as políticas públicas de implementação do Curso GDE e de atividades de extensão desenvolvidas pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades no campo da diversidade e sexualidade neste ano de 2012.

Palavras-chave: Gênero, Diversidade, formação continuada, professor@s, escola.



Sumário

I. PARTE: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES - NIGS:	6
1.1 Coordenação do Grupo de Estudos: Educação e Gênero.....	7
1.2. Sub-coordenação do CINE NIGS.....	9
1.3 IV Sub-coordenação do Concurso de Cartazes sobre, Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas.....	9
1.4 Sub-coordenação do Curso Formação continuada sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia nas escolas.....	11
II.PARTE: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO - IEG	14
2.1 Sub-coordenação do Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola - GDE	14
2.2 Coordenação de Tutoria.....	16
2.3 Sub-coordenação das reuniões Gerais do Curso GDE.....	17
3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ORAL	18
4. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS COMO OUVINTE	19
5. ENTREVISTAS	23



TÍTULO DO PROJETO: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE FORMAÇÃO A DISTÂNCIA GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA – GDE E O PROJETO PAPO NAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS.....	25
1. Introdução e justificativa	25
2. Objetivos.....	28
2.1 Objetivo Geral.....	28
2.2 Objetivos específicos.....	29
3. Revisão Bibliográfica	29
4. Metodologia	33
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	35
6. Referências Bibliográficas.....	47
ANEXOS	51
A) IMPACTOS DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA – GDE NA FORMAÇÃO DE EDUCADOR@S	52
B) ESCOLA COMO ESPAÇO PARA RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS .	66
C) SUBPROJETO: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADES, HOMO-LESBO-TRANSFOBIA NAS ESCOLAS	83
D) RELATÓRIO DO SUB-PROJETO FORMAÇÃO CONTINUADA	91
E) RELATÓRIO DO IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS - 2012.....	128
F) ARTIGO ELABORADO PARA IDAHO.....	160
G) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO GDE.....	172



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe



RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

I. PARTE: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES (NIGS):

Durante o período de dezembro de 2011 até junho de 2012 atuei como pesquisadora no Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS), vinculado ao LAS (Laboratório de Antropologia) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenado pela Dra Miriam Pillar Grossi e no período de julho até novembro de 2012 trabalhei juntamente com a minha orientadora na implementação do projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

O NIGS foi fundado no ano de 1991 e desenvolve pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero, Sexualidade e de Metodologia de Pesquisa buscando articular os campos de ensino, pesquisa e extensão, na área das Ciências Humanas¹.

Este é um núcleo composto por pesquisador@s que realizam trabalhos acadêmicos sobre temas diversos que têm em comum pesquisas nas áreas de gênero, sexualidades e violências. No NIGS me integrei no Projeto “Papo Sério” - Discussões sobre Gênero, Homofobia e Prevenção com estudantes de escolas públicas de Santa Catarina (Edição 2012), uma vez que este é o principal projeto de pesquisa e extensão da equipe realizado em escolas.

Além de suas atividades de pesquisa de graduação, mestrado e doutorado, @s pesquisador@s do NIGS, primeiramente, participam de uma formação sobre gênero, sexualidades, violências, concepções teóricas e metodológicas no campo da educação, para posteriormente desenvolverem em equipe, as oficinas pedagógicas nas escolas públicas da grande Florianópolis.

¹ Dados sobre o NIGS estão disponíveis em <http://www.nigs.ufsc.br/>.



Busca-se discutir referenciais teóricos que permitam a construção de uma visão plural sobre sexualidades; estimular reflexões sobre como as estas temáticas são representadas socialmente na nossa sociedade; conhecer e apreender subsídios teóricos que possibilitem a construção de materiais pedagógicos que contribuam no desenvolvimento das oficinas.

Neste núcleo tive a oportunidade de realizar várias outras atividades que contribuíram para o meu processo de qualificação profissional, a exemplo de:

1.1 Coordenação do Grupo de Estudos: Educação e Gênero

No primeiro semestre de 2012, coordenei o grupo de estudos sobre educação e gênero onde desenvolvi atividades diretamente ligadas a formação de estudantes de graduação de diferentes cursos da UFSC: uma graduanda da Pedagogia (Kathilça Lopes), uma do Serviço Social (Nattany Caruline Santos Rodrigues), dois graduandos das Ciências Sociais (Bruno Pereira Cordeiro e Bruna Köppel) e uma graduanda da Museologia (Júlia Godinho). Também, participavam deste encontro quatro alun@s de Prática de Pesquisa. Os encontros aconteciam semanalmente, nas segundas-feiras das 10h00min às 12 horas para a discussão de temas no campo da educação relacionados à pesquisa e as atividades de extensão que são desenvolvidas no NIGS, assim como, para o planejamento do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas.

É importante salientar que alguns dest@s alun@s, com @s quais eu trabalhei, eram bolsistas vinculados ao Programa de Bolsa Permanência-UFSC, ou seja, alun@s que ingressaram em vestibular da UFSC através de programa de ações afirmativas para estudantes de escolas públicas e com auto identificação de minorias étnico-raciais. O projeto atingiu também um dos objetivos de apoio do programa institucional de bolsas permanência, direcionado a estudantes em situação de carência socioeconômica, para os quais oferecemos uma formação acadêmica continuada, proporcionando complementação do processo de ensino-aprendizagem através do



desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas à suas áreas de formação acadêmicas.

Quadro I – Atividades do Grupo de Estudos Educação e Gênero

DATA / LOCAL	Horário E coordenação	Tema
Segunda-feira 26/03/2012 Sala do NIGS	10:00 às 12:00 horas Mareli Eliane Graupe	- Planejamento e avaliação das atividades referentes ao IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofonia e Transfobia nas escolas;
Segunda-feira 02/04/2012 Sala do NIGS	10 às 12hs Mareli Eliane Graupe	- Texto: CAPÍTULO 04: Professoras e Professores: que representam e como atuam em sala de aula? In: Grossi, Miriam e Fernandes, Felipe. (2012- livro no Prelo)
Segunda-feira 09/04/2012 Sala 111	10:00 às 12:00 horas Miriam Pillar Grossi e Mareli Eliane Graupe	- Palestra: Educação e Antropologia, professor Nicanor Rebolledo- UPN/México
Segunda-feira 16/04/2012 Sala do NIGS	10:30 até 12:00 horas – Mareli Eliane Graupe	Reunião de planejamento - Projeto Papo Sério
Segunda-feira 23/04/2012 Sala	09:00 às 12:00 horas 12:00 até 12:30h horas - Mareli Eliane Graupe	- Oficina : “ Televisão e Mídia ”, coordenada por Izabela Linz Reunião de planejamento - Projeto Papo Sério
30/04/2012		Feriado
Segunda-feira 07/05/2012 Sala do NIGS	10:30 até 12:00 horas – Mareli Eliane Graupe e Miriam Pillar Grossi	Reunião Geral de planejamento Projeto Papo Sério-



Segunda-feira 14/05/2012	09:00 até 12:30 horas – Mareli Eliane Graupe	- Montagem da Exposição do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas
Segunda-feira 21/05/2012 Sala do NIGS	10:00 até 12:00 horas – Mareli Eliane Graupe	Reunião de planejamento Projeto Papo Sêrio
Segunda-feira 04/06/2012 Sala do NIGS	10:00 até 12:00 horas Mareli Eliane Graupe e Miriam Pillar Grossi	Reunião de avaliação do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas e elaboração do relatório.
Segunda-feira 11/06/2012	10:00 até 12:00 horas Mareli Eliane Graupe	O papel social e o imaginário dos jovens na África do Sul Palestrante: Alex Vailati - Pos-doutorando DICH/NAVI/UFSC
Segunda-feira 18/06/2012	10:00 até 12:00 horas Mareli Eliane Graupe	Educação, Ações Afirmativas e Relações Raciais Palestrante: José Nilton de Almeida (Doutor em Educação, Pós-doutorando em Antropologia Social-PPGAS/UFSC)

1.2. Sub-coordenação do CINE NIGS

10/03/2012: CINE NIGS no BAZAR COISAS de MÃE

Local: SECS/CACUPÉ

Parceria: NIGS/Bazar coisas de mãe

Sub-coordenação: Mareli Eliane Graupe e Lígia Sena

Filmes: Acorda Raimundo, acorda e Vovozinha e o feminismo.

1.3 IV Sub-coordenação do Concurso de Cartazes sobre, Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas

O Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas surgiu em 2009, como uma das atividades do projeto de extensão



Papo Sério, que inicialmente previa apenas a realização de oficinas em escolas públicas de Florianópolis.

O Concurso foi idealizado como parte das lutas relativas ao dia 17 de maio (data instituída por lei no município de Florianópolis como Dia Municipal contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia), com o objetivo de possibilitar que professor@s incluíssem em seus planos de aulas atividades que abordassem essas temáticas.

Na primeira edição, quatro escolas de Florianópolis participaram, com 97 alunos e quatro professoras coordenadoras. Na segunda, o número de escolas dobrou, sendo que 165 estudantes confeccionaram cartazes orientados por 11 professor@s. As oito escolas participantes eram de cinco municípios de Santa Catarina, outro diferencial do I Concurso, que atingiu apenas Florianópolis.

Em 2011 houve um aumento significativo no número de escolas, professor@s e alun@s que participaram desta edição do concurso; foram recebidos 123 cartazes enviados por 367 alun@s de dezoito escolas da rede públicas de Florianópolis e Grande Florianópolis, envolvendo vinte e três professor@s.

No ano de 2012 participaram deste projeto onze escolas da Grande Florianópolis, 310 alun@s do Ensino Fundamental e Médio e doze professor@s coordenador@s dos trabalhos. No total foram enviados 88 cartazes alusivos as temáticas de combate a homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. O IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS foi realizado junto ao Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero – NIGS e com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - CMPPM no período de março a junho de 2012.

Esta experiência contribuiu para a minha formação continuada, pois tive a oportunidade de dialogar com alun@s e professor@s de escolas públicas sobre as necessidades, dificuldades d@s mesm@s em relação a estas temáticas. Além disso, este intercâmbio de informações e conhecimentos entre



academia e escola, é frutífero para o direcionamento dos estudos enquanto pesquisadora na área de gênero e educação, objetivando aproximar, desta forma, a pesquisa e os interesses atuais das escolas.

1.4 Sub-coordenação do Curso Formação continuada sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia nas escolas

Público alvo: professores de Educação Básica
Sub-coordenação: Mareli Eliane Graupe

Módulo I: Gênero e educação (presencial)

Data: 23/04/2012
Horário: 13:30 até 17:30hs
Local: Miniauditório - CFH

Módulo II: Gênero e educação (semi-presencial)

Módulo III: Homo-lesbo-transfobia na escola (presencial)

Data: 17/05/2012
Local: Auditório do CFH
Horário: 13:30 até 17:30hs

Módulo IV: Educação, diversidade e violências de gênero (presencial)

Data: 23/05/2012
Local: Auditório do CFH
Horário: 13:30 até 17:30hs

Módulo V: Sexualidades e orientação sexual (presencial)

Data: **19/06/2012**
Local: miniauditório CFH
Horário: 13:30 até 17:30hs

Participaram deste projeto 24 professores, 10 alunos de graduação e uma equipe de seis coordenadores do curso, e cinco palestrantes que foram convidados para atividades pontuais.

A proposta do **curso de formação continuada para professoras/es sobre gênero, sexualidade e homo-lesbo-transfobia nas escolas** surgiu



também como uma necessidade atual das/os profissionais da educação, uma vez que nos últimos anos foram lançadas várias políticas públicas que enfatizam a importância da realização de trabalhos contra a homofobia e sexismo na educação e na sociedade. Como exemplo, podemos citar que os oito anos do governo Lula (2003-2010) representaram um momento de ascensão do combate à homofobia e ao sexismo no campo da Educação. Como pauta assumida pelo governo federal de Lula, a reflexão dos impactos das desigualdades entre homens e mulheres nos processos de escolarização formal no sistema nacional de ensino público percorreram todo o período de seu governo.

Como resultado, destas políticas, o Ministério da Educação (MEC) assumiu, através de sua agência “caçula”, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD - criada em 2004), a elaboração e execução de políticas educacionais de combate à discriminação e preconceito no âmbito do sistema nacional de educação, priorizando os “eixos de opressão” do racismo, do sexismo e da homofobia. Portanto, com base nisso, entendemos que o governo Lula induziu uma pauta anti-sexismo e anti-homofobia no sistema educacional brasileiro provocando mudanças estruturais nos modelos de gestão da educação pública.

Uma “Educação para a Sexualidade”, nos moldes propostos por Maria Luiza Heilborn (2006), vinha sendo desenhada desde os anos 1990, sendo que, nos últimos anos daquela década, se deslocava os conteúdos da “Educação Sexual” de uma perspectiva exclusivamente biológica para uma noção de sexualidade informada pelas Ciências Humanas, especialmente a Antropologia (CITELI, 2005; FRY et al., 2007; ROHDEN, 2009; JUNQUEIRA, 2009; DURHAM, 2010). Também foi fundamental neste deslocamento o papel da teoria feminista que informava as agendas políticas de gênero da importância da transversalidade tanto dos eixos de opressão como dos marcadores sociológicos da diferença, como condição para a promoção de políticas públicas mais eficazes no combate às desigualdades sociais (MORAGA, 1983; BANDEIRA, 2005). Desta forma o início dos anos 2000,



especialmente os primeiros anos do governo Lula, assistiram o reposicionamento do gênero e da sexualidade como parte do quadro de temas de reflexão prioritária no campo da Educação (AUAD, 2006).

Houve compromisso do governo Lula nas duas gestões com as políticas educacionais anti-sexismo e anti-homofobia que se comprovam através da dotação orçamentária destinada a essas temáticas e da implementação de políticas públicas específicas. Tanto a SECAD como a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) destinaram recursos para o combate às desigualdades entre homens e mulheres na escola. Através do Programa Mulher e Ciência da SPM realizou-se, em parceria com várias instituições científicas (sendo o CNPq co-autor da ação), o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Com categoria de premiação voltada a estudantes do ensino médio esta política possibilitou que escolas de todas as regiões do país criassem espaços de reflexão sobre o combate ao sexismo e a homofobia. (BRASIL. Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, 2009, p. 58).



II.PARTE: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO - IEG

2.1 Sub-coordenação do Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

No mês de fevereiro de 2012 comecei a atuar na sub-coordenação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Este curso aborda temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no campo educacional. É um curso gratuito de 200 horas, destas 180 são realizadas via internet e 20 horas presenciais. Participarão deste curso 300 professores de Educação Básica da Rede Pública de Ensino no Estado de Santa Catarina, 12 tutor/as e uma equipe de assistentes administrativos até o mês de abril de 2013. As aulas são ministradas com o apoio de um Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA), por meio do qual cursistas, tutoras/es e professoras/es interagem em fóruns, chats e também por e-mail.

As temáticas do curso permeiam os quatro módulos, inicialmente se discute Diversidade, avançando para o entendimento sobre gênero como um conceito construído socialmente, prossegue abordando questões sobre sexualidade e orientação sexual e conclui refletindo a respeito das relações étnico-raciais. Em todos os módulos, as/os alunas/as registram sua percepção inicial sobre essas questões, leem os textos, interagem com suas/seus professoras/es e tutoras/es. Por fim, escrevem novamente sobre o tema, esperando-se que nesse momento tenham refletido a respeito. Todos os módulos relacionam a temática ao cotidiano escolar. Como trabalho final, as/os cursistas elaborarão um projeto de aplicação de conhecimentos em sala de aula – momento de construir com a/os suas/seus alunas/os esse novo saber pedagógico do curso. Seis municípios localizados em diferentes regiões do Estado com Polos de Apoio Presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) participam da formação. São eles: Araranguá, Florianópolis, Itapema, Palmitos, Pouso Redondo e Araranguá.



O curso GDE visa formação continuada de professor@s da rede pública de ensino, nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, para que estes sejam capacitados para atuarem na educação formal, promovendo a igualdade e equidade.

Para o desenvolvimento de uma Educação de Qualidade para tod@s que respeite a diversidade é imprescindível conhecermos as necessidades atuais dos protagonistas do sistema educacional. Para tanto, essa experiência do curso de Formação a distância do GDE, torna-se importante e significativa, pois poderá possibilitar novas reflexões sobre como essas temáticas (questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual) podem ser trabalhadas com mais eficácia na prática educativa no cotidiano escolar.

Atividades desenvolvidas no GDE:

- Negociação junto a SECADI e UAB/UFSC para que o curso GDE fosse aprovado;
- Elaboração de editais para assistente administrativo, tutores a distância e presencial.
- Organização dos cadastros para a implementação de bolsas da equipe de professoras, tutoras e coordenação do curso.
- Organização dos cadastros para a implementação de bolsas da equipe multidisciplinar que atua no curso GDE.
- Elaboração do cartaz de divulgação do Curso.
- Coordenação das atividades de inscrição e matrícula dos cursistas de cinco polos.
- Inserção dos dados dos cursistas matricula no Programa SISUBA.
- Acompanhamento da atividade de elaboração das planilhas para o programa Moodle.
- Visita de divulgação do Curso GDE nos polos de Praia Grande e Araranguá.



- Participação dos encontros presenciais do Curso GDE nos seguintes polos:

Florianópolis: 20 de outubro de 2012

Itapema: 27 de outubro de 2012

Palmitos: 10 de novembro de 2012

Florianópolis: 01 de dezembro de 2012

2.2 Coordenação de Tutoria

Realizamos quinzenalmente, às quartas-feiras, desde o mês de outubro, das 14:00 até as 16:30 horas reunião de planejamento e formação com as seis tutoras a distância que atuam no curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE.

DATA / LOCAL	Horário E coordenação	Tema
27/09/2012	10:00 às 12:00 horas	- Planejamento das atividades de tutoria a distância
10/10/2012 Sala do GDE	14:00 às 16:30 horas Mareli Eliane Graupe	- Planejamento do 1. Encontro presencial;
24/10/2012 Sala de Reunião do NIGS	14:00 às 16:30 horas Mareli Eliane Graupe	- Elaboração dos horários presenciais no IEG; - Divisão de tarefas de divulgação do Curso; - Organização das atividades no Banco de Dados
07/11/2012 Sala de Reunião do NIGS	14:00 às 16:30 horas Mareli Eliane Graupe	- Avaliação da realização do primeiro encontro presencial em alguns polos (Praia Grande, Pouso Redondo, Florianópolis e Itapema) e organização do banco de dados
28/11/2012 Sala de	14:00 às 16:30 horas	Palestra: Relações Étnico-raciais e educação



Reunião UAB/UFSC	Mareli Eliane Graupe	Palestrante: professora Luzinete S. Minella
11/12/2012 Sala de Reunião UAB/UFSC	11:00 às 14:30 horas Miriam Pillar Grossi e Mareli Eliane Graupe	- Avaliação sobre as atividades de tutoria e do curso GDE no ano de 2012;

2.3 Sub-coordenação das reuniões Gerais do Curso GDE

Está previsto a realização de quatro reuniões gerais do Curso GDE com a participação das tutoras e professoras. Destas já foram realizadas duas:

DATA / LOCAL	Horário E coordenação	Tema
20/09/2012 Sala de Reunião da UAB/UFSC	14:00 às 21:00 horas Mareli Eliane Graupe e Miriam Pillar Grossi	- Avaliação da primeira edição do GDE na UFSC segundo a coordenação, tutor@s e cursistas (Luzinete Simões Minella- UFSC) - Desafios e enfrentamentos na experiência do Polo de Blumenau (Olga Garcia – UFSC) - Desafios e enfrentamentos na experiência do Polo de Itapema (Leandro Oltramari – UFSC) - Questões sobre alfabetização tecnologia na formação continuada a distância (Carla Cabral –UFRN) - Apresentação do Programa Moodle (Thiago Gelaim)
23/11/2012 Sala 3 - SAPSI	14:00 às 20:30 horas Mareli Eliane Graupe e Olga Garcia	- Metodologia do Curso GDE – avaliação, projeto de intervenção (Mareli Eliane Graupe eliane Graupe) - Avaliação DO 1º Encontro Presencial (Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe) - Planejamento do 2º Encontro Presencial (Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe) - Propostas de Vídeo-Aulas (Felipe Fernandes) Relações raciais e educação (José Nilton de Almeida- PPGAS) - Relações de gênero e etnolingüísticas



		<p>na escola (Pilar Miguez – PPGAS) Contribuições e Impactos do Curso GDE (Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe - UFSC) Longe demais das capitais: Como ensinar igualdade? (Eliana Teresinha Quartiero - UFRGS)</p>
--	--	---

3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ORAL

19/03/2012 - Apresentação de trabalho oral

Evento: Desafios da Pesquisa Interdisciplinar

Título da comunicação: Impactos do Curso Gênero e Diversidade na Escola-GDE na Formação de Professor@s

Local: Auditório do CFH/UFSC

Horário: 14:00 até 18:30 horas

03/07/2012 - Apresentação de trabalho oral

Evento: 28ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

Título da comunicação: Dinamicidade de arranjos familiares entre estudantes catarinenses".

Autoria: Tânia Welter

Co-autoria: Mareli Eliane Graupe

Local: PUC -SP

Horário: 11:30 até 12:00 horas

05/07/2012 - Apresentação de trabalho oral

Evento: 28ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

Título da comunicação: Escola como espaço para reconhecimento das diferenças

Autoria: Mareli Eliane Graupe

Co-autoria: Tânia Welter

Local: PUC -SP

Horário: 10:30 até 11:00 horas

30/10/2012 - Apresentação de trabalho oral

Evento: Ciclo de Palestras do PPGAS

Título da comunicação: "Contribuição do curso de formação à distância: gênero e diversidade na escola e o projeto papo nas discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas"

Local: Sala 111, Departamento de Antropologia, CFH/UFSC

Horário: 16:30 até 19:00 horas

23/11/2012 - Apresentação de trabalho oral



Evento: 2ª Reunião Geral do GDE
Título da comunicação: Impactos e Contribuições do Curso Gênero e Diversidade na Escola- GDE
Local: Sala 3, SAPSI, CFH/UFSC
Horário: 19:00 até 19:30 horas

4. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS COMO OUVINTE

12/12/2011 - SEMINÁRIO ESPECIAL: "**Novas perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa em Sociologia da Educação**", promovido pela Linha de pesquisa Sociologia e História da Educação (UDESC - UFSC) e coordenado pela Profa Ione Ribeiro Valle - PPGE/UFSC.

PALESTRANTE: Profa Drª Carlota Guzman Gomes (CRIM - Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM) e o tema foi "Novos olhares sobre a violência escolar: A proposta de François Dubet"
HORÁRIO: 08:30 até 12:30 horas
Local: DAPE-UDESC

12/12/2011 - **PALESTRA "Sistema Educacional do México"** com Carlota Guzman Gomes, coordenado por Tânia Welter.

Promoção: Projeto Papo Sério – Iniciação Científica Ensino Médio (NIGS).

DATA: 12/12/2011

PALESTRANTE: Profa Drª Carlota Guzman Gomes (CRIM - Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM)

HORÁRIO: 14:00 até 16:00 horas

Local: DAPE-UDESC

14/12/2011 - SEMINÁRIO ESPECIAL: "**Novas perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa em Sociologia da Educação**", promovido pela Linha de pesquisa Sociologia e História da Educação (UDESC - UFSC) e coordenado pela Profa Ione Ribeiro Valle - PPGE/UFSC.

PALESTRANTE: Profa Drª Carlota Guzman Gomes (CRIM - Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM)

HORÁRIO: 08:30 até 12:30 horas

Local: CED-UFSC

07/03/2012 - Qualificação do projeto de dissertação de mestrado de Anahi Guedes Mello: "Violências contra as mulheres com deficiência: uma questão de gênero ou de deficiência?"

LOCAL: Sala Carolina Bori, departamento de psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH/UFSC).

Banca: Professora doutora Miriam Pillar Grossi (orientadora, PPGAS/UFSC), professor doutor Adriano Nuernberg (co-orientador, PPGP/UFSC), professor



doutor Theophilos Rifotis (PPGAS/UFSC) e professora doutora Flávia de Mattos Motta (FAED/Udesc).

Horário: 13:30 até 15:00 horas

07/03/2012 - Qualificação do projeto de dissertação de mestrado de Anna Carolina Horstmann Amorim: "Maternidade lésbica e reprodução assistida: novas configurações familiares no Brasil contemporâneo".

LOCAL: Sala Carolina Bori, departamento de psicologia do (CFH/UFSC).

Banca: Professora doutora Miriam Pillar Grossi (orientadora, PPGAS/UFSC), professora doutora Maria Regina Azevedo Lisbôa (PPGAS/UFSC) e professora doutora Caterina Rea (PPGICH/Udesc).

Horário: 16:00 até 16:30 horas

08/03/2012: Lançamento do 1º Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

Local: Sala de Reuniões, na Prefeitura Municipal de Florianópolis

Horário: 10 até 12 horas

Representaram o NIGS no evento as pesquisadoras Claudia Nichnig, Mareli Eliane Graupe, Bruna Klöppel e Nattany Rodrigues.

16/03/2012 – Palestra sobre Tecnologias Globais de Moralidade Materna: Ciência Política nos “ Programas Alternativos” de Educação Infantil.

Palestrante: Claudia Fonseca professora da UFRGS.

Local: Mini auditório do CFH

Horário: 09:00 até 12:30 horas

20/03/2012: Palestra: Dilma Presidenta: embates de gênero, sexualidade e religião.

Palestrante: Miriam Pillar Grossi.

Local: auditório do Centro de Filosofia de Ciências Humanas (CFH) da UFSC.

Neste dia, a antropóloga e coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), Miriam Pillar Grossi, apresentou quais foram os fatos mais marcantes na vida pessoal e política da primeira presidenta do Brasil.

09/04/2012 – Palestra sobre Antropologia e Educação.

Palestrante: Prof. Dr. Nicanor Rebolledo

Local: Sala 111, departamento de Antropologia, CFH.

Horário: 10:00 até 12:00 horas

23/03/2012 - Palestra com Lucila Scavone (UNESP) "A vocação interdisciplinar dos Estudos de Gênero" (auditório do CFH)

Horário: 10:20 até 12:00 horas

Debate: coordenado por Miriam Pillar Grossi

Local: auditório do CFH



11/06/2012 – Palestra: O papel social e o imaginário dos jovens na África do Sul.

Palestrante: Prof. Dr. Alex Valiati

Local: Sala 111, Departamento de Antropologia, CFH.

Horário: 10:00 até 12:00 horas

18/06/2012 – Palestra: Educação, Ações Afirmativas e Relações Raciais
Palestrante: José Nilton de Almeida (Doutor em Educação, Pós-doutorando em Antropologia Social-PPGAS/UFSC)

Local: Sala 111, departamento de Antropologia, CFH.

Horário: 10:00 até 12:00 horas

20/06/2012 - Palestra com Agnès Martinal

Palestra: Pais solitários: paternidades contemporâneas e novas trajetórias familiares

Promgamme de recherche Paternites, ANR JC08_310159

Martinal

Local: sala 10 da História

Horário: 14:00 até 16:00 horas

22/06/2012 - Apresentação das pesquisas de doutorado de Isadora Vier, Claudia Nichnig, Leticia Cardoso, Izabela Liz e Jimena Massa

Local: Sala 111

Horário: 18:30 até 21:00 horas

27/06/2012 – Patrimônio, Ética, Identidade

Palestrante: Nicolas Adell (Mestre de conferences em anthrologie , Université de Toulouse II)

Local: Mini auditório do CFH

Horário: 14 até 16 horas

28/06/2012 -Defesa de Tese de Doutorado

Doutoranda: Fatima Weiss de Jesus

Título: Unindo a cruz e o arco-iris: vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo.

Tese orientada por Miriam Pillar Grossi no PPGAS. Membros da banca: José Guilherme do Valle (UFRN), Marcelo Natividade (UFC), Tania Welter (UFFS), Maria Amélia Dickie, Maria Regina Lisboa e Alberto Groissman (UFSC).

Horário: 14:00 até 17:00 horas

Local: Sala Carolina Boris

13/08/2012: Defesa de Tese de Doutorado



Título: Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça

Doutoranda: Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

Local: Mini auditório do CFH

Data: 13 de agosto de 2012

Horário: 08:35 até 12:30 horas

Investigar como se articulam os discursos que conectam entre crimes contra homossexuais (1995 até 2001) Relações afetivos-sexuais homoeróticas envolvendo jovens menores de 14 anos.

18/08/2012 – Seminário do GEEMPA

Palestra: Metodologia do GEEMPA

Palestrantes: Miriam Pillar Grossi, Esther Grossi, Carla Cabral, Elizete Schwebe e Roseli Porto

Local: ASSEFAZ

Horário: 14:00 até 17:30 horas

19/08/2012 – Seminário do GEEMPA

Palestra: REPENSANDO A FAMÍLIA CONJUGAL “Moderna”

Palestrante: Cláudia Fonseca

Local: ASSEFAZ

Horário: 14:00 até 17:30 horas

19/08/2012 – Reunião do GDE

Coordenação Miriam Pillar Grossi

Local: ASSEFAZ

Horário: 18:00 até 19:00 horas

20/09/2012 – Palestras

Evento: Reunião Geral do GDE

Títulos:

Avaliação da primeira edição do GDE na UFSC segundo a coordenação, tutor@s e cursistas (Luzinete Simões Minella- UFSC)

- Desafios e enfrentamentos na experiência do Polo de Blumenau (Olga Garcia – UFSC)

- Desafios e enfrentamentos na experiência do Polo (Carla Cabral)

Local: Sala da UAB/UFSC

Horário: 14:00 até 19:00 horas

09/10/2012 – Seminário Trans Day NIGS

Participação na Mesa de Abertura

Local: Auditório do CFH, departamento de Antropologia, CFH.

Horário: 14:00 até 14:30 horas

10/10/2012 – Seminário Trans Day NIGS

Mesa Redonda: Nome Social como estratégia de Inclusão e Aspectos Jurídicos. (Jimena Massa, Claudia Nichnig, Carina Martins Spindola)



Local: Mini Auditório do CFH, departamento de Antropologia, CFH.
Horário: 09:30 até 11:30 horas

31/10/2012 – Ciclo de Palestras
Palestrante: Pillar Miguez
Título: Educação Indígena e o etnobilíngüismo
Local: Sala 111, Departamento de Antropologia, CFH.
Horário: 16:30 até 19:00 horas

5. Entrevistas

08/03/2012: Entrevista ao Jornal Bom DIA SC
Tema: Manifesto Visual – 08 de março: dia internacional da mulher
Horário: 06:30 até 07:00 horas
Local: Hall do CFH

08/03/2012: Entrevista para a rádio UDESC
Tema: Dia internacional da Mulher
Horário: 14:30 horas

08/03/2012: Participação ao Vivo do Programa Educação e Cidadania juntamente com a colega Tânia Welter
Tema: Manifesto Visual – 08 de março: dia internacional da mulher
Horário: 19:00 até 19:30 horas
Local: Sede da RIC/TV
1º BLOCO: <http://educacaoocidadania.com.br/blog/?p=7609>
2º BLOCO: <http://educacaoocidadania.com.br/blog/?p=7607>
3º BLOCO: <http://educacaoocidadania.com.br/blog/?p=7605>

17/03/2012: Participação na Gravação da Reportagem sobre o projeto PIBIC/EM que foi exibido no Programa Educação e Cidadania
Tema: Projeto PIBIC/EM
LOCAL: Biblioteca Central da UFSC
Participantes: Tania Welter (coordenadora do Projeto), Mareli Eliane Graupe Graupe, Bruno Cordeiro, Nattany, Charles, Hellen e Isabela.
Horário: 09 horas

17/05/2012: Entrevista concedida a TV UFSC
Tema: IV concurso de cartazes sobre homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas
Local: Auditório do CFH
Horário: 16 horas

29/05/2012: Entrevista concedida a uma aluna do jornalismo da UFSC
Tema: Projeto Papo Sério
Local: Sala do NIGS



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

Horário: 10:30 até 11 horas

05/10/2012: Entrevista sobre a Divulgação do Curso Gênero e Diversidade na Escola concedida para a TV Câmera de Florianópolis:
Tema: Curso Gênero e Diversidade na Escola- GDE
Local: Sala da professora Miriam Pillar Grossi
Horário: 17:00 até 17:30 horas



III PARTE: PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: Contribuições do Curso de formação a Distância Gênero e Diversidade na Escola – GDE e o Projeto Papo nas discussões sobre gênero e sexualidades nas escolas

1. Introdução e justificativa

Este é um subprojeto do projeto institucional “Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa Catarina”, que esta sendo realizado no âmbito do Plano Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES, sob a coordenação da professora Dr^a Miriam Pillar Grossi. O projeto institucional visa estudar políticas públicas educacionais relativas ao respeito às diversidades de gênero, étnicas e de orientação sexual no Estado de Santa Catarina. Para tanto serão articulados os campos teóricos da Antropologia, Educação e dos Estudos de Gênero visando contribuir para a discussão e construção de políticas públicas sociais, uma das prioridades do governo Dilma (2011-2014) que busca a promoção da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade, com vistas à consolidação da de uma sociedade justa e democrática.

O debate sobre a relevância e urgência de uma educação justa e igualitária, que considere as diferenças, necessidades e potencialidades d@s envolvid@s no processo ensino aprendizagem, é intenso nos Estados Unidos e, também na Europa. No Brasil, esse debate proporcionou a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, enfatizam a importância e a necessidade da inclusão da temática da diversidade cultural e das relações de gênero no campo educacional.

Atualmente, estão sendo desenvolvidas algumas importantes experiências em âmbito nacional, como por exemplo, o Curso de Formação



Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que proporciona a articulação e a implantação das temáticas dos estudos de Gênero e da educação para a diversidade no contexto escolar.

O GDE é uma experiência pioneira na formação de profissionais do ensino fundamental e médio, oferecido na modalidade educação à distância nas temáticas de questões de gênero, orientação sexual e de relações étnico-raciais. Este curso surgiu como resultado de uma articulação inicial entre vários ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)².

Essa Formação integra a orientação geral do governo federal, que a partir de 2003 criou secretarias e políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, a promoção da igualdade para tod@s e o enfrentamento do preconceito e de todas as formas de discriminação. Assim, programas no campo da formação de profissionais da educação, como o Curso Gênero e Diversidade na Escola, são essenciais para a ampliação e compreensão da importância da ação de combate à discriminação e ao preconceito no contexto escolar e na sociedade.

O desenvolvimento deste subprojeto visa proporcionar um estudo e reflexão sobre as contribuições e implicações de investimentos do Ministério da Educação (MEC) na formação de educador@s nas áreas dos estudos de gênero e diversidade e também, quais são os impactos desta formação no cotidiano das escolas públicas de Santa Catarina. Para tanto buscaremos acompanhar e analisar os projetos de formação de professor@s do MEC-SECADI como, por exemplo, o curso a distância Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que será desenvolvido na UFSC através da UAB em parceria com o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e os projetos de extensão de oficinas para estudantes e professor@s de escolas públicas apoiado pelo

² HEILBORN; RODHEN, 2009, p.11.



PROEXT- MEC na inclusão das temáticas ligadas às diversidades na comunidade local e nas escolas de Florianópolis.

Para o desenvolvimento de uma Educação de Qualidade para tod@s que respeite a diversidade é imprescindível conhecermos as necessidades atuais dos protagonistas do sistema educacional. Para tanto, essa experiência do curso de Formação a distância do GDE, torna-se importante e significativa, pois poderá possibilitar novas reflexões sobre como essas temáticas (questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual) são e podem ser trabalhadas com mais eficácia no cotidiano escolar. Também, poderá proporcionar um maior conhecimento sobre qual foi o impacto deste curso de formação nas escolas de Santa Catarina, o que mudou na prática docente d@s professor@s que o realizaram. Quais foram as dificuldades encontradas pel@s mesm@s à implantação dos conceitos teórico-metodológico da proposta do GDE.

Enquanto que a realização de oficinas sobre Gênero, Educação e Sexualidade para estudantes e professor@s em algumas escolas públicas nos proporcionará o conhecimento sobre como estas temáticas estão sendo recebidas pelos própri@s profissionais e alun@s das escolas.

A realização das oficinas sobre Gênero, Sexualidades e homofobia nas escolas públicas da Grande Florianópolis faz parte do Projeto Papo Sério que é desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS³ desde o ano de 2007. O objetivo principal deste Projeto de Extensão é problematizar as representações de gênero e sexualidades com jovens alunas e alunos das escolas públicas de Florianópolis, através da realização de oficinas temáticas. No ano de 2011 foram realizadas 29 oficinas pelo projeto “Papo Sério”, três destas foram realizadas para 120 estudantes universitários e

³ O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades é coordenado pela Professora Dra. Miriam Pillar Grossi e desenvolve pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero, Sexualidade e de Metodologia de Pesquisa desde 1991. O NIGS é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), à linha de gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) e ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC (www.nigs.ufsc.br)



26 oficinas em dez escolas públicas e contemplaram em torno 705 alunas/os de Ensino Fundamental e Médio.

Entende-se que a realização deste projeto é relevante, a partir do momento que este possibilitará estudos e reflexões sobre como a abordagem dos temas de Gênero e Diversidade na escola são e podem ser trabalhados pel@s educador@s na perspectiva da construção e re-construção de saberes, comportamentos e atitudes necessárias para a convivência entre os diferentes, sem preconceitos, sem estereótipos e discriminação. Enfim, trabalhar essas temáticas no campo educacional permite vislumbrar que a educação pode contribuir na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária para tod@s.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Objetivamos dar continuidade a pesquisa iniciada em 2011 de avaliação dos impactos do GDE para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino no Estado de Santa Catarina ampliando a investigação para a análise do impacto da formação de jovens de ensino fundamental e médio através do Projeto Papo Sério, que tem realizado oficinas sobre gênero, sexualidade e violências e o concurso de cartazes contra a homofobia, lesbofobia e transfobia que terá sua quarta edição em 2012.

Investigar o impacto que a formação no campo da diversidade, em particular de questões de gênero e sexualidade, têm tido nas práticas educacionais a partir da análise dos indicadores e acompanhamento etnográfico dos cursos de formação de professores (curso de formação a distância GDE) e atividades realizadas com estudantes do ensino fundamental em médio (projeto Papo Sério de oficinas e concurso de cartazes) desenvolvidas por equipes da UFSC.



2.2 Objetivos específicos

- a) Acompanhar a formação de professor@s vinculada ao Projeto Papo Sêrio sobre gênero, educação e sexualidade.
- b) Recolher documentos e fazer entrevistas com formuladores de políticas públicas para Educação e Gênero buscando conhecer as prioridades neste campo de formação de professor@s.
- c) Elaborar um dossiê sobre as atividades que foram desenvolvidas no ano de 2011 em prol da realização de uma nova edição do GDE para 2012.
- d) Realizar uma reflexão sobre as políticas públicas e as prioridades para GDE no governo Dilma (2011-2012).

3. Revisão Bibliográfica

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos humanos. No entanto, segundo o Ministério da Educação há ainda imensos desafios a serem enfrentados, quer do ponto de vista objetivo, ampliando-se o acesso à educação básica de qualidade para tod@s, assim como, do ponto de vista subjetivo, estimulando-se o respeito, tolerância e a valorização das diferenças culturais, sociais, sexuais econômicas, religiosas e políticas, pois como informa o ministro, as discriminações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual, a homofobia e a violência “têm sido produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social e infelizmente, também na escola”. (HADDAD, FREIRE, SANTOS, 2009:9)

Não é suficiente somente leis, diretrizes, cursos de formação, mas sim uma transformação cultural com novas formas de pensar e agir que fomentem a reflexão individual e coletiva e, contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso, discriminatório na sociedade, a fim de não



gerar estigmas, exclusões, baixa autoestima, etc. Para tanto, ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), tem tido importante papel para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. Uma das hipóteses desta pesquisa é que estas ações poderão fomentar transformações na sociedade para as próximas décadas no que se refere a valorização das políticas educacionais para a diversidade e as questões de gênero.

Na escola contemporânea professor@s são desafiados cotidianamente a lidar com alun@s de diferentes grupos étnicos, culturais, de comunidades de crenças, orientações sexuais e identidades de gênero. O enfrentamento destas diversidades, através de elaboração de políticas públicas e atuação em escolas com professor@e estudantes tem sido o objetivo dos diferentes projetos desenvolvidos pela equipe do NIGS, seja no campo da pesquisa, seja no da extensão, onde se tem buscado aplicar os conhecimentos produzidos em trabalhos acadêmicos sobre diferentes temas ligados à escola e educação brasileira.

A escola é local de encontros e desencontros de pessoas de diferentes culturas, ideias, valores, religiões, classe sociais, de diferentes saberes e experiências, de continuidades e discontinuidades entre a escola e a família. Portanto, se faz necessário uma articulação entre a antropologia e educação buscando-se desta forma, pesquisar e compreender o processo de mediação entre sujeitos, mundos e saberes.

O GDE estimulou aos profissionais da Educação Básica da rede pública de ensino, tanto por meio do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) quanto nos encontros presenciais, o desenvolvimento da capacidade de analisar, compreender e posicionar-se eticamente diante das transformações políticas, econômicas, religiosas e culturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos outros povos.



Contando com o acompanhamento de uma equipe formada por coordenação, professores, tutor@s presenciais e a distância, coordenação de tutoria e coordenação de pesquisa e avaliação, o curso buscou propiciar @s professor@s cursistas condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas pedagógicas as relações de gênero e as temáticas da diversidade.

Conhecer quais ferramentas de pensamentos⁴ @s professor@s da Educação Básica pública construíram sobre o GDE é mais importante do que interpretar os resultados da avaliação de uma experiência qualquer. Conforme Minella e Cabral, saber o que pensam @s docentes

significa perceber como tutor@s e cursistas avaliaram a entrada de conteúdos com alto potencial de transformação em suas trajetórias profissionais; observar até que ponto consideraram possível articular esses conteúdos com as suas práticas diárias; vislumbrar até que ponto cursistas apostaram no potencial de suas escolas para mudar valores e, por sua vez, tutor@s compreenderam o sentido dos agenciamentos dessa Formação, com a qual nos envolvemos diariamente, (MINELLA; CABRAL, 2009: 23).

Segundo essas autoras, a primeira edição do GDE já produziu muitos resultados importantes para a sociedade, como por exemplo, uma vez que “ex-tutoras que encontraram subsídios no GDE para instituírem núcleos e grupos em Gênero, seja em instituições de ensino ou articuladas à gestão pública, em suas cidades”, (MINELLA; CABRAL, 2009: 20).

A experiência do GDE vai para além dos aprendizados “em relação a gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, constituindo-se também como uma interessante reflexão, agora já parte da história, sobre a implantação do ensino a distância em Santa Catarina”, (GROSSI, 2009:11).

O projeto Papo Sério em escala bem menor que Curso GDE, também proporcionou aos professores e estudantes ferramentas teórico-práticas na discussão das temáticas sobre gênero, sexualidade, violências e homofobia no contexto escolar.

⁴ Para Eric Wolf, “[...] as definições são ferramentas do pensamento e não verdades eternas”. 2003, p. 119.



A escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, pois, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia, classe no seu cotidiano escolar.

Segundo Grossi

gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo, (GROSSI, 2010: p.5).

Se meninas e mulheres, assim como rapazes e homens, forem aceitos e entendidos no processo educacional como indivíduos únicos, isto é, que cada ser é diferente, possui desejos e atitudes diferentes, seria possível oferecer uma educação voltada para o desenvolvimento das potencialidades de cada um, sem essencialmente identificá-los como representantes de um grupo (meninas gostam de..., meninos são melhores em..., ela é lésbica..., ele é gay..., etc).

Conforme Tomaz Tadeu da Silva, atualmente “vivemos num mundo social onde novas identidades culturais e sociais emergem, se afirmam, apagando fronteiras, transgredindo proibições e tabus identitários, num tempo de deliciosos cruzamentos de fronteiras, de um fascinante processo de hibridização de identidades”, (SILVA, 2001: 7). Um momento que demanda novas formas de ensinar e aprender para que @s alun@s, @s pobres, @s ric@s, @s religiosos@s, @s não religiosos@s, negr@s, branc@s, homossexuais, heterossexuais, possam vivenciar em salas de aulas atitudes, ações, que desenvolvam com criticidade, ideias, competências, embasadas nos princípios dos direitos iguais para sexos e pessoas diferentes. Portanto, para que isso ocorra, é necessário que @s professor@s tenham conhecimentos sobre as relações de gênero e as diferenças culturais existentes na escola, e a



consciência destas influenciam no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo d@s estudantes.

É importante que o tema da igualdade de gênero esteja presente na educação escolar, principalmente nas discussões sobre as estruturas de poder na escolha de conteúdos e métodos de Ensino, nas atividades de lazer, no desenvolvimento social e cognitivo de meninos e meninas. Conforme Louro, “gênero pode ser, pois um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais”, (LOURO, 2002, p. 229).

A desigualdade vivenciada atualmente por muit@s alun@s no sistema educacional fortalece e acentua a disparidade de oportunidades sociais, criando um senso comum sobre a existência e continuidade das injustiças. Desse modo, é imprescindível que as políticas educacionais contemplem o fortalecimento de uma escola que promova uma educação equitativa, uma vez que ela pode contribuir para a desmistificação das injustiças, desigualdades e para a constituição de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4. Metodologia

O olhar antropológico no campo da educação e gênero auxiliará o pesquisador a observar os comportamentos humanos e relações com outras lentes, ou seja, analisando a heterogeneidade e a diversidade sociocultural e abandonando uma postura etnocêntrica que faz do “diferente” um inferior e da diferença uma “privação cultural”. Esta perspectiva modifica estilo homogeneizador, pelo exercício do estranhamento, no qual são afastados os conhecimentos estereotipados provenientes do senso comum e exercitada a postura antropológica.

A articulação entre antropologia e educação nos possibilita perceber a existência de diferentes culturas, diferentes formas de ser homem e mulher, onde, ao deparar-se com estas diferenças no cotidiano escolar, é possível



problematizá-las e buscar a reflexão e constatação acerca da necessidade em romper com práticas educativas padronizantes e homogeneizantes.

As diversidades existentes na sociedade fazem parte do objeto de estudo da Antropologia e conforme diz Fonseca (2000), a palavra “alteridade”, descreve bem o objeto de estudo dessa ciência, na medida em que envolve simultaneamente, “a mim” e “ao outro” e possibilita uma compreensão sobre as representações da alteridade e as práticas do “outro”.

Segundo o autor alemão Ralf Bohnsack a “etnografia não pode ser reduzido somente a um método, pois esta também é um estilo de pesquisa que abriga vários métodos, ou seja, uma metodologia,” (1997:3). Para Geertz (1989) análise etnográfica é denominada como uma “descrição densa”, que o etnógrafo encontrará uma:

[...] multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1989: 20).

O método etnográfico sugere a necessidade de se buscar uma atitude de “estranhamento” pelo pesquisador, segundo a qual ele viesse a pensar outros sistemas de referência que não o seu próprio, ou seja, outras formas de representar, definir, classificar e organizar a realidade e o seu cotidiano.

Da Matta (1997), recordando Malinowski diz que

“a pesquisa antropológica era um caminho de duplo movimento: uma viagem de ida, em direção ao “selvagem” desconhecido e confundido em meio a costumes exóticos e irracionais e uma viagem de volta, quando o etnólogo reexamina seus dados e os integra no plano mais profundo das escolhas humanas. Descobre-se então que o que se chamou de exótico ou de irracional é apenas a forma explícita de um traço conhecido em sua própria sociedade. Só que, entre nós, este traço está implícito”. (Da Matta, 1997, p. 107)

Como toda pesquisa implica ir avançando para um texto que possa traduzir, pelo menos em parte, o campo etnográfico, ou seja, nosso papel é discorrer sobre o discurso dos nativos e, no caso deste estudo, sobre o que é



“dito” e “feito” (PEIRANO, 2002) em relação às políticas educacionais no campo de gênero e de diversidade.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo objetiva apresentar os principais resultados da pesquisa realizada durante o período de estágio pós-doutoral e ao mesmo tempo discutir sobre possíveis propostas políticas pedagógicas que poderão contribuir para a implementação da temática de gênero e diversidade no contexto escolar no Estado de Santa Catarina.

Os resultados estão divididos em três partes:

a) Projeto: IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas

No período de março até junho de 2012 trabalhamos na execução do IV Concurso de Cartazes sobre homofobia, lesbofobia e transfobia nas Escolas.

O *IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas* foi realizado junto ao Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero – NIGS e com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - CMPPM no período de março a junho de 2012.

Neste ano de 2012 participaram do Concurso onze escolas da Grande Florianópolis, 310 alun@s do Ensino Fundamental e Médio e doze professor@s coordenador@s dos trabalhos. No total foram enviados 88 cartazes alusivos as temáticas de combate a homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas.

Do dia 14 de maio até o dia 25 de maio de 2012 estes cartazes ficaram expostos no hall do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) na

Universidade Federal de Santa Catarina e as escolas foram convidadas a visitar a exposição. Constatou-se que esta exposição também, proporcionou para @s própri@s estudantes de graduação deste centro, reflexões sobre homo-lesbo-transfobia na medida em que alguns dest@s estudantes, disponibilizaram parte de seu tempo para apreciarem a exposição e conversarem sobre estas temáticas com a equipe organizadora do evento.

Durante o período de exposição, os cartazes foram submetidos a três diferentes formas de avaliação e premiação:

- a) Categoria Prêmio Popular: a comunidade universitária escolheu os três melhores cartazes.



1. Lugar: Júri popular
Título: Somos todos iguais

- b) Categoria Prêmio Científico: foram convidadas via e-mail para fazerem parte da votação online no prêmio científico professor@s que trabalham com estas temáticas referentes ao concurso, representantes de Movimentos LGBT e de Movimentos sociais e estudantis. Vinte e duas pessoas escolheram os três melhores cartazes do Ensino Fundamental e os três melhores do Ensino Médio.



1. Lugar: Júri Científico – Ensino Fundamental
Título: Na luta contra a homofobia



1. Lugar: Júri Científico – Ensino Médio

Título:
“Deixe a flor do respeito desabrochar em você! Diga não às fobias”

- c) No categoria Júri NIGS: votaram @s pesquisador@s (atual ou ex-pesquisador@s) do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/NIGS. Neste ano participaram 11 escolas e @s pesquisador@s do NIGS escolheram o melhor cartaz de cada escola, totalizando o número de 11 cartazes premiados.

Estes três cartazes acima através de imagens e frases buscam sensibilizar e desafiar as pessoas a refletir sobre as questões que dizem respeito à inclusão da discussão sobre a diversidade sexual na escola, à valorização da diferença, à construção de um ambiente de respeito e acolhida para com as diferentes formas de viver a sexualidade e a identidade de gênero. Enfim, mostravam a capacidade de reflexão d@s alun@s sobre os temas das discriminações existentes, sobre a importância de lutar para a igualdade nas diferentes formas de afetividade e de amor, respeitando as escolhas de vida das pessoas.

@s professor@s que coordenaram a atividade de construção de cartazes com as equipes de alun@s em suas respectivas escolas, tiveram a oportunidade de relatar, no dia da premiação, sobre como ocorreu o processo de discussão e elaboração dos trabalhos referente às temáticas do concurso. Muit@s dest@s professor@s apontaram as dificuldades encontradas, como por exemplo, resistência das famílias ou próprios colegas professor@s na



discussão sobre homofobia, lesbofobia e transfobia na escola. Por outro lado, também ressaltaram a satisfação de ver seus/suas alun@s participando deste concurso, e que este possibilitou a discussão sobre a diversidade sexual e o enfrentamento da lesbofobia, transfobia e homofobia no ambiente escolar.

Foi possível constatar durante a realização da divulgação do *IV Concurso de Cartazes* na Edição de 2012, que a maioria das 27 escolas visitadas pela equipe do NIGS, buscava delegar ao/a professor@ de Língua Portuguesa, de Biologia ou de Educação Artística a função de trabalhar e elaborar com @s alun@s os cartazes justificando que as temáticas sobre homofobia, lesbofobia e transfobia devem ser abordadas nestas disciplinas, contrariando desta forma, as indicações nacionais no campo da educação, pois no Brasil, as temáticas relativas à educação sexual e às relações de gênero não constituem uma disciplina obrigatória e, estas devem ser abordadas de forma transversal em diferentes disciplinas, assim como preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 e 1998). No entanto, percebemos que algumas destas escolas visitadas no primeiro semestre de 2012, ainda não conseguiram implantar no cotidiano escolar as diretrizes que estão indicadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais há mais de uma década.

A realização de visitas de divulgação do concurso nas escolas e os diálogos com professor@s nos apontam que ainda há despreparo e insegurança d@s profissionais de educação, principalmente porque carecem de informações sobre estes temas, visto que não tiveram formação específica anterior, ou mesmo não possuem coragem para se posicionarem, como por exemplo, sobre sexualidade, homofobia perante algumas famílias tradicionais, que acham que estes temas não deveriam ser abordados pela escola. Além disso, os aspectos culturais inerentes à formação de cada indivíduo influenciam e dificultam a abordagem da sexualidade, homofobia e das relações de gênero nas escolas.

Constatou-se que o Concurso de Cartazes contra homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas é uma proposta viável para a inclusão e discussão destas temáticas com alun@s, professor@s, gestor@s escolares e família,



uma vez que por meio destas duas últimas edições do concurso foi possível observar que muit@s alun@s sofrem em sala de aula bullying homofóbico, violências de gênero. Este concurso prevê em seu edital a elaboração de cartazes coletivos com imagens e frases propositivas que objetivam acabar com a homo-lesbo-transfobia nas escolas.

Felipe Fernandes em seu texto *Precisamos discutir as homossexualidades na escola* aborda que na escola

cotidianamente abrem-se possibilidades de problematização dos termos utilizados na nomeação dos sujeitos homossuais (bicha, viado, sapatão, machorra, entre outros), seus significados e proveniência. Não existem respostas nem métodos prontos. O que sabemos, é que a discussão sobre as homossexualidades está colocada em pauta na escola e existe uma expectativa de que nós, educador@s, auxiliemos as outras instâncias culturais em que estão imers@s noss@s alun@s (como a família) na problematização das homossexualidades. (FERNANDES, 2008:64)

Enfim, após o acompanhamento da realização do concurso de Cartazes no ano de 2011 e 2012 e da constatação da importância do mesmo para a comunidade escolar, julga-se pertinente que o Concurso de Cartazes que é realizado anualmente pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) se torne uma política pública de abrangência estadual e/ou nacional de educação contra a homofobia, o preconceito e a discriminação entre estudantes e professor@s no cotidiano escolar. Esta proposta é viável uma vez que a realização do concurso de cartazes não depende de altos recursos financeiros e possibilitará a inclusão de uma temática atual e necessária de ser trabalhada com estudantes na perspectiva da redução de preconceitos, práticas discriminatórias e violências de gênero nas escolas.

b) Projeto: Curso de Formação Continuada para professores/as sobre Gênero, Sexualidades e homo-Lesbo-transfobia nas escolas



Este curso foi realizado em cinco módulos com a carga horária de 20 horas e participaram no total 30 professor@s de Educação Básica. Um dado paradoxal é que apenas três destes 30 professor@s participaram como coordenador@ss de cartazes no *IV Concurso de Cartazes*.

Constatamos através das visitas feitas nas instituições escolares, da realização dos cinco módulos do *Curso de Formação*, que algumas escolas silenciam ou legitimam práticas e discursos homofóbicos sem refletir sobre os danos que estes causam no aprendizado e a vida d@s estudantes.

Neste contexto, é importante ressaltar que a homo-lesbo-trans fobia não é um problema somente de Gays, Lésbicas e Transexuais homossexual, mas sim de toda a sociedade e que as consequências da homo-lesbo-transfobia na escola resultam na evasão escolar, na discriminação na busca por emprego e na marginalização social de estudantes LGBT.

A escola, o currículo formal e o oculto são fatores determinantes na construção das diferenças e das identidades dos jovens adolescentes. O currículo é "todo um sistema de comportamento e de valores (...) todo o tipo de aprendizagens e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados", toda e qualquer "experiência vivida pelo aluno" (Sacristán, 1995, p. 86 e p. 88). Portanto, também é importante problematizar a ideia de que a escola normatiza, "fabrica" sujeitos, reproduz preconceitos, estereótipos e estimula valores sexistas, racistas e heterossexuais no cotidiano escolar, mas que ela deve apontar espaços e possibilidades para a desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação em relação à sujeitos que são considerados como "diferentes", pois ser diferente não significa ser anormal.

A escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, pois, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia, classe no seu cotidiano escolar. Segundo Grossi

gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo



existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo, (GROSSI, 2010: 5.)

Neste projeto de “Curso de Formação Continuada” além da promoção da discussão sobre gênero, identidades de gênero, sexualidades e identidades sexuais, buscou-se refletir sobre o que tem se denominado no Brasil de “cultura da violência”. Violência que é um problema social que está presente dentro e fora das escolas e se manifesta de diversas formas entre tod@s @s envolvido@s no processo educativo. Com a discussão sobre as diferentes formas de violências e bullying, propõe-se discutir o papel da educação escolar na produção das desigualdades, especialmente na constituição das masculinidades, nos comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos, objetivando a desconstrução da ideia de uma essência ou natureza que explique e justifique as violências, as desigualdades de gênero, as ações discriminatórias, bem como, as desigualdades estabelecidas entre os vários grupos sociais em função das identidades sexuais que fogem aos padrões considerados hegemônicos.

A temática da sexualidade é entendida como uma construção histórica e cultural que articula comportamentos, linguagens, crenças, desejos, posturas sobre os corpos e as maneiras sobre como as pessoas vivem os seus prazeres. Segundo Grossi, “a sexualidade – isto é, as práticas eróticas humanas – é também culturalmente determinada”, (GROSSI, 2010, p.5).

O papel que o *Curso de Formação* assume no cenário de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas pode ser visto, não apenas como importante, mas como uma forma possível de problematização, discussão e reflexão sobre as complexas formas pelas quais as identidades sociais e culturais são constituídas, vivenciadas e normalizadas e *anormalizadas* no contexto escolar e na sociedade.

A realização anual do concurso de *Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas e do Curso de Formação para docentes* poderá multiplicar ideias, atitudes de combate à homofobia, pois este desafia



os/as próprios/as alunos/as e os/as professores/as a discutir sobre esta temática, a rever seus conceitos e valores para produzirem um material de acordo com a proposta do concurso. Também, foi possível constatar que a realização de um curso de formação com a carga horária de 20 horas não é suficiente para dar conta das temáticas sobre sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Enfim, acreditamos que o trabalho de combate à homo-lesbo-transfobia terá maiores resultados nas escolas, se este for discutido com @s professor@s de todas as áreas do conhecimento e com a participação da comunidade escolar (pais e funcionários); se a escola estiver alerta para evitar o uso de livros didáticos e paradidáticos que apresentam discriminação de gênero e diversidade sexual; se a escola participar de programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade; se a escola possuir como meta a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;

Desta forma, a educação pública possui um importante papel na perspectiva de contribuir de forma consistente para a discussão sobre violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros dentro das escolas, colaborando para que todos os sujeitos tenham seus direitos assegurados.

c) Projeto: Curso a distância – Gênero e Diversidade na Escola -GDE

Primeiramente precisamos esclarecer que o projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE) ainda está em fase de desenvolvimento, e, portanto os resultados referente a esse são parciais.

No início do mês de fevereiro de 2012 começamos a negociar com a SECADI (Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e



Inclusão) e a UAB (Universidade Aberta do Brasil) a realização da segunda Edição no Curso GDE no Estado de Santa Catarina.

No mês de março encaminhamos o projeto Pedagógico do GDE para a SECADI e solicitamos a UAB/CAPES relação de polos aptos a receber o curso GDE.

No dia 04 de abril de 2012 encaminhamos o projeto pedagógico do Curso GDE, a planilha financeira referente ao valor que segundo a UAB/UFSC estava disponível para a realização do curso GDE (R\$ 566.084,15) e também, os polos que foram aprovados a receber (ARARANGUÁ, FLORIANÓPOLIS, ITAPEMA, OTACÍLIO COSTA, PALMITOS, POUSO REDONDO e PRAIA GRANDE). Posteriormente, descobrimos que a Matriz Orçamentária 20 RJ deveria ser dividida entre vários cursos e que não existia nenhum recurso previsto para o GDE. Solicitamos com urgência uma reunião na Reitoria com a participação de tod@s os coordenador@s de cursos desta referida matriz e negociamos o valor de R\$ 100.000,00 para a realização do GDE/2012 em três polos.

No dia 09 de maio de 2012 encaminhamos para a SECADI um ofício solicitando complementação de recursos para a realização do curso GDE nos outros três polos que já tinham sido aprovados pela UAB/CAPES e que devido a esta nova configuração orçamentária foram excluídos.

No dia 11 de junho realizamos a primeira reunião com a equipe de professor@s que iria atuar no curso do GDE em três polos (Florianópolis, Itapema e Palmitos), pois, devido ao corte no orçamento financeiro seria possível oferecer o curso somente nestes três dos seis polos que foram aprovados pela CAPES/UAB como aptos para receberem o curso GDE/2012.

O curso GDE foi aprovado no dia 22 de outubro de 2012, o cadastramento de bolsa foi liberado no mês de novembro, os recursos financeiros referente a Matriz Orçamentário 20 RJ foram liberados da UFSC para a Fundação José Arthur em duas etapas, e todos estes atrasos inviabilizaram algumas datas do calendário inicial de execução do projeto.



Durante o processo de implementação do curso GDE/UFSC neste ano de 2012 foi possível observar que as políticas de implementação, especialmente a falta de um canal direto de comunicação entre funcionários da SECADI responsáveis pelo GDE Nacional, Coordenação do Curso na UFSC, coordenação da UAB/CAPES/UFSC e Reitoria/UFSC, inviabilizam e dificultam a execução do projeto GDE. Também, surgiram muitas dúvidas no processo de descentralização dos recursos financeiros entre SECADI, UFSC e Fundação. Tivemos acesso às regras sobre a implantação de bolsas para a equipe multidisciplinar do Núcleo UAB/UFSC no momento em que as mesmas deveriam ser rapidamente implementadas, impedindo desta forma, o calendário do processo de seleção de bolsistas.

Enfim, por um lado encontramos dificuldades na implementação do curso, e por outro ficamos felizes ao participar dos encontros presenciais em alguns polos (Florianópolis, Itapema e Palmitos) e constatar que a maioria d@s professor@s inscritos no curso está aproveitando essa oportunidade para aprofundar seus conhecimentos e aprender novos conceitos teórico-práticos que servirão como ferramentas na discussão e abordagem de temas sobre sexualidade, homofobia, violências de gênero, relações étnico-raciais com alun@s, pais e colegas professor@s.

Nestes encontros presenciais ouvimos relatos de professor@s que optaram em realizar o curso GDE justamente para ampliar seus conhecimentos e conseguir argumentar e se posicionar perante a direção da escola e família d@s alun@s sobre a importância e necessidade de trabalhar estas temáticas no cotidiano escolar, pois sabemos que durante vários séculos a escola não precisou trabalhar sobre hierarquias e desigualdades, sobre sexualidade, homofobia, mas que atualmente essas temáticas fazem parte (explícita e implicitamente) do currículo escolar e que muit@s professor@s se sentem despreparad@s no momento de abordá-las.

Em relação a hierarquia de gênero as mulheres foram 'naturalmente', quando não excluídas, diminuídas, estimuladas diferentemente e incluídas em ações menos importantes. Entendemos que a escola desde sempre aplicou



uma pedagogia de gênero que consolidou a ideia de desigualdade e diferenças entre meninos e meninas. Também, em razão das diferentes experiências com a sexualidade e o desejo, a escola, sem qualquer explicação sempre se colocou no lugar da produção da norma heterossexual, produzindo, contribuindo e ampliando preconceitos, praticando a homofobia, a lesbofobia e a transfobia.

Muit@s d@s professor@s matriculadas no curso GDE veem este curso como uma possibilidade para refletir sobre as desigualdades sexuais, raciais e de gênero. Também, porque este possibilita o debate da educação enquanto um direito fundamental, que precisa ser garantido a tod@s sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, geracional, de gênero, de classe e de orientação sexual.

Entendemos que a formação e a qualificação de professor@s da Educação Básica para a percepção, valorização e inserção dos temas do curso GDE no cotidiano escolar é essencial para a construção de uma educação justa e igualitária para tod@s.

A formação d@ profissional de educação deve abranger discussões sobre as questões de gênero, diversidade, sexualidade e relações étnico-raciais para que cada profissional possa aprender a reconhecer e trabalhar as representações que são atribuídas para as mulheres, homens, menin@s, homossexuais, bissexuais, heterossexuais, pobres, ricos, blanc@s, índi@s, negr@s ..., estimulando que tod@s possam se desenvolver de forma integral independente do seu sexo, cor, etnia, classe social, religião e orientação sexual. Desta forma, @s profissionais estarão contribuindo para que a escola proporcione uma educação equitativa para tod@s. Uma escola que não desestime as meninas a se desenvolverem intelectualmente no campo das áreas técnicas e que nem desestime os meninos a se interessarem pelas áreas sociais, dança e atividades manuais. Uma escola que não discrimine homossexuais, índ@s, negr@s, pobres, etc.



A implementação da proposta teórico-metodológica do curso GDE na escola possibilitará a construção de uma educação em que os interesses de tod@s sejam respeitados e trabalhados. Desta forma, a escola terá uma chance de oferecer aos seus/suas alun@s uma educação que questiona os papéis sociais e culturais que são atribuídos para cada sexo, estimulando-os a superar estas representações e desenvolverem suas potencialidades individuais livre de estereótipos e preconceitos.

Necessitamos atualmente de uma escola que proporcione o desenvolvimento de cada indivíduo, que ofereça uma educação de qualidade para os diferentes indivíduos. O Curso Gênero e Diversidade na Escola é uma dessas políticas públicas que buscam promover uma cultura do respeito, a garantia de direitos humanos, da equidade étnico-racial e de gênero, de valorização da diversidade.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem promovido uma série de medidas visando ao enfrentamento, por meio da educação, de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos. Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer as diferenças, mas refletir sobre as relações e os direitos de tod@s.

A escola é o espaço sócio cultural em que as diferentes identidades se encontram, se constituem, se formam e se produzem, portanto, é um dos lugares mais importantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Daí a importância de se formarem professor@s, orientador@s pedagógic@s, gestor@s e demais profissionais da educação básica quanto aos conteúdos específicos das relações de gênero, étnico-raciais e da diversidade de orientação-sexual, para que saibam trabalhar com seus alun@s tema da diversidade em suas variadas formas e transversalmente.

Esperamos que o Curso GDE/UFSC/2012 e 2013 promova possibilidades de criação de uma rede de cursistas, fóruns para que est@s possam continuar em contato após o término do curso, discutindo e estudando as temáticas sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-



raciais que são amplos e complexos para serem trabalhados em apenas quatro meses de curso.

Sabemos que a realização do curso GDE é importante para a sensibilização d@s educador@s em relação à estas temáticas e que a sua proposta teórico-metodológica pode possibilitar a implementação dos temas nas escolas, desde que haja vontade política individual e coletiva d@s gestor@s escolares e da maioria d@s docentes.

6. Referências Bibliográficas

AUAD, Daniela. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 16, n. 19, p.57-76, jul./dez. 2006.

BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL; SPM, 2005.

Bohnsack, Ralf (1997): "Gesellschaft ist wie die Army" – Jugendgewalt und Jugendmilieus in Ost- und West-Berlin. In: Sozialanthropologische Arbeitspapiere. Heft 71, 1997, S. 1-1

CITELI, Maria Teresa. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.

DA MATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro, 1997.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 88, dez. 2010.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Precisamos discutir as homossexualidades na escola. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Corpos,*



Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar. Caderno Pedagógico – Anos Iniciais. Rio Grande: FURG, 2008.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso – pesquisa etnográfica e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 10. São Paulo, 1999.

_____. **Antropologia, Educação e Cidadania**. Texto disponibilizado no site www.geempa.org.br.

_____. **Família, Fofoca e Honra**: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

FRY, Peter Henry et al. AIDS tem cor ou raça?: interpretação de dados e formulação de políticas de saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 3, p. 497-507, 2007.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GROSSI; Miriam Pillar; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Gênero e Diversidade na escola: uma experiência coletiva e transformadora**. In: MINELLA; Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana (Org.). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: 48d. Mulheres, 2009.

GUSMÃO, Neusa. Antropologia e educação: origens de um diálogo. Antropologia e educação: interfaces do ensino e da pesquisa. **Cadernos CEDES Nº 43**. Centro de Estudos Educação e Sociedade, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza 48d al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Garamond, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009.



LOPES DA SILVA, Aracy; LEAL, Mariana Kawall Ferreira (Orgs.). **Antropologia, História e Educação – A questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Ana Paula. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. 4. 49d. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MINELLA: Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana (Org.). **Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola**. Florianópolis: ed. Mulheres, 2009.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. 2. 49d. Brasília: MEC, 2005.

OLIVEIRA, Sônia C. de; GOMES, Cleomar Ferreira. A abordagem de pesquisa etnográfica: reflexões e contribuições. In: **Psicopedagogia online: Educação & Saúde**. Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=702>, acessado em 27 de abril de 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. 49d. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: UNESP, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu: **O Currículo como fetiche – a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

WOLF, Eric. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Editora UNICAMP, 2003

UNESCO. Políticas Públicas da UNESCO. **Educação para todos – um assunto de direitos humanos**”. Disponível em



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>> 25.02.2011.
ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO NIGS



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

ANEXOS

ANEXOS



a) Impactos do curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE na formação de Educador@s⁵

Mareli Eliane Graupe⁶
Miriam Pillar Grossi⁷
Luzinete Simões Minella⁸

Este texto objetiva discutir sobre as contribuições do curso de “Gênero e Diversidade na Escola - GDE” para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino no Estado de Santa Catarina acerca das temáticas - questões de gênero, relações étnico-raciais e a orientação sexual, bem como refletir sobre possíveis contribuições que este processo de formação à distância acrescentou no planejamento pedagógico d@s educador@s. As concepções teórico-metodológicas abarcam autor@s que escrevem sobre gênero, educação e diversidade na perspectiva pós-moderna. É um estudo qualitativo e quantitativo que foi realizado com seis profissionais do Ensino Superior que atuaram como professor@s no curso do GDE e com 54 educador@s das escolas públicas de Santa Catarina que realizaram esta formação. Os resultados da pesquisa qualitativa apontam que o curso foi importante para a sensibilização d@s educador@s das escolas públicas em relação a estas temáticas. Os dados da pesquisa quantitativa apontam que em torno de 80% d@s educador@s identificaram a “falta de capacitação e Formação” e a “insignificância dos temas para o contexto escolar”, como sendo as duas causas principais que inviabilizam a discussão e implementação das temáticas do GDE no cotidiano da escola.

Palavras-chave: formação de educador@s, gênero, diversidade e escola.

Introdução

⁵ Comunicação apresentada no evento “Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas”, Área de Concentração: Estudos de gênero, promovido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período entre 19 e 23 de março de 2012.

⁶ Doutora em Educação. Bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PNP/UFSC. E-Mail para contato: mareligraupe@hotmail.com.

⁷ Orientadora da pesquisa e Coordenadora do Núcleo de Identidades e Subjetividades - NIGS/UFSC. Doutora em Antropologia e professora da UFSC.

⁸ Co-orientadora da pesquisa, doutora em Sociologia e professora da UFSC.



Apresentamos neste texto resultados da pesquisa que foi realizada de março até novembro de 2011 com @s professor@s e com @s educador@s cursitas. Esta pesquisa que possui como objetivo discutir e refletir sobre as contribuições do curso “Gênero e Diversidade na Escola - GDE” para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino no Estado de Santa Catarina acerca das temáticas - questões de gênero, relações étnico-raciais e a orientação sexual, bem como avaliar quais impactos este processo de formação à distância, cuja primeira edição aconteceu de março a junho de 2009, acrescentou no planejamento pedagógico d@s educador@s.

O Curso GDE buscou proporcionar a articulação e a implantação das temáticas dos estudos de gênero e da educação para a diversidade no contexto escolar. Este surgiu como resultado de uma articulação inicial entre vários ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), (HEILBORN; RODHEN, 2009: 11).

O GDE integra a orientação geral do governo federal brasileiro, que a partir de 2003, na gestão do Presidente Lula (2002-2010) criou secretarias e políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, a promoção da igualdade para tod@s e o enfrentamento do preconceito e de todas as formas de discriminação. Assim, programas no campo da formação de profissionais da educação, como o Curso Gênero e Diversidade na Escola, podem proporcionar a ampliação e compreensão da importância da ação de combate à discriminação e ao preconceito no contexto escolar e na sociedade.

No Estado de Santa Catarina, o curso de formação em Gênero e Diversidade na Escola aconteceu no primeiro semestre de 2009, sob a coordenação do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de



Santa Catarina (IEG-UFSC) e, envolveu uma grande equipe de profissionais de diversas áreas: nove professor@s universitari@s coordenaram o ensino presencial e acompanharam o desenvolvimento das turmas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA); dezenove estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) e uma doutora atuaram como tutor@s a distância; vinte professoras da rede pública atuaram como tutoras presenciais. Quinhentos professor@s da rede pública de ensino se inscreveram no curso, oferecido em 10 Polos⁹ sediados em diferentes municípios das regiões do Estado de Santa Catarina, (GROSSI; LAGO, 2009:09).

O curso GDE visou à formação continuada de professor@s da rede pública de ensino, nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, para que est@s sejam capacitad@s para atuarem na educação formal, promovendo a igualdade e equidade para tod@s.

Objetivo

Buscamos conhecer as necessidades atuais d@s protagonistas do sistema educacional na perspectiva do desenvolvimento de uma Educação de Qualidade para tod@s. A análise crítica dessa experiência, poderá possibilitar novas reflexões sobre como essas temáticas (questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual) podem ser trabalhadas com mais eficácia na prática educativa no cotidiano escolar. Também, poderá proporcionar um maior conhecimento sobre qual foi o impacto deste curso de formação nas escolas de Santa Catarina, o que mudou na prática docente d@s professor@s que realizaram esse curso. Quais foram as dificuldades encontradas pel@s mesm@s à implantação dos conceitos teórico-metodológico da proposta do GDE.

⁹ Os 10 Polos são: Blumenau, Braço do Norte, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, Itapema, São José e Videira.



Além disso, objetivamos identificar quais mudanças deveriam ocorrer na proposta teórico-metodológica do curso do GDE, para que este possa cumprir com a sua função de fornecer aos educador@s instrumentos necessários para a promoção de uma educação democrática, plural e equitativa.

Justificativa

Esta pesquisa busca dar continuidade ao processo de avaliação que foi realizado pelas coordenadoras executivas do GDE-SC no segundo semestre do ano de 2009 após a finalização da primeira edição do curso. Cabral e Minella publicaram no artigo intitulado “Entre olhares e lugares: uma avaliação da formação em Gênero e Diversidade na Escola por tutor@s e cursistas”, os resultados da avaliação do curso realizado por tutor@s e cursistas. Essa análise foi feita a partir de questionários elaborados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) para análise nacional desta política pública em sua primeira edição nacional.

Considerando a avaliação feita por estas autoras, o curso GDE foi significativo para a formação continuada de educador@s da rede de ensino, pois este ofereceu instrumentos teórico-metodológicos no campo das temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais para que @s educador@s possam trabalhá-los nas escolas.

A análise de Minella e Cabral propõe que se faça após certo tempo contato novamente com @s educador@s cursistas para conhecer as necessidades, as dificuldades e as contribuições que este curso gerou no contexto escolar na continuidade do trabalho nas suas próprias escolas. É neste sentido que iniciamos nossa pesquisa e estamos realizando questionários com @s ex-cursistas e entrevistas qualitativas com @s professor@s.

Partindo do pressuposto que esse curso proporcionou uma rede de colaboração para a discussão e compartilhamento de informações sobre



práticas pedagógicas inclusivas na escola; ofereceu seminários e palestras sobre o tema Relações de Gênero e Diversidade; possibilitou a formação continuada de professor@s por meio das redes de discussão sobre educação para a diversidade, buscamos conhecer quais outros frutos este curso, continua produzindo no contexto em que ess@s educador@s ex-cursistas estão inseridos.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa adotamos uma abordagem mista, incluindo métodos qualitativos e quantitativos, por acreditarmos que estes se complementam e proporcionam dimensões mais abrangentes para a concepção do trabalho de investigação, buscando desta forma, a compreensão da complexidade do estudo em foco.

No campo da educação a utilização de abordagens “mistas”, ou seja, pesquisas que vêm fazendo uso de ferramentas de ambas as perspectivas - qualitativa e quantitativa - é uma perspectiva atual como sugere MAY:

[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática, (2004:146).

Consideramos, seguindo esta orientação teórica que o uso de técnicas qualitativas e quantitativas, tanto para coleta quanto análise de dados, permite, quando combinadas, construção de estudos, reflexões mais significativas e aprofundadas apontando diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto de pesquisa.

Segundo o autor alemão Uwe Flick, “as abordagens de metodologia mista interessam-se por uma combinação pragmática entre pesquisa qualitativa e quantitativa, o que deverá pôr um fim às guerras de paradigmas de tempos



remotos”, (2009:40). Neste sentido, é importante abordar que as pesquisas qualitativas e quantitativas oferecem perspectivas diferentes, mas estas não são compreendidas como opostas.

Na perspectiva qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fatos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – objetivando interpretar e compreender a situação em foco de acordo com a perspectiva dos participantes, sem se preocupar com a representatividade numérica e as generalizações estatísticas, (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida entre os meses de junho e setembro de 2011 com os seis profissionais do Ensino Superior que atuaram como professor@s no curso do GDE no primeiro semestre no ano de 2009. Para tanto, foi utilizado o método de entrevistas focalizadas, que é uma técnica de entrevista semiestruturada que busca obter informações sobre um determinado, focalizado assunto, (Merton, 1946, Kendall, 1984). A entrevista foi feita por meio de “*Leitfaden*”, um guia/fio condutor que possui como função orientar os caminhos da pesquisa. No total foram entrevistad@s seis professor@s d@s nove que trabalharam neste curso de formação. @s outr@s três professor@s não moram nas proximidades de Florianópolis e isto dificultou a participação d@s mesm@s.

A pesquisa quantitativa considera que os dados podem ser quantificáveis, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e interpretá-las. Esta é desenvolvida segundo as perspectivas do pesquisador e geralmente, se utiliza de questionários fechados ou abertos. Nesta abordagem dificilmente se escuta @ sujeit@ após a coleta de dados, pois se está mais interessado em dados quantitativos, enquanto que na qualitativa, há mais reflexão e interação com @ sujeit@ participante da pesquisa.

A pesquisa quantitativa foi realizada com @s educador@s das escolas públicas de Santa Catarina, que foram aprovad@s no curso de formação à distância Gênero e Diversidade na Escola – GDE. Esta pesquisa foi



desenvolvida através de questionários, que encaminhamos por e-mail para tod@s @s 310 educador@s aprovad@s no curso do GDE. No total recebemos 54 questionários respondidos, representando no mínimo quatro participantes por polo. Destes 310 e-mails enviados, em torno de 58 retornaram.

A análise dos dados qualitativos foi realizada de acordo com o método “análise de conteúdo qualitativo de Mayring” (2007). Esse autor conceitua a análise de conteúdo qualitativa como um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter através de procedimentos sistemáticos uma descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens, (MAYRING, 2007: 467). Além disso, a análise de conteúdo qualitativa é considerada um método para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema por um grupo que experienciou esta prática.

O método análise de conteúdo possibilita a sistematização e interpretação dos dados a partir da construção de categoriais principais que orientam a compreensão do objeto pesquisado, fundamentadas segundo o referencial teórico. As categorias são obtidas de modelos teóricos, ou seja, uma teoria pré-existente serve de base para a codificação do material empírico e as categorias também podem surgir a partir da análise do material colhido no campo, devendo a análise ser realizada repetidas vezes, tendo como principal objetivo à redução do material, (MAYRING, 2007b:61).

A codificação dos dados foi desenvolvida por meio da técnica de sistematização segundo Mayring e, com o apoio do programa de computação chamado MAXQDA. Este programa é uma ferramenta informatizada para análise de dados qualitativos e, proporciona uma assistência técnica na interpretação dos mesmos.

5) Resultados



Neste item apresentaremos alguns dos resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa. O nome dos polos e os nomes d@s professor@s são fictícios, pois esta é uma forma de não identificar e associar as falas d@s participantes com os polos nos quais desenvolveram seus trabalhos.

5.1 Dados da pesquisa qualitativa

Alguns/mas d@s professor@s entrevistad@s enfatizaram nas suas falas que não acreditam que o curso do GDE tenha possibilitado mudanças efetivas nas práticas cotidianas d@s profissionais da Educação e apontam alguns indicadores:

a) Sensibilização d@s professor@s

Os resultados sinalizam que o curso foi importante para a sensibilização d@s educador@s das escolas públicas em relação às temáticas – questões de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, como podemos constatar na fala da professora Ana Maria:

Eu acho que a grande contribuição desse primeiro curso foi a sensibilização para o tema. Eu não acredito em mudança que se dizia o tempo todo no curso, até porque este era de curto prazo com uma carga horária relativamente pequena, porque isto implica uma mudança de paradigma, de uma visão de mundo, de um olhar pedagógico. Então na minha percepção a grande contribuição do curso foi sensibilizar para o tema, para a importância do gênero e da diversidade. E não acredito, sinceramente, que o curso tenha trazido uma mudança substancial na prática, até porque o que eu percebi no Polo A onde eu atuei, vinha um professor por escola e orientamos sobre a importância de eles tentarem socializar aquele aprendizado na escola porque sozinho o professor não ia dar conta, de mudar toda a realidade, um paradigma hegemônico que estava antes. Na minha percepção a grande contribuição foi essa, foi a sensibilização para o tema. (Ana Maria, 2011:01)

A professora entrevistada nos alerta que o curso proporcionou a sensibilização d@s profissionais da educação em relação a estas temáticas e que isto não é suficiente para que @s educador@s mudem o seu jeito de



pensar e agir e argumenta que para tanto, é necessário uma mudança de paradigma. Paradigma pode ser entendido com um modo de pensar, um conjunto de ideias e crenças através das quais se interpreta o mundo, (Kuhn, 2000). Paradigma é “um modelo, exemplo” e a expressão mudança de paradigma segundo Kroll “é usada desde a década de 1960 nas áreas das ciências sociais e nos estudos de gênero para questionar o androcentrismo e a influência das ciências naturais na elaboração das teorias científicas”, (2002:331).

A partir deste estudo, podemos dizer que é necessário mais do que sensibilizar @s professor@s em relação às temáticas de gênero, relações étnico-raciais, diversidade sexual, ou seja, é indispensável @s instigar e @s desafiar a intervir efetivamente junto com @s alun@s e a comunidade escolar, porque "quem sabe pensar, entretanto, não faz por fazer, mas sabe por que e como faz" (DEMO, 2005:146) e o que a sua postura poderá contribuir na constituição de sujeitos cidadãos.

b) Conhecimentos teóricos e metodológicos não bastam

A professora Janete afirmou durante a realização da entrevista que o curso GDE oferecia a discussão de temáticas complexas e que para tanto, é necessário mais do conhecimento e técnicas pedagógicas para que estas possam ser discutidas nas escolas com @s professor@s e alun@s.

Esta não é uma temática muito tranquila porque não basta ter conhecimentos e até mesmo aprender atividades didáticas que poderão ser desenvolvidas em sala de aula com crianças e jovens. Mas, isso não basta porque a discussão da sexualidade e essas discussões que envolvem tabus sociais, temáticas de preconceitos, não bastam as pessoas estarem instrumentalizadas e aprenderem a didática e a metodologia do ensino e ter algum conhecimento pra discutir. Elas precisam superar algo que é maior, que é o controle social, que é o rigor social, o rigor da sociedade em relação a essas temáticas, que é o temor da escola em assumir essas temáticas e é a falta de vontade política da escola em definir que essas serão temáticas do



currículo. Portanto, muitas vezes as pessoas, elas estão preparadas elas tiveram interessantes discussões no curso, (Janete, 2011:33).

Pedro assinalou que “a educação não é mágica, acho que isso é fundamental a gente entender. Quer dizer, não é com um curso, por melhor e mais maravilhoso que seja, de tantas horas, tu vais querer que um cara mudasse uma construção de trinta e poucos anos da vida DELE”, (Pedro, 2011:30).

c) Gênero e Diversidade no Projeto Político Pedagógico da Escola

Para que o GDE realmente seja discutido e implantado nas escolas é importante que as temáticas Gênero e Diversidade sejam contemplados no Projeto Político Pedagógico da Escola e não apenas no plano de trabalho individual de alguns professor@s, como nos indica Ana Maria:

Assim, eu acho muito complicada, como te falei para trazer mudança mesmo de comportamento na prática pedagógica, eu acho que primeiro a importância da incorporação disso no Projeto Político Pedagógico e não num projeto de professor, um projeto da escola, projeto político pedagógico, (Ana Maria, 2011:05)

Também, é importante refletir sobre o perfil d@ professor@ que se inscreve neste curso. A mesma professora alerta que a grande maioria dos professores que fizeram curso no meu polo, eram professores oriundos das ciências biológicas, então aquela visão de que ainda esse assunto é para ser tratado pelo professor de ciências, professor de biologia e a gente tinha professor de matemática, inclusive homem, que me chamou atenção. E os outros professores que estavam eram da educação infantil, (Ana Maria, 2011: 07)

Neste contexto ressalta-se que as temáticas do GDE, segundo as recomendações do MEC devem ser trabalhadas de forma transversal, pois, não é somente de responsabilidade d@s professor@s de ciências biológicas, mas de tod@s que atuam na escola. As temáticas de gênero e diversidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) são contempladas como Temas Transversais, ou seja, são temas que devem ser trabalhados em várias disciplinas.



d) Falta de apoio d@s gestor@s escolares

A maioria d@s professor@s entrevistad@s constatou que a falta de apoio d@s gestor@s escolares implicou tanto na qualidade das aulas presenciais durante a realização do próprio curso (2009) quanto na implantação das temáticas de Gênero e Diversidade nas escolas.

Segundo Isabel, professora responsável pelas aulas presenciais do GDE ressaltou que muitos d@s professor@s que fizeram o curso no seu polo, não conseguiram apoio das escolas para participarem das aulas presenciais: “Os educadores não recebiam falta, mas tinham que pagar hora extra. Isso desestimulava muito, e por isso, nas sextas-feiras vinham 30% 40% d@s cursistas porque el@s não queriam pagar hora extra”, (Isabel, 2011:06).

Janete enfatizou que, no seu ponto de vista, as escolas também não apoiaram os educador@s que estavam fazendo o curso, no momento em que est@s tinham que realizar o projeto de intervenção na escola.

Elas tiveram assim bastante ideias de como fazer atividades com crianças e jovens, mas elas encontram barreiras quando voltam para as escola, elas não encontram apoio. A direção fica com receio da atitude dos pais, e de pessoas com muita liderança de alguma comunidade religiosa, que acha que aquilo vai ter alguma implicação maior e que é melhor não tocar naquele assunto. Então, eu acho que uma das coisas que eu sempre procuro fazer nos cursos além da discussão e teorização é esse questionamento político. Ele esta na frente até de saber se eu tenho algum conhecimento ou não, (Janete, 2011:33).

Durante a realização do curso, @s educador@s foram desafiados a construir e a desenvolver um projeto de intervenção nas suas escolas referentes às temáticas abordadas ao longo dos cinco módulos de formação.

5.2. Dados da pesquisa quantitativa

Os dados da pesquisa quantitativa apontam que a maioria d@s educador@s, que responderam o questionário, não estão desenvolvendo



atividades e/ou projetos sobre questões de gênero, relações étnico-raciais e diversidade na escola. Veja o quadro a seguir:

POLO/ n. de pessoas q responderam	Respostas em %
Blumenau -7	80% responderam que não há projetos
Canoinhas - 5	85% responderam que não há projetos
Chapecó- 6	90% responderam que não há projetos
Itapema- 5	100% responderam que não há projetos
Florianópolis- 8	65% responderam que não há projetos
Itajaí - 4	75% responderam que não há projetos
São José - 5	95% responderam que não há projetos
Videira - 5	100% responderam que não há projetos
Braço do Norte - 4	75% responderam que não há projetos
Concórdia -4	100% responderam que não há projetos

Este cenário, nos mostra que a maioria d@s educador@s que tiveram uma formação específica neste campo, não estão trabalhando os temas GDE na escola. Portanto, faz-se necessário refletir sobre a autonomia d@s mesm@s na elaboração do seu plano de aula.

Em torno de 80% d@s educador@s do@s 54 entrevistad@s apontaram duas causas como sendo as principais inviabilizadoras no processo de discussão e implementação das temáticas do GDE no cotidiano da escola. A



primeira seria a “Falta de capacitação e Formação” e a segunda a “Insignificância dos temas para o contexto escolar”.

5.3 Considerações finais

Os dados da pesquisa qualitativa e quantitativa se complementam e apresentam diferentes olhares sobre o mesmo tema - as contribuições e as implicações do curso GDE na prática docente d@s educador@s que receberam esta formação específica no campo de gênero, relações étnico-raciais e diversidade.

Os resultados apontam que o GDE foi importante para a sensibilização d@s educador@s para com estas temáticas. No entanto, os dados revelam que o conhecimento teórico-metodológico não é suficiente para que estes temas sejam implantados nas escolas, e que é necessário, além disto, vontade política individual e coletiva d@s gestor@s escolares e da maioria d@s docentes.

6) Referências Bibliográficas

DAUSTER, Tania. **Um outro olhar: Entre a antropologia e a educação**. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 18, n. 43, Dec. 1997.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 4ª ed, São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GROSSI; Miriam Pillar; LAGO, Mara Coelho de Souza. **Gênero e Diversidade na escola: uma experiência coletiva e transformadora**. In: MINELLA: Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana (Org.). *Práticas pedagógicas e*



emancipação: Gênero e diversidade na escola. Florianópolis: ed. Mulheres, 2009.

HADDAD, Fernando; FREIRE, Nilcéa; SANTOS, Edson. **Construindo uma política de Educação em Gênero e Diversidade.** In: Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/ES em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Livro de Conteúdos. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

HEILBORN Maria Luiza; RODHEN, Fabíola. **Gênero e Diversidade na Escola: A Ampliação do debate.** In: **Gênero e Diversidade na Escola:** Formação de Professoras/ES em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Livro de Conteúdos. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYRING, Philipp: **Qualitative Inhaltsanalyse. Grundlagen und Techniken** (9. Auflage, erste Auflage 1983). Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 2007.

ROCHA, A. L. C. Antropologia é útil na Escola. Disponível em <revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/antropologia-util-escola-4231.shtml> 23.02.2011.



b) Escola como espaço para reconhecimento das diferenças¹⁰

Mareli Eliane Graupe (UFSC/SC)
Tânia Welter (UFFS/SC)

RESUMO

A partir de dados etnográficos e de reflexões teóricas, esta comunicação propõe problematizar a ideia de que a escola apenas normatiza, "fabrica" sujeitos, reproduz preconceitos, estereótipos e estimula valores sexistas, racistas e heterossexuais. A experiência com pesquisas em escolas públicas estaduais de Santa Catarina (Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina – NIGS/NUR/UFSC), a realização de oficinas com estudantes do Ensino Fundamental e Médio (Projeto Extensão Papo Sério NIGS/UFSC) e a experiência de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC EM – NIGS/UFSC), nos indicou que a escola pode ser espaço para a convivência com e nas diferenças (Homi Bhabha), exercícios interculturais (Reinaldo Fleuri), troca de conhecimentos, reflexões, problematizações, estímulo para relações tolerantes, respeito as diferenças, também de gênero e sexuais. Além disto, a escola pode estar na contramão da homofobia familiar (Sarah Schulman) por ser espaço para vivências homoafetivas e transexuais e para conhecer teorias, políticas públicas e legislações que fortaleçam sujeitos no enfrentamento de estigmas, estereótipos e discriminações.

Palavras-chave: escola, diferenças e homofobia

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva problematizar a ideia de que a escola apenas normatiza, "fabrica" sujeitos, reproduz preconceitos, estereótipos e estimula

¹⁰ Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil.



valores sexistas, racistas e heterossexuais no cotidiano escolar, buscando também, apontar espaços e possibilidades para a desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação em relação à sujeitos que não se enquadram no modelo padrão.

A escola é o espaço da diversidade (sexual, gênero, classe social, religiosa, etária, pensamentos, comportamentos, conhecimentos) por excelência, embora muitas vezes o investimento na homogeneização e desconsideração da diferença seja constante e frequente. Esta constatação se aproxima da reflexão de Pierucci (2000) quando afirma que nós, os humanos, somos diferentes, de fato. O desafio está em garantir o “direito à diferença”. Voltando à escola, percebemos que as crianças, jovens, educadores e profissionais chegam à escola como sujeitos constituídos por identidades, práticas, vivências, comportamentos e estilos muito próprios e diversos uns dos outros. Como garantir que esta diferença não seja sufocada?

A noção de educação intercultural (Fleuri, 2002 e 2003) pode nos apontar uma perspectiva teórica para pensar as relações entre sujeitos e práticas educativas utilizadas nas escolas. Para Fleuri (2002), esta perspectiva “reconhece o caráter multidimensional e complexo (...) da interação entre sujeitos de identidades culturais diferentes e busca desenvolver concepções e estratégias educativas que favoreçam o enfrentamento dos conflitos, na direção da superação das estruturas socioculturais geradoras de discriminação, de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais” (2002:407).

A categoria de agência a partir de Ortner (2007) nos parece importante também para perceber o contexto da escola, constituída por sujeitos-agentes com desejos, intenções, objetivos, projetos, em constantes e dinâmicos “jogos sérios” com outros sujeitos estudantes, educadores, pais, legislações, às vezes em posições de empoderamento e subordinando outros, em outras sendo dominados ou resistindo.



Como sujeitos sociais¹¹, estudantes e educadoras/es¹² trazem para o ambiente escolar suas histórias, culturas, experiências e nela estabelecem e participam de constantes jogos de negociação de suas identidades e diferenças. Compreender a sala de aula como um espaço de negociação das diferenças é o primeiro passo para reflexão.

PROJETOS REALIZADOS EM ESCOLAS CATARINENSES

A equipe do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)¹³ desenvolveu diversos projetos de pesquisa, ensino, extensão e iniciação científica envolvendo estudantes e educadoras/es de escolas públicas do Estado de Santa Catarina entre 2007 e fevereiro de 2012. Dentre eles, destacaremos os seguintes projetos: projeto de extensão “Projeto Papo Sério – Educação, gênero e sexualidades”, o projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC Ensino Médio, CNPq/NIGS/UFSC) e o projeto de pesquisa “Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina” (Grossi e Dickie, 2008).

O Projeto “Papo Sério” é a principal ação de extensão realizada pelo NIGS desde o ano de 2007¹⁴. Este tem como objetivo principal problematizar as representações de gênero e sexualidade com jovens alunas e alunos das

¹¹ Mais próxima da noção de pessoa (Mauss), a categoria sujeitos sociais está sendo apropriada aqui na perspectiva de Ortner (2007:74), ou seja, como agentes inseridos em teias de relações de afeto, solidariedade, poder e rivalidade. Não são agentes totalmente livres, nem para formular e atingir suas metas, nem para controlar suas relações e atuam dentro de teias de relações que compõem seus mundos sociais. Esta categoria parece adequada para entender os sujeitos-agentes da escola, que sabemos, possuem desejos, intenções, objetivos, projetos, em constante e dinâmicas disputas com outros sujeitos estudantes, educadores, pais, legislações, as vezes em posições de empoderamento e subordinando outros, em outras sendo dominados ou resistindo.

¹² Por entender sua ação direta na formação de estudantes, estamos considerando como educadores tanto professores quanto diretoras/es, demais servidores/os, especialistas, seguranças, merendeiras e serviços gerais.

¹³ Núcleo de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado por Miriam Pillar Grossi. Para maiores informações sobre projetos, publicações, pesquisadores associados e eventos promovidos pelo núcleo, consultar: <http://www.nigs.ufsc.br/>

¹⁴ Projeto coordenado por Miriam Pillar Grossi e no ano de 2012 por Mareli Eliane Graupe.



escolas públicas da Grande Florianópolis, através da realização de oficinas temáticas dentro dos eixos de pesquisas realizadas no NIGS por seus diversos pesquisadores e pesquisadoras de graduação e pós-graduação.

Neste projeto atuaram pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimentos e formação, tendo em comum pesquisas e atuações nas áreas de gênero, sexualidades, homofobia e violências.

Antes da atuação nas escolas, as/os pesquisadoras/es do NIGS participam de uma formação nas concepções teórico-metodológicas no campo da educação e de gênero. Busca-se discutir referenciais teóricos que permitam a construção de uma visão plural sobre sexualidades; estimular reflexões sobre como estas temáticas são representadas; conhecer e apreender subsídios teóricos que possibilitem a construção de materiais pedagógicos e que contribuam no desenvolvimento das oficinas. E, por fim, somente a partir das demandas de estudantes e profissionais da educação, é que as oficinas são planejadas e realizadas.

Apenas para efeitos de visualização, no ano de 2011 foram realizadas 55 oficinas envolvendo mais de 700 estudantes da educação básica da Grande Florianópolis. Em torno de oitenta por cento destas oficinas abordaram as temáticas de gênero, sexualidades e violências, especificamente homossexualidade, homofobia, lesbofobia e transfobia, violências de gênero e outras formas de violências (como prática de bullying), religiosidades, sexo, gênero e identidades de gênero, relações contemporâneas entre adolescentes (amor, namoro e ficar), e também questões de saúde e prevenção. Nos últimos anos, a temática mais solicitada para realização de oficinas e formações nas escolas mais é violência.

Com a realização destas oficinas objetiva-se agregar conhecimentos e atrair estudantes na desconstrução de estereótipos e valores sociais que justificam e mantêm preconceitos e atitudes discriminatórias nas relações e no contexto escolar.



A segunda ação do Projeto “Papo Sério” é o Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas, realizado desde 2009 com objetivo de problematizar as representações de gênero e sexualidade com estudantes das escolas públicas de Santa Catarina¹⁵. Este concurso visa à criação artística de cartaz alusivo às questões que envolvem as diversas fobias nas escolas como parte das ações do dia 17 de maio, Dia Mundial de Combate à Homofobia reconhecido em lei no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, como Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia (Lei Municipal 7.476/07).

Nas quatro edições deste Concurso de Cartazes foram elaborados 256 cartazes, envolvendo 935 estudantes, 41 escolas e 39 orientadores/professores/as vinculados às redes públicas municipais e estadual de educação básica.

O projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC/CNPq) foi desenvolvido entre outubro de 2010 e fevereiro de 2012 como parte do Projeto Papo Sério, principal ação de extensão do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC na área de gênero e sexualidades¹⁶. Este projeto, inovador no campo da formação de jovens estudantes em instituições públicas, visou introduzir estudantes de escolas da Grande Florianópolis em atividades de iniciação científica no campo da Antropologia e nos Estudos de Gênero e Sexualidade.

O Projeto PIBIC EM realizado no NIGS envolveu diretamente dez jovens estudantes vinculados a cinco escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina da Grande Florianópolis, com idades entre 14 e 18 anos.

A formação científica destas/es jovens estudantes ocorreu através da participação em grupo de estudos, oficinas, minicursos, eventos científicos, acesso a leituras e elaboração de produções textuais, análises de filmes e documentários, realização de visita a cursos e espaços da universidade como

¹⁵ A edição de 2012 foi coordenada por Mareli Eliane Graupe.

¹⁶ Projeto coordenado por Tânia Welter e Miriam Pillar Grossi.



Planetário, Museu, Biblioteca, realização de viagens de estudo, participação como autores em eventos científicos, realização de pesquisas de campo, entre outras. Como método de formação, estes/as elaboraram relatórios semanais, semestrais, anual, realizaram atividades de formação em artes e línguas estrangeiras (espanhol e inglês) e em música (violão), através de programas de extensão da UFSC. Tiveram também uma formação e experiências metodológicas realizando pesquisas de campo, digitalização de trabalhos acadêmicos e transcrição de entrevistas.

E, por fim, a pesquisa “Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina” realizada por estudantes e professoras vinculadas a dois núcleos de pesquisa de Antropologia da UFSC (NIGS e NUR¹⁷) entre 2007 e 2008 como resposta a um edital da Comissão de Cidadania e Reprodução, Programa de apoio a projetos em Sexualidade e saúde reprodutiva (PROSARE), vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), foi por eles financiado com fundos também da Fundação McArthur. A pesquisa teve como objetivo geral observar a situação do Ensino Religioso no Estado de Santa Catarina, em especial no que diz respeito à veiculação de informações sobre gênero e sexualidade.

As equipes de pesquisas utilizaram, de forma combinada, métodos qualitativos e quantitativos na coleta de dados como questionários, entrevistas semiestruturadas, diário de campo e observações etnográficas.

Foram realizadas coletas de dados em diversas regiões do Estado de Santa Catarina e envolveram estudantes, docentes e lideranças do Ensino Religioso. Em dez cidades de Santa Catarina foram realizadas entrevistas com docentes da disciplina de Ensino Religioso e de outras disciplinas que têm trabalhado com as questões de gênero e sexualidade, atuantes em escolas estaduais previamente definidas, e aplicados questionários a estudantes de

¹⁷ Núcleo de Estudos de Modos de Subjetivação e Movimentos Contemporâneos – Linha de pesquisa: Antropologia da Religião (NUR). Pesquisa coordenada por Miriam Pillar Grossi e Maria Amélia Schmidt Dickie.



quinta a oitava série (do sexto ao nono ano) que frequentam a disciplina de Ensino Religioso. Para conhecer o processo de formação de docentes de ER, foram realizadas entrevistas com docentes e coordenadores/as dos Cursos de graduação em Ciências da Religião que foram ministrados na última década em Santa Catarina, bem como analisados os currículos destes cursos. Foram entrevistados também lideranças das instituições estaduais e nacionais ligadas ao Ensino Religioso como ASPERSC (Associação dos Professores de Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina), CONER/SC (Conselho para o Ensino Religioso – Santa Catarina) e FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso).

Ao todo, 657 questionários foram respondidos por estudantes do ER nas séries finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina objetivando verificar como estes percebem e se posicionam face à disciplina de ER; o que pensam sobre religião, cidadania e direitos em geral; como se posicionam a respeito das discriminações: religiosas, de gênero, étnico/raciais; se há diferenças significativas entre estudantes que frequentam ou não as aulas de Ensino Religioso.

O desenvolvimento destas pesquisas, das atividades de extensão e o projeto de iniciação científica com estudantes de ensino médio possibilitou uma aproximação da equipe do NIGS¹⁸ nas escolas e diálogo com as preocupações e interesses das comunidades escolares, especialmente em torno das problemáticas de Gênero e Sexualidades.

Os projetos descritos acima e desenvolvidos nos últimos seis anos envolveram mais de cento e cinquenta (150) pesquisadoras/es e em torno de três mil (3000) estudantes e professoras/es de escolas públicas do estado de Santa Catarina.

ALGUMAS REFLEXÕES

¹⁸ Formada por estudantes de graduação, pós graduação, pós doutorado e docentes.



Como veremos abaixo, os relatos e avaliações de participantes dos projetos e ações de extensão apontaram aspectos importantes para problematizar a noção de que a escola apenas “normatiza e produz sujeitos”. Partimos da compreensão de que embora a escola muitas vezes esteja serviço de reproduzir e estimular valores hegemônicos e seus sujeitos estejam imbuídos destes, os sujeitos sociais não são passivos receptores dos comportamentos, pois reagem, recusam ou até assumem valores diferentes. Estas rea(cão) parecem confirmar a hipótese de Ortner (2007) de que sujeitos sociais são sempre agentes.

Iniciamos esta reflexão com o relato da oficina “Sexualidades”¹⁹, realizada em outubro de 2011 com estudantes de educação básica de uma escola pública da rede estadual de ensino localizada no município de Florianópolis.

A maioria dos estudantes afirmou que há preconceitos contra gays, lésbicas e travestis na escola, que o mesmo ocorre de forma verbal (piadinhas, xingamentos, apelidos) e física, mas também exclusão, evitação, isolamento. Observaram diferenças entre a manifestação do preconceito na escola – com alunos ocorre “na cara” e com professores e profissionais, “nas costas”. Muitos repudiaram publicamente a homofobia e afirmaram que se deveria estimular a conscientização, fazer manifestações e “greves” contra estas formas de discriminação e que a homofobia deveria se tornar crime, passível de punição. Foi um dos meninos que comunicou-se com expressões afirmativas e maliciosas durante a leitura utilizaram a história de Naldo (menino da história) para afirmar que “o ser humano pode mudar”. Uma estudante afirmou que a homofobia se encontra na família, que muitos pais não compreendem os filhos, e na igreja, muitos utilizam a palavra de Deus para afirmar que a homossexualidade é anormal, uma aberração. Contou a própria história – que sua mãe a aceita (lésbica), mas que seu pai não. Lembrei-me imediatamente do texto de Sarah Schuman sobre Homofobia Familiar (traduzido e apresentado para o grupo por Felipe Bruno Martins Fernandes) e de Daniel Borrillo, especialmente quando traz as reflexões do historiador John Boswell. Este afirma que a maioria dos homossexuais não provém de famílias homossexuais, sofrem

¹⁹ Oficina coordenada por Felipe Bruno Martins Fernandes.



opressão e muitas vezes não contam com conselhos e o apoio afetivo por parte dos pais.

A sexualidade e especialmente, a homossexualidade e homofobia ainda são assuntos considerados delicados no ambiente escolar. A “pedagogia do insulto” constituída de “piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes” (Junqueira, 2009:17) recorrentemente se instaura na escola e produz poderosos mecanismos de silenciamento e dominação simbólica. Por meio dessa pedagogia, estudantes aprendem a ser hostis aos homossexuais, negros, religiosos, antes mesmo de saber a que se referem.

O relato acima, nos indica, no entanto, que é possível e desejoso criar ambientes propícios para reflexão aberta e coletiva a respeito disto. As oficinas são formas interessantes de apresentar e explorar conceitos que possibilitem discutir e compreender as sutilezas dos estereótipos criados em torno de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, além de fortalecer a mobilização pelo respeito às outras pessoas, dentro e fora da escola.

Outros aspectos do relato da oficina “Sexualidades”, reforçam a importância da reflexão coletiva e fundamentação teórica.

Da atividade de elaboração e exposição de cartazes produzidos em grupos na oficina “Sexualidades”, destacamos as seguintes frases e aspectos:

- Um grupo formado por um menino e duas meninas (que requisitaram que acrescentássemos a bissexualidade no título da oficina) escreveram a seguinte frase em seu cartaz: “somos todos igualmente diferentes” (com cores diferentes)
- Um grupo de meninas escreveu: “Diga não ao Preconceito”, “Liberdade” (símbolo de certo), “Preconceito” (símbolo de errado).
- A equipe formada por uma menina que se assumiu publicamente ser lésbica durante a oficina, outra menina e dois meninos escreveu: “Os preconceitos são de diferentes tipos e deveria ser discutido onde conquistamos a nossa base. Ex: casa e principalmente nas escolas”.
- Três meninas desenharam um casal de meninos de mãos dadas e escreveram “Vivemos em um mundo em que as diferentes opções são tratadas com desigualdade. Isto tem que mudar”.



- Dois meninos muito jovens escreveram e defenderam no grande grupo: “Diga não à discriminação”.

Verificamos nos relatos acima o desejo expresso de reflexão sobre atitudes e ações discriminatórias, especialmente no que tange a questões de gênero e sexualidade que fogem do padrão de normalidade. Gostaríamos de destacar que as equipes e o grupo maior foi formado por estudantes que não se conheciam de diversas séries do Ensino Fundamental e Médio, ou seja, mesmo diante de desconhecidos assumiram posições contrárias a discriminação. Além do desejo de reflexão e oposição a atitudes discriminatórias, constatamos ações propositivas de estudantes, inclusive muito jovens, como, por exemplo, na afirmação “diga não a discriminação”.

O relato da oficina “Gênero, educação e sexualidade – construindo espaços para a diversidade”²⁰, realizada numa escola pública da rede estadual de ensino, Florianópolis, em novembro de 2011, para estudantes de Magistério (Ensino Médio) e Educadoras, também apontou a importância da reflexão “aberta” e teórica sobre gênero e sexualidade.

Encerramos a oficina com avaliação (escrita e anônima) e discutimos propostas de formação e atuação para a diversidade. Tivemos avaliações ótimas, excelentes diálogos e desejos de continuar a discussão futuramente.

Avaliação de uma educadora: “Esta oficina sem dúvida nos ajudou muito a compreender as *diferenças* que encontramos na escola e em outros campos da sociedade e como interpretar essas divergências como educador de maneira inteligente, ou seja, conhecer o que podemos contribuir para uma sociedade composta de pessoas mais humanas”.

Avaliação de outra participante: “É importante o respeito das pessoas em questão da opção oposta da sexualidade. É importante! Respeito, e compreensão e procurar não julgar e não discriminar. E que os outros pensem das pessoas em questão da homossexualidade, o importante é procurar ser feliz”.

Outra avaliação: “Amei a palavra de vocês e estou com toda a certeza ‘nutrida de conteúdo necessário para me ajudar no convívio com pessoas com identidade de gênero diferenciadas e

²⁰ Coordenada por Tânia Welter e Mareli Eliane Graupe.



adquirir um embasamento muito bom e importante para minha prática educacional”.

De forma semelhante aos estudantes, os discursos (Ricoeur, 1989) destas educadoras e futuras educadoras também afirmam a necessidade e desejo de dialogar, refletir e se fundamentar teoricamente no enfrentamento de preconceitos e discriminações na escola e em outros ambientes. Não estamos afirmando que o firme propósito e a reflexão garantirão o não exercício de ações discriminatórias destas profissionais, mas que estas percebem uma relação entre estes dois campos.

Uma estudante de um curso pré-vestibular comunitário de Florianópolis, avaliou²¹ da seguinte forma a oficina “Educação e diversidades”, realizada em novembro de 2011 em Florianópolis²².

Apreendi muito. Falou-se de preconceito e coisas que não conhecia. Fiquei lisonjeada e impressionada com os assuntos. Gostei bastante, mesmo em pouco tempo de aprendizado, aprendi a ser um ser humano com a cabeça mais aberta e melhor, **aprendi a ver os outros como a mim mesma**, pois um dia nas circunstâncias da vida poderia ser essa pessoa e não gostaria de ser nem sentir o que ela tem.

Constatamos durante a realização das oficinas que o tema das diferenças geralmente é entendido pela maioria dos participantes (estudantes e docentes) como algo negativo e associado às situações de desigualdade ou *déficit* de aprendizagem. Para estes, as diferenças étnico-raciais, gênero, religiosa e orientação sexual estariam motivando práticas discriminatórias e ideias preconceituosas.

Em contraposição a esta ideia, Fleuri (2002) percebe as diferenças entre os sujeitos como algo positivo. Argumenta o desafio é integrar as diferenças sem anulá-las, ativar o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos.

²¹ De forma anônima e individual.

²² Coordenada por Tânia Welter, Mareli Eliane Graupe e Raruilquer de Oliveira.



Já, para Bhabha,

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 2001, p. 21).

Para este autor, a diferença cultural se constitui enquanto um processo de enunciação (atos, palavras) da cultura. É um processo de significação, através do qual, as culturas se diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, de poder, referência, aplicabilidade e capacidade.

A proposta de trabalhar gênero, sexualidades e diferenças culturais, na perspectiva da educação intercultural (Fleuri, 2002) nos parece interessante no reconhecimento e positivação de diferenças no ambiente escolar.

Diversos bolsistas de iniciação científica no ensino médio também avaliaram positivamente a oportunidade de dialogar com as diferenças, estudar, pesquisar e produzir sobre questões de gênero e sexualidade.

Aprendi sobre temas que eu nunca tinha discutido. Consigo hoje **ter respeito e consideração** por pessoas que não são exatamente como eu ou do mesmo modo (Bolsista, 14 anos, estudante do primeiro ano do Ensino Médio).

Nesse semestre aprendi mais sobre a sexualidade, gênero, percebi em algumas atitudes que **sou contra o racismo e o preconceito e desnaturalizei a violência**. Na sociedade em que



vivo ainda consigo encontrar violência e preconceitos camuflados (Bolsista, 18 anos, estudante do segundo ano do Ensino Médio).

Acredito que tive um significativo crescimento no projeto PIBIC EM do NIGS. Digamos que posso dividir minha vida entre antes e depois da bolsa. Cresci não só intelectualmente, mas também como pessoa, aprendi a trabalhar em grupo, **modifiquei meus pensamentos** deixando de lado o senso comum e trabalhei em algo que estava estagnado em mim que era a questão do preconceito. Dentro do projeto convivi com grandes pessoas de pensamento extremamente ampliado que me mostraram (direta ou indiretamente) que a sexualidade, religião, cor, etnia e etc. não definem o que uma pessoa é de fato, sendo o preconceito algo banal e inexplicável.

Nós jovens constantemente somos questionados de nossa capacidade e diversas vezes a própria sociedade (através da mídia e até mesmo da escola) fazem este questionamento, tentando estagnar em nossa mente a idéia de que pobres e estudantes de escola pública não tem capacidade de entrar em uma universidade e infelizmente muitos aceitam este pensamento, devido à pressão de ter que arrumar um emprego para ajudar nas despesas domésticas muitos deixam de lado o estudo. Confesso que tinha este pensamento, mas como bolsista pude ver que a universidade e o ensino superior não são coisas distantes e sim algo possível e de extrema importância. (Bolsista, 17 anos, estudante do segundo ano do Ensino Médio).

Estas falas nos remetem ao conceito de agência e empoderamento cunhado por Ortner (2007). A agência não tem só a ver com a maneira como os atores sociais se empoderam, jogam os jogos de sua cultura, mas principalmente com o desnudar o que são os jogos culturais, as ideologias e o fato de que, ao jogarem o jogo são reproduzidos e transformados. Pareceu-nos que foi este o processo vivenciado pelos bolsistas PIBIC/EM, quando afirmam que este projeto possibilitou desconstruir, desnaturalizar e reconstruir seus saberes, aprendizados, atitudes e conceitos como homofobia, violência, sexualidade, racismo, preconceito, entre outros. Desta forma, acreditamos que este projeto possibilitou reflexões e amadurecimentos teóricos, além de propósitos para relações menos preconceituosas e discriminatórias.



Durante a realização de pesquisa etnográfica em escolas catarinenses (Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina) observamos alguns comportamentos que merecem reflexão.

Resolvemos entrar pela porta lateral para visualizar a chegada de alunos. Direcionávamo-nos para a porta lateral (atrás de três meninas que sabia que eram alunas da escola por já ter assistido a uma aula em sua turma). Percebemos um grupo de pessoas encostadas no portão. **Duas das pessoas se abraçavam e se beijavam.** Quando chegamos perto, percebemos que o grupo era composto apenas por meninas e que, conseqüentemente, as duas que estavam se beijando eram mulheres. Elas usavam, em sua grande maioria, calça moletom, camiseta e jaqueta, sendo algumas com boné, outras sem. (Extrato de diário de campo, Itajaí, 16/06/2008).

Embora educadores afirmem recorrentemente que não se permite manifestações públicas de afeto nos espaços públicos da escola, o relato acima e outros a que tivemos acesso, nos indica que expressões de afeto, inclusive homoeróticas, estão presentes dentro e fora da instituição escolar.

Em outra escola pública catarinense a equipe de pesquisa encontrou cartazes, expostos em abril de 2008, cuja confecção foi solicitada pela professora de Educação Física. Abaixo alguns discursos dos cartazes:

RESPEITO: devemos respeitar a tudo e a todos. Respeito é respeitar os negros. Seja tolerante às diferenças. Considere os sentimentos dos outros. Não ameaça ou agrida alguém ou machuque alguém. Lide tranqüilamente com a raiva, insultos e desacordos. (Cartaz feito por 04 meninos da sétima série).

Cidadania! Cidadania: qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade política, o conjunto dos direitos civis e políticos. (O cartaz trazia ainda fotos de pessoas negras, com roupas típicas, batendo tambores, alunos em situações diversas e placas de trânsito).

Respeito: Respeito entre amigos. Respeito ao meio ambiente. Respeito aos idosos. Respeito às diferenças. Das oito fotos que compunham o cartaz, quatro eram de pessoas brancas com pessoas negras (“fotos inter-raciais”).



Respeito. Independente de cor, estilo, classe social... respeite SEMPRE. (As fotos eram de um menino tatuado, de um homem branco abraçando crianças negras e de sete bonequinhos, cada um escrito uma coisa- BV, Emo, Gay, Gótico, Nerd, Patty, Mano. O cartaz foi feito por duas meninas da oitava série).

Observamos que os discursos dos cartazes elaborados por estudantes se aproximam muito do “discurso legal” do Ensino Religioso, que insiste no respeito às diferenças. Utilizando recorrentemente a categoria de alteridade, a legislação educacional reafirma que esta disciplina deve garantir “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil” (Lei nº 9475/97) e seus profissionais devem estimular estudantes no exercício da tolerância, diálogo, abandono de idéias preconceituosas e ações discriminatórias contra o diferente.

Perguntados sobre a convivência com outras religiões na escola. A resposta mais ouvida nesta pesquisa foi “é normal”. O que esta afirmativa indica? Estaria indicando que não há dificuldade no relacionamento entre crianças e jovens com religiosidades e vínculos religiosos diferentes? Uma resposta de um estudante de 15 anos poderia indicar um caminho para explicar esta “normalidade”. Este afirmou: “é normal porque é o mesmo Deus”.

Outro aspecto que merece especial atenção é o fato de que nenhum/a estudante assumiu fazer parte de uma família homossexual. Foram recorrentes, no entanto, relatos sobre a convivência próxima ou distante com gays, lésbicas, travestis e transexuais, que são reconhecimentos como parentes, amigos, vizinhos, padrinhos, madrinhas, conhecidos e colegas de escola ou trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As avaliações e detalhes dos projetos acima relatados nos apontaram que a escola pode ser espaço para a convivência com e nas diferenças (Homi Bhabha), exercícios interculturais (Reinaldo Fleuri), troca de conhecimentos,



reflexões, problematizações, reações, estímulo para relações tolerantes, respeito às diferenças, também de gênero e sexuais. Além disto, a escola pode estar na contramão de práticas homofóbicas vivenciadas na família (Sarah Schulman), ser espaço para vivências homoafetivas e transexuais e para conhecer teorias, políticas públicas e legislações que fortaleçam sujeitos na resistência (Sherry Ortner) a modelos hegemônicos e no enfrentamento de estigmas, estereótipos e discriminações.

Nos indicam também a emergência de construção de perspectivas novas de práticas educativas para reconhecimento e diálogo entre diferenças e identidades culturais nos contextos educacionais ou não. Para além de uma compreensão estereotipada, rígida, hierarquizante, disciplinar, normalizadora sobre como devem ser e se comportar estudantes no contexto escolar, emerge um campo híbrido, fluido que possibilita discussão e reconstrução de outras normas, outros valores, enunciações sobre os diferentes sujeitos e identidades socioculturais.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. LIONÇO, T. & DINIZ, D. (Orgas.) **Homofobia & Educação** – Um desafio ao silêncio. Brasília/DF: Letras Livres, 2009.

FLEURI, Reinaldo M. “Intercultura e Educação”. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. São Paulo: ANPED, 2003. Pp. 16-35.

_____. “Educação Intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais”. **Perspectiva**. Florianópolis: CED/UFSC, p.405-423, jul./dez. 2002.

GROSSI, Miriam P. & DICKIE, Maria Amélia. **Ensino Religioso e gênero em Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa. Florianópolis: UFSC/PPGAS/NIGS/NUR, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In:

JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na Educação:**



Problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO/MEC, 2009.

NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES. **Projeto de Extensão “Papo Sério”**. Relatório Anual. Florianópolis: NIGS/UFSC, 2010.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P. et al (orgs.) **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. 2ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

RICOEUR, Paul. **Do Texto à Ação** – Ensaios de Hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

SCHULMAN, Sarah. “Homofobia Familiar: uma experiência em busca de reconhecimento” (tradução Felipe Bruno Martins Fernandes). **Revista Bagoas**, n. 05, 2010. Natal: CCHLA, 2010. P. 67-78.



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Laboratório de Antropologia
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

c) Subprojeto: **Curso de Formação Continuada sobre Gênero, Sexualidades,
homo-lesbo-transfobia nas escolas**

Florianópolis, 06 de março de 2012.



1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Subprojeto “Curso de Formação Continuada para Professores sobre **Gênero, Sexualidades, homo-lesbo-transfobia nas escolas**” será desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS. Este núcleo foi fundado em 1991 e desenvolve intensa produção teórica e política no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. As pesquisas são realizadas no campo das teorias queer e feminista sobre temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia, identidades, parentalidades e conjugalidades homossexuais, heterossexuais e transexuais, arte homoerótica, amor, gênero e sexualidade na escola, religiões e sexualidades, movimentos feministas e LGBTTTT e políticas públicas.

O NIGS integra a rede de núcleos do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC e é vinculado também ao Laboratório de Antropologia e aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) - linha de gênero.

Este curso de formação Continuada para Professoras/es sobre **Gênero, Sexualidades, homo-lesbo-transfobia nas escolas** faz parte do Projeto guarda-chuva “Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa Catarina (PNPD-CAPES, 2011-2014) e também, do subprojeto “Papo Sério: Gênero, Educação e Sexualidade (2007-2013)”. Este possuía primeiramente, como eixo central a realização de oficinas sobre gênero e sexualidade junto a estudantes de escolas públicas da grande Florianópolis. A partir de 2009, o projeto incluiu a realização do **Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas**, que se tornou uma atividade de referência deste projeto atingindo em 3 anos 30 escolas, 629 alun@s e 48 professor@s.



Concurso de Cartazes 2009-2011				
Edição/ Ano	Nº de cartazes enviados	Nº Escolas participantes	Nº Alunos	Nº Professores
1ª Ed. / 2009	19	04	97	04
2ª Ed. / 2010	46	08	165	11
3ª Ed. / 2011	123	18	367	23

O Concurso foi idealizado como parte das lutas relativas ao dia 17 de maio (data instituída por lei no município de Florianópolis como Dia Municipal contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia), com o objetivo de possibilitar que professoras/es incluíssem em seus planos de trabalho atividades sobre estas temáticas.

Este subprojeto de **curso de Formação Continuada para professoras/es** visa dar continuidade a esta importante atividade de extensão que se iniciou por meio do Projeto Papo Sério, que é um projeto consolidado e com um impacto significativo nas escolas da Grande Florianópolis. Desta forma, busca-se ampliar seus objetivos para a formação de professoras/es nas temáticas do concurso, que surgiu como uma demanda explicitada pelas escolas de forma importante no último ano.

A proposta do **curso de formação continuada para professoras/es sobre gênero, sexualidade e homo-lesbo-transfobia nas escolas** surgiu também como uma necessidade atual das/os profissionais da educação, uma vez que nos últimos anos foram lançadas várias políticas públicas que enfatizam a importância da realização de trabalhos contra a homofobia e sexismo na educação e na sociedade. Como por exemplo, podemos citar que os oito anos do governo Lula (2003-2010) representaram um momento de ascensão do combate à homofobia e ao sexismo no campo da Educação. Como pauta assumida pelo governo federal de Lula, a reflexão dos impactos



das desigualdades entre homens e mulheres nos processos de escolarização formal no sistema nacional de ensino público percorreram todo o período de seu governo.

Como resultado, destas políticas, o Ministério da Educação (MEC) assumiu, através de sua agência “caçula”, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD - criada em 2004), a elaboração e execução de políticas educacionais de combate à discriminação e preconceito no âmbito do sistema nacional de educação, priorizando os “eixos de opressão” do racismo, do sexismo e da homofobia. Portanto, com base nisto, entendemos o governo Lula induziu uma pauta anti-sexismo e anti-homofobia no sistema educacional brasileiro provocando mudanças estruturais nos modelos de gestão da educação pública.

Uma “Educação para a Sexualidade”, nos moldes propostos por Maria Luiza Heilborn (2006), vinha sendo desenhada desde os anos 1990 em que, nos últimos anos daquela década, se deslocava os conteúdos da “Educação Sexual” de uma perspectiva exclusivamente biológica para uma noção de sexualidade informada pelas Ciências Humanas, especialmente a Antropologia (CITELI, 2005; FRY et al., 2007; ROHDEN, 2009; JUNQUEIRA, 2009; DURHAM, 2010;). Também foi fundamental neste deslocamento o papel da teoria feminista que informava as agendas políticas de gênero da importância da transversalidade tanto dos eixos de opressão como dos marcadores sociológicos da diferença como condição para a promoção de políticas públicas mais eficazes no combate às desigualdades sociais (MORAGA, 1983; BANDEIRA, 2005). Desta forma o início dos anos 2000, especialmente os primeiros anos do governo Lula, assistiram o reposicionamento do gênero e da sexualidade como parte do quadro de temas de reflexão prioritária no campo da Educação (AUAD, 2006).

Houve compromisso do governo Lula nas duas gestões com as políticas educacionais anti-sexismo e anti-homofobia que se comprovam através da dotação orçamentária destinada a essas temáticas e da implementação de políticas públicas específicas. Tanto a SECAD como a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) destinaram recursos para o combate às desigualdades entre homens e mulheres na escola. Através do Programa Mulher e Ciência da SPM realizou-se, em parceria com várias instituições científicas (sendo o CNPq co-autor da ação), o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Com categoria



de premiação voltada a estudantes do ensino médio esta política possibilitou que escolas de todas as regiões do país criassem espaços de reflexão sobre o combate ao sexismo e a homofobia. (BRASIL. Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, 2009, p. 58).

Enfim, a realização do **curso de formação continuada para professoras/es sobre gênero, sexualidade e homo-lesbo-transfobia nas escolas** demonstra a importância do papel social das universidades públicas na sociedade. Também, que é possível ampliar continuamente o alcance do projeto, de suas atividades e da concretização de seus objetivos através da formação de redes e parcerias, tanto internas na UFSC quanto externas, com a Secretária de Educação e escolas (como por exemplo, na realização de oficinas, curso de formação, etc).

Por entendermos o compromisso da Universidade Pública com a sociedade, e sua responsabilidade na formação da nova geração de profissionais competentes, de pesquisadores e pesquisadoras, que buscam a construção de novos saberes e trocas de experiências objetivando qualificar cada vez mais as áreas de ensino, pesquisa e extensão, é que nos propomos a desenvolver este curso.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste curso é de contribuir na problematização e discussão de temas relacionados à convivência com as diferenças, sejam elas, racial, religiosa, de classe, gênero ou de orientação sexual. Também, busca-se por meio de referenciais teórico-práticos proporcionar aos/às participantes instrumentos para que est@s possam incorporar em suas práticas pedagógicas as temáticas sobre gênero, sexualidades, homo-lesbo-transfobia.

2.2 Objetivos específicos

- Visa contribuir na elaboração dos cartazes para o IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas
- Discutir sobre a importância dos estudos de gênero e sexualidades para o campo da educação.



- Problematizar a matriz heterossexista na educação e o preconceito contra a população LGBTTTT.
- Compreender a sexualidade como uma construção sociorrelacional.

3. METODOLOGIA

As aulas no curso de formação serão ministradas de forma presencial, objetivando uma permanente relação entre discussões teóricas e a prática pedagógica das/os professoras/es, limites e possibilidades da escola no enfrentamento e combate à violência contra homossexuais, transexuais e a qualquer outro tipo de violência e discriminação. Nesse sentido, os conteúdos serão abordados principalmente por meio de oficinas, aulas expositivas, pesquisa de campo e estudos individuais orientados, palestras, discussão de vídeos e outros meios que se mostrem favorecedores da participação aberta, criativa e crítica de todas/os.

A metodologia de oficina pedagógica será priorizada porque esta proporciona a construção de conhecimentos, com ênfase na ação, na interação e no diálogo integrando teoria e prática, proporcionando a análise da realidade em que as/os sujeitas/os estão inseridos e o intercâmbio de experiências e vivências. Vieira e Volquind conceituam oficina como sendo “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”, (VIEIRA; VOLQUIND: 2002:11).

A oficina pedagógica possibilita a vivência de situações concretas e significativas, pois possui como base o tripé: sentir-pensar-agir. Esta metodologia prevê apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva medido pelo diálogo.

O/a coordenador/a da oficina não simplesmente ensina o que sabe, não transmite conhecimentos, mas oportuniza o que as/os alunas/os necessitam saber sobre o tema a ser trabalhado, sendo, portanto, esta uma abordagem centrada no aprendiz e no processo de ensino e aprendizagem e não no/a coordenador/a. Desse modo, a construção de saberes, a reflexão e discussão, as ações relacionadas decorrem, principalmente, do



conhecimento prévio, das habilidades, dos interesses, das necessidades, dos valores e julgamentos dos envolvidos neste processo pedagógico.

Nessa proposta as/os participantes do curso são vistos como sujeitos de seu processo de aprendizagem, enquanto que o/a coordenador/a assume a função de mediador/a do conhecimento e, esse processo de aprendizagem compreende também a interação d@s participantes entre si, ato essencial para a construção da socialização dos saberes.

O diálogo e a problematização durante a realização das oficinas são entendidos como eixo e “selo da relação gnosiológica” (FREIRE, 1998, p.6). Nessa relação, percebe-se a importância do diálogo, que caracteriza o ato pedagógico: o diálogo e a problematização são essenciais na produção do conhecimento na escola.

A prática educativa é complexa, pois no contexto da sala de aula surgem questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal e mesmo, quer o/a coordenador/a tenha planejado a oficina em detalhes especificados, terá que estar preparado/a para a resolução de imprevistos que poderão surgir.

4. PÚBLICO ALVO

Gestor@s escolar@s e professor@s que atuam no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

5. CRONOGRAMA

Programação do curso

Módulo I: Gênero e educação (presencial)

Data: 23/04/2012

Horário: 13:30 até 17:30hs

Local: Miniauditório - CFH

Módulo II: Gênero e educação (semi-presencial)

Módulo III: Homo-lesbo-transfobia na escola (presencial)

Data: 17/05/2012

Local: Auditório do CFH

Horário: 13:30 até 17:30hs

Módulo IV: Educação, diversidade e violências de gênero (presencial)

Data: 23/05/2012



Local: Auditório do CFH
Horário: 13:30 até 17:30hs

Módulo V: Sexualidades e orientação sexual (presencial)

Data: **19/06/2012**
Local: miniauditório CFH
Horário: 13:30 até 17:30hs

6. BIBLIOGRAFIA

AUAD, Daniela. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 16, n. 19, p.57-76, jul./dez. 2006.

BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPal; SPM, 2005.

BRASIL. Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, 2009, p. 58).

CITELI, Maria Teresa. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 88, dez. 2010.

FRY, Peter Henry et al. AIDS tem cor ou raça?: interpretação de dados e formulação de políticas de saúde no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 3, p. 497-507, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz; Garamond, 2006.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 136, abr. 2009.



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

d) Relatório do Sub-projeto Formação Continuada



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Laboratório de Antropologia Social
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades**

Relatório: Curso de Formação Continuada “Gênero, Sexualidades, Homo-Lesbo-Transfobia nas escolas”

Florianópolis, 27 de junho de 2012.



NIGS. Relatório final do Subprojeto “Formação continuada para professores sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia nas escolas”, Florianópolis: UFSC, 2012.

RESUMO

Este relatório apresenta as atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas no subprojeto “Formação Continuada para Professores sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia junto ao Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero – NIGS e junto à Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - CMPPM no período de março a junho de 2012.

O Módulo I e II tratou sobre Gênero e Educação, Módulo III sobre Homo-lesbo-transfobia na escola, o IV sobre Educação, Diversidade e Violências de Gênero e o último módulo foi sobre Sexualidades e Orientação Sexual.

Participaram deste projeto 24 professores, 10 alunos de graduação e uma equipe de seis coordenadores do curso, e cinco palestrantes que foram convidados para atividades pontuais.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidades, formação continuada, professores, homo-lesbo-transfobia.



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	95
2.	OBJETIVOS	99
	2.1 OBJETIVO GERAL	99
	2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	99
3.	Desenvolvimento	100
	3.1 DIVULGAÇÃO DO CURSO: REALIZAÇÃO DE VISITAS NAS ESCOLAS	100
	3.2 MÓDULO I E II: GÊNERO E EDUCAÇÃO	105
	3.2.1 Atividade realizada à distância: Módulo II	107
	3.3 MÓDULO III: HOMO-LESBO-TRANSFOBIA NA ESCOLA (PRESENCIAL) ..	109
	3.3.1 Atividade à distância.....	110
	3.4 MÓDULO IV: EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO (PRESENCIAL)	112
	3.5 MÓDULO V: SEXUALIDADES E ORIENTAÇÃO SEXUAL	112
4.	AVALIAÇÃO DO CURSO	114
	4.1 Avaliação escrita feita pel@s professor@s cursistas	116
	4.2 AVALIAÇÃO FEITA PELA EQUIPE DE COORDENADORES DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES:.....	120



5. Lista de inscritos e aprovados no curso:	123
5.1 ESTUDANTES	123
5.2 ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO/ASSESSORA DE DIREÇÃO/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	123
5.3 COORDENADOR PEDAGÓGICO/ DIRETOR PEDAGÓGICO	123
5.4 PROFESSORES	124



1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades realizadas no projeto “**Formação continuada sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia nas escolas**”, que é um subprojeto do projeto institucional “Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa Catarina”, que está sendo realizado no âmbito do Plano Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES, sob a coordenação da professora Dr^a Miriam Pillar Grossi. O projeto institucional visa estudar políticas públicas educacionais relativas ao respeito às diversidades de gênero, étnicas e de orientação sexual no Estado de Santa Catarina. Para tanto serão articulados os campos teóricos da Antropologia, Educação e dos Estudos de Gênero visando contribuir para a discussão e construção de políticas públicas sociais, uma das prioridades do governo Dilma (2011-2014) que visam a promoção da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade, com vistas à consolidação da de uma sociedade justa e democrática.

O debate sobre a relevância e urgência de uma educação justa e igualitária, que considere as diferenças, necessidades e potencialidades d@s envolvid@s no processo ensino aprendizagem, é intenso nos Estados Unidos e, também na Europa. No Brasil, esse debate proporcionou a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, enfatizam a importância e a necessidade da inclusão da temática da diversidade cultural e das relações de gênero no campo educacional.

O Subprojeto “Curso de Formação Continuada para Professores sobre **Gênero, Sexualidades, homo-lesbo-transfobia nas escolas**” foi desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS no primeiro semestre de 2012. Este núcleo foi fundado em 1991 e desenvolve



intensa produção teórica e política no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. As pesquisas são realizadas no campo das teorias queer e feminista sobre temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia, identidades, parentalidades e conjugalidades homossexuais, heterossexuais e transexuais, arte homoerótica, amor, gênero e sexualidade na escola, religiões e sexualidades, movimentos feministas e LGBTTTT e políticas públicas.

O NIGS integra a rede de núcleos do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC e é vinculado também ao Laboratório de Antropologia e aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) - linha de gênero.

O curso de formação Continuada para Professoras/es sobre **Gênero, Sexualidades, homo-lesbo-transfobia nas escolas** faz parte do Projeto guarda-chuva “Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa Catarina (PNPD-CAPES, 2011-2014) como já foi descrito acima, e também, do subprojeto “Papo Sério: Gênero, Educação e Sexualidade (2007-2013)”. Este possuía primeiramente, como eixo central a realização de oficinas sobre gênero e sexualidade junto a estudantes de escolas públicas da grande Florianópolis. A partir de 2009, o projeto incluiu a realização do **Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas**, que se tornou uma atividade de referência deste projeto atingindo em 3 anos 30 escolas, 629 alun@s e 48 professor@s.

Concurso de Cartazes 2009-2011				
Edição/ Ano	Nº de cartazes enviados	Nº Escolas participantes	Nº Alunos	Nº Professores
1ª Ed. / 2009	19	04	97	04



2ª Ed. / 2010	46	08	165	11
3ª Ed. / 2011	123	18	367	23
4ª Ed. / 2012	88	11	310	11

O Concurso foi idealizado como parte das lutas relativas ao dia 17 de maio (data instituída por lei no município de Florianópolis como Dia Municipal contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia), com o objetivo de possibilitar que professoras/es incluíssem em seus planos de trabalho atividades sobre estas temáticas.

Este subprojeto de **curso de Formação Continuada para professoras/es** visou dar continuidade a esta importante atividade de extensão que se iniciou por meio do Projeto Papo Sério, que é um projeto consolidado e com um impacto significativo nas escolas da Grande Florianópolis. Desta forma, busca-se ampliar seus objetivos para a formação de professoras/es nas temáticas do concurso, que surgiu como uma demanda explicitada pelas escolas de forma importante no último ano.

A proposta do **curso de formação continuada para professoras/es sobre gênero, sexualidade e homo-lesbo-transfobia nas escolas** surgiu também como uma necessidade atual das/os profissionais da educação, uma vez que nos últimos anos foram lançadas várias políticas públicas que enfatizam a importância da realização de trabalhos contra a homofobia e sexismo na educação e na sociedade. Como por exemplo, podemos citar que os oito anos do governo Lula (2003-2010) representaram um momento de ascensão do combate à homofobia e ao sexismo no campo da Educação. Como pauta assumida pelo governo federal de Lula, a reflexão dos impactos das desigualdades entre homens e mulheres nos processos de escolarização formal no sistema nacional de ensino público percorreram todo o período de seu governo.



Como resultado, destas políticas, o Ministério da Educação (MEC) assumiu, através de sua agência “caçula”, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD - criada em 2004), a elaboração e execução de políticas educacionais de combate à discriminação e preconceito no âmbito do sistema nacional de educação, priorizando os “eixos de opressão” do racismo, do sexismo e da homofobia. Portanto, com base nisso, entendemos o governo Lula induziu uma pauta anti-sexismo e anti-homofobia no sistema educacional brasileiro provocando mudanças estruturais nos modelos de gestão da educação pública.

Uma “Educação para a Sexualidade”, nos moldes propostos por Maria Luiza Heilborn (2006), vinha sendo desenhada desde os anos 1990 em que, nos últimos anos daquela década, se deslocava os conteúdos da “Educação Sexual” de uma perspectiva exclusivamente biológica para uma noção de sexualidade informada pelas Ciências Humanas, especialmente a Antropologia (CITELI, 2005; FRY et al., 2007; ROHDEN, 2009; JUNQUEIRA, 2009; DURHAM, 2010;). Também foi fundamental neste deslocamento o papel da teoria feminista que informava as agendas políticas de gênero da importância da transversalidade tanto dos eixos de opressão como dos marcadores sociológicos da diferença como condição para a promoção de políticas públicas mais eficazes no combate às desigualdades sociais (MORAGA, 1983; BANDEIRA, 2005). Desta forma o início dos anos 2000, especialmente os primeiros anos do governo Lula, assistiram o reposicionamento do gênero e da sexualidade como parte do quadro de temas de reflexão prioritária no campo da Educação (AUAD, 2006).

Houve compromisso do governo Lula nas duas gestões com as políticas educacionais anti-sexismo e anti-homofobia que se comprovam através da dotação orçamentária destinada a essas temáticas e da implementação de políticas públicas específicas. Tanto a SECAD como a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) destinaram recursos para o combate às desigualdades entre homens e mulheres na escola. Através do Programa Mulher e Ciência da SPM realizou-se, em parceria com várias



instituições científicas (sendo o CNPq co-autor da ação), o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Com categoria de premiação voltada a estudantes do ensino médio esta política possibilitou que escolas de todas as regiões do país criassem espaços de reflexão sobre o combate ao sexismo e a homofobia. (BRASIL. Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, 2009, p. 58).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste curso é de contribuir na problematização e discussão de temas relacionados à convivência com as diferenças, sejam elas, racial, religiosa, de classe, gênero ou de orientação sexual. Também, busca-se por meio de referenciais teórico-práticos proporcionar aos/às participantes instrumentos para que est@s possam incorporar em suas práticas pedagógicas as temáticas sobre gênero, sexualidades, homo-lesbo-transfobia.

2.2 Objetivos específicos

- Visa contribuir na elaboração dos cartazes para o IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas
- Discutir sobre a importância dos estudos de gênero e sexualidades para o campo da educação.
- Problematizar a matriz heterossexista na educação e o preconceito contra a população LGBTTTT.
- Compreender a sexualidade como uma construção sociorrelacional.



DESENVOLVIMENTO

3.1 Divulgação do curso: realização de visitas nas escolas

No início do mês de março foi feita a divulgação do curso de formação juntamente com a do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas públicas da Grande Florianópolis. A equipe de bolsistas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades visitou 30 escolas no total.

1) Escola de Educação Básica Simão José Hess

Av Madre Benvenuta, 463 – Santa Mônica
Trindade, Florianópolis - SC, 88036-500

2) App da Escola Básica Hilda Teodoro Vieira

Rua Lauro Linhares, 560
Florianópolis - SC - CEP: 88036-000
Telefone: +55 (48) 3333-0747

Contato nesta escola: Diretor Renato e coordenadora pedagógica Lucila.

Telefone: 3333-0747 ou 3333-2089

E-Mail:

3) [Escola Desdobrada José Jacinto Cardoso](#)

[Rua Marcus Aurélio Homem](#), 132 - Trindade

Telefone: (0xx)48 3234-7844

4) Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva

Rodovia Leonel Pereira, 930 - Cachoeira do Bom Jesus
CEP:88056-300 - Fone: (48) 32845836
Fone Público: (48) 32845790

Diretora: Marizilda Alves G. Araujo

e-mail: ebm.aricomedes@pmf.sc.gov.br

5) APP do Grupo Escolar Intendente José Fernandes

Rodovia João Gualberto Socares, 324 – Ingleses.

Florianópolis – SC, 88058-300

(48)3269-3091



6) Escola Básica Municipal Gentil Mathias da Silva

Av Dom João Becker, 988, Ingleses- Florianópolis

Telefone: (48) 3269-3091

7) EBM Osmar Cunha

Rodovia Tertúliano Brito Xavier, 661 - Canasvieiras

CEP:88054-600 - Fone: (48) 32665312 (fax)

Fone Público: (48) 32661401 ou - (48) 3266-5312 -

Diretor: Lenir de Oliveira Sacco

e-mail: ebm.osmarcunha@pmf.sc.gov.br

8) Colégio Estadual Leonor de Barros

Rodovia Amaro Antônio Vieira, 80. Itacorubi

Florianópolis - SC - CEP: 88034-101

Telefone: +55 (48) 3334-2549

9) Escola Básica Municipal José do Vale Pereira

Rodovia João Paulo, 1268 – João Paulo.

Florianópolis – SC, 88030-300

Fone: (48) 3238-1737

Diretora: Paula Moraes

E-mail: Paula_m1970@hotmail.com

10) App do Colégio Estadual Prof Laura Lima

Rua do Louro, 143

Monte Verde - Florianópolis - SC - CEP: 88032-530

Telefone: +55 (48) 3238-6212

Coordenador@s Pedagógic@s: jussara Mingori, Gilmar Silva Amaral, Pedro
Guilherme Michalczuk

E-mails: escola: lauralima@sed.sc.gov.br, Jussara: ju.mingori@gmail.com, Gilmar:
Gilmar.gilama@gamil.com

11) Escola Desdobrada Marcolino José Lima

Av. Isid Dutra, 1200

Barra do Sambaquí



Florianópolis - SC - CEP: 88050-452
Telefone: +55 (48) 3235-1295

12) Escola Básica Dr Paulo Fontes

Rua Professor Osni Barbato, 168, Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis - SC - CEP: 88050-452
Telefone: +55 (48) 3235-2192

Coordenadora: Mariza Rojane

Diretora: Denise de Amorin Costa Martins

E-mail: ebm.paulofontes@pmf.sc.gov.br

13) Escola Municipal Ponta do Morro

Endereço: Rod Sc 403, s/n
Bairro: Km 3 Vargem Grande
Florianópolis – SC, , 88058-000

Telefone: +55 (48) 3269-6636

Data: 02/04/2012

14) Escola Básica Beatriz de Souza Brito

Rua Deputado AntonioEdu Vieira, 600 - Pantanal
CEP:88040-000 - Fone: (48) 32345792 (Fax)
Fone Público: (48) 32341513

Diretor: Edilton Luis Piacentini

e-mail: ebm.beatriz@pmf.sc.gov.br

Telefone da escola: 48 3234-5792

15) Escola de Educação Básica Profº Henrique Stodieck

Rua Esteves Júnior, 65 - Centro

Florianópolis - SC, 88015-130

16) Escola de Educação Básica Lauro Muller

R Marechal Guilherme, 134 - Centro

Florianópolis - SC, 88015-000



17) Escola Municipal Ponta do Morro

Endereço: Rod Sc 403, s/n
Bairro: Km 3 Vargem Grande
Florianópolis – SC, , 88058-000

Telefone: +55 (48) 3269-6636

Data: 02/04/2012

18) Escola Básica Beatriz de Souza Brito

Rua Deputado AntonioEdu Vieira, 600 - Pantanal
CEP:88040-000 - Fone: (48) 32345792 (Fax)

Fone Público: (48) 32341513

Diretor: Edilton Luis Piacentini

e-mail: ebm.beatriz@pmf.sc.gov.br

Telefone da escola: 48 3234-5792

19) Escola Estadual Prof.^a Laércio Caldeira de Andrade

Av Brigadeiro Silva Paes, 561 – Centro.

São José – Sc

CEP: 88101-250

Tel: (48) 3241-0228

20) E.E.B Jurema Cavalazzi

Rua: Prof^o Anibal Nunes Pires – José Mendes

Florianópolis – SC

Tel: 3225-7731

21) E.E.B Irineu Bornhausen

Rua: Vereador Batista Pereira, 306 – Estreito.

CEP: 88075-600

Florianópolis – SC

22) E.E.B Jornalista Jairo Callado

Rua: Prof.^a Antonieta de Barros, 581 – Estreito

CEP: 88070-700

Florianópolis - SC



23) E.E.B José Boiteux

Rua: Marechal Câmara, 182 – Estreito

Cep: 88070-240

Florianópolis – SC

24) Escola Básica Municipal Osvaldo Machado

Rua Luiz Boiteux Piazza, 6542 - Ponta das Canas

Fone: (48) 3284-2110

Diretor: Karina Ribas

e-mail: bm.osvaldomachado@pmf.sc.gov.br

25) Escola Jovem de Canavieiras

Rua Faustino Francisco Martins, s/n- Próximo ao Tican.

Canavieiras , Florianópolis.

26) Escola Básica João Alfredo Rohr

Escola Básica João Alfredo Rohr

Rua: João Pio Duarte Silva, 1.123

Córrego Grande

Fone/fax: (48) 3233-1689

27) Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires

Av. Madre Benvenuta, 265 – Trindade

Fone: (48)3331-1985

28) Escola Básica Hilda Teodoro Vieira

Rua: Lauro Linhares, **560** – Trindade

Fone: (48) 3333-0747

29) Escola Básica Municipal Henrique Veras

Rua: João Pacheco da Costa, 249- Lagoa da Conceição

Fone: (48) 3232-8923

30) Escola Básica Acácio Garibalde São Thiago

Rua: Altamiro Barcelos Dutra, 119- Barra da Lagoa

Fone: (48) 3232-7637



3.2 Módulo I e II: Gênero e Educação

Dia 04 de abril de 2012 fizemos a primeira reunião de planejamento do Módulo I e II com a participação de Caterina Rea, Bruno Cordeiro, Nattany Rodrigues, Giovana Pansera, Maria de Fátima Capela e Mareli Graupe.

No dia 21 de abril de 2012, às 14 horas nos reunimos novamente para decidirmos os últimos detalhes do primeiro encontro do Curso de Formação.

OBS.: O módulo I foi presencial e o módulo II aconteceu à distância com encaminhamento de atividade de pesquisa.

PAUTA DO PRIMEIRO MÓDULO

Data: 23 de abril de 2012

Local: miniauditório do CFH

Equipe: Bruno Cordeiro, Caterina Rea, Giovana, Mareli Graupe, Maria de Fátima e Nattany Rodrigues.

Horário: 13:30 até 17:30 horas

Apresentação da equipe; (5 minutos)

Técnica de apresentação em dupla; (30 minutos) NATTANY

Apresentação do NIGS, do IV Concurso de Cartazes, dos objetivos, metodologia do curso de formação (Mareli - 10 minutos)

Trabalho em pequenos grupos: discussão de notícias sobre violências, sexismo, machismo e racismo. (60 minutos) e apresentação em grande grupo (BRUNO)

Pausa: 15:30 até 16:00 horas

Discussão teórica e apresentação de conceitos básicos que possibilitem o encaminhamento de construção de cartazes nas escolas



Resumo dos Textos:

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade; (conceitos: **gênero, sexo, papéis de gênero, identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual, homossexualidade e homoerotismo**)

PCNS e temas transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras. Jacomeli, Mara Regina Martins.

- Art. 205, 206 e 227 da Constituição Federal de 1988.
- LDB 9394/96: artigo 3.
- Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001), (<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/notaoficial.pdf>)
- Programa Brasil sem Homofobia (2004)
- Lei Municipal de Florianópolis, N. 7476 de 19/12/2007 (17 de maio como dia Municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. (<https://sites.google.com/site/concursonigs/referencia-da-semana/lei-homofobia-fpolis>)
- LEI N. 8.679, de 14 de setembro de 2011, institui OS ESTUDOS DE GÊNERO E EMANCIPAÇÃO FEMININA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FLORIANÓPOLIS

http://de.wikipedia.org/w/index.php?title=Datei:World_homosexuality_laws.svg&filetimestamp=20120327054843 (Ver mapa sobre homossexualidade no mundo)

Vídeos Kit homofobia na escola (BRUNO)

Discussão sobre os vídeos;

Encaminhamento por escrito da atividade à distância;



Técnica de avaliação

Lançar a ideia do Fórum de Diálogo sobre Gênero, Sexualidades e homo-lesbo-transfobia nas escolas.

3.2.1 Atividade realizada à distância: Módulo II



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Antropologia

Laboratório de Antropologia Social

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Atividade à distância

Relato sobre violências nas escolas, lugares que frequenta ou veiculados pela mídia.

Data	O que/ Como
24 abril até 14 de maio	Relato sobre violências nas escolas (Observar e anotar) Realizar uma pesquisa sobre violências nos ambientes que frequenta (escola, universidade, família, comunidade, igreja, bar, shopping ou outro lugar)



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

	Realizar pesquisa sobre casos de violências veiculados pela mídia (televisão, jornal, rádio, revista, e-mail, facebook, Orkut, etc.)
14 até 16 de maio	Enviar o material por e-mail para o seguinte endereço: nigsnuc@cfh.ufsc.br



Módulo III: Homo-lesbo-transfobia na escola (presencial)

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Antropologia

Laboratório de Antropologia Social

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Plano do Módulo III

Data: 17 de maio de 2012

Local: auditório do CFH

Equipe: Bruno Cordeiro, Caterina Rea, Giovana, Mareli Graupe, Maria de Fátima,

Horário: 13:30 até 17:30 horas

Apresentação da equipe; (5 minutos)

Apresentação do plano de atividades para este dia;

Vídeo: Janaina Dutra; uma dama de ferro, diretor Vagner de Almeida

Debatedora: Claudia Nichnig

Pausa: 15:00 até 15:30 horas

Mesa redonda com:

Fernanda Cardoso - homo, lesbo e transfobia e identidades e lutas trans (45 min) 15:30 até 16:15

Dalva Kaiser: As políticas públicas para o público LGBT em Florianópolis (20min) 16:15até 16:35

Fabricio – Relato de atividades do Roma (20 min.) 16:35 até 16:55



Laura – NIGS: - Relato de sua experiência escolar (20 min.) 16:55 até 17:15 min.

Momento para discussão: 17:15 até 17:45

Próximas datas:

Módulo IV: Educação, diversidade e violências de gênero (presencial)

Data: 23/05/2012, Local: Auditório do CFH, Horário: 13:30 até 17:30hs

Módulo V: Sexualidades e orientação sexual (presencial)

Data: **19/06/2012**, Local: mini auditório CFH, Horário: 13:30 até 17:30hs.

3.3.1 Atividade à distância

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Antropologia

Laboratório de Antropologia Social

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Atividade à distância

1. Faça uma análise de dois cartazes que estão na Exposição do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e transfobia nas escolas. Nesta análise devem constar os seguintes dados:

a) Título:

b) Número do Cartaz:

c) Qual é a tua opinião sobre o tema que este cartaz aborda?

d) Sua escola participa do IV concurso de Cartazes? Por quê?



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

2. Relate exemplos, cenas, situações, momentos de violência, homofobia, lesbofobia e transfobia na sua escola, na sua comunidade, ou na mídia e faça uma análise crítica sobre como estas poderiam ser evitadas.

Data de entrega: até o dia 01 de junho de 2012.

O trabalho deverá ser enviado por e-mail para o endereço:
nigsnuc@cfh.ufsc.br



Módulo IV: Educação, diversidade e violências de gênero (presencial)

Data: 23/05/2012

Local: Auditório do CFH

Horário: 13:30 até 17:30hs

Nesta data aconteceu a cerimônia do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas e os professores e alunos de graduação inscritos do curso de formação continuada participaram deste evento.

Módulo V: Sexualidades e orientação sexual

Reunião de Planejamento do último módulo:

Data: 14/06/2012

Local: Sala do NIGS

Horário: 14:0 até 16:00hs

Participantes: Mareli Graupe, Caterina Rea, Giovana Pansera, Arianna Sala, Maria de Fátima Capela e Nattany Rodrigues.

Nesta tarde elaboramos conjuntamente a pauta abaixo e dividimos algumas tarefas de organização do curso: lista de presença, ficha de avaliação geral do curso, envio de e-mails informando a mudança de local (do miniauditório para a Sala Carolina Boris), informar horário e local do curso à Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM) que nos forneceu o Coffee Break.

Plano do Módulo V: Sexualidades e Orientação Sexual



Data: 19 de junho de 2012

Local: Sala Carolina Borí, Departamento de Antropologia

Equipe: Bruno Cordeiro, Caterina Rea, Giovana Pansera, Mareli Graupe, Maria de Fátima e Arianna Sala

Horário: 13:30 até 17:30 horas (3 horas e 40 min. de trabalho + 20 min. intervalo)

1. Retomar sobre a atividade que foi encaminhada como tarefa a distância. (15 minutos). Cada participante receberá um cartaz e terá 15 minutos para fazer uma avaliação referente ao Concurso de Cartazes sobre o conteúdo do mesmo.

2. Atividade em grupo: (4 componentes por grupo – uma hora: 20 minutos para discussão e 40 para apresentação no grande grupo)

Discutir e escrever sobre: Quais são os meus desafios em sala de aula referente às temáticas – Gênero, Sexualidade, homo-lesbo-transfobia na escola? Como estas temáticas são discutidas atualmente na escola? (- Há alunos gays, lésbicas, transexuais?).

3. Sistematizando os temas do curso: Formação Continuada sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia na Escola

3.1. Homofobia (30 minutos). Responsável: Dr^a Caterina Rea.

3.2. Sexualidades, orientação sexual e identidade de gênero (30 minutos). Responsável: Dr^a Arianna Sala com apoio do Bruno cordeiro.

3.3. Gênero e Educação (30 minutos). Responsável. Dr^a Mareli Graupe

3.4. Discussão final (dúvidas, perguntas: 30 minutos)

4. Avaliação de Encerramento (5 minutos). Responsáveis: Maria de Fátima e Giovana Pansera.



AValiação DO CURSO

Data: 21/06/2012

Local: Sala do NIGS

Horário: 14:0 até 16:00hs

Participantes: Mareli Graupe, Caterina Rea, Bruno Cordeiro, Giovana Pansera, Arianna Sala, Maria de Fátima Capela e Nattany Rodrigues.

Realizamos conjuntamente uma avaliação geral referente à realização do Curso de Formação Continuada sobre Gênero, Sexualidades e Homo-lesbo-transfobia nas escolas e constatamos que:

Não deveríamos ter encaminhado atividades à distância porque muitos professores (que trabalham mais de 40 horas semanais) não conseguiram ler os textos e nem fazer as atividades de pesquisa;

Os encontros presenciais deveriam ser mais concentrados, ou seja, um a cada quinzena no máximo. Os professores não conseguem se programar para um longo período, porque há outras demandas da própria escola que vão surgindo no decorrer dos meses e que estes não podem faltar.

“As temáticas do curso são difíceis de serem discutidas nas escolas, pelo fato, de que muitos professores e coordenadores não possuem interesse nestas temáticas e consideram os conteúdos mínimos previstos mais importantes do que estes. (Relato de uma participante - Anotação de diário de campo))

Os próprios professores que participaram deste curso abordaram que “às vezes, eles se sentem cansados e desmotivados por estarem discutindo as temáticas de orientação sexual, sexualidades e violências de gênero na escola e não possuírem respaldo nem dos colegas, direção e muito menos, das



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

famílias dos estudantes.” (Relato de uma participante -Anotação de diário de campo)

Há necessidade de uma nova reedição do curso no próximo ano.



Avaliação escrita feita pel@s professor@s cursistas:

Como você avalia o Curso de Formação Continuada para professores sobre Gênero, Sexualidade, Homo-Lesbo-Transfobia na escola?

* Positivamente certamente, só considero que houve para tempo para socialização dos participantes do tal “dever de casa”. Ou, não divulgar estes escritos? Havia encaminhamento das denúncias no sentido de orientações práticas em relação às violências abordadas?

* Assunto e palestrantes – ótimos, Tempo - pouco

* Acredito que cursos como este que acompanhamos, fazem com que os temas em torno da Sexualidade como um todo, sejam problematizados. A mim foi muito válido, pois enquanto acadêmica de psicologia todos os argumentos, conceitos e contribuições vivências serão utilizadas como ferramentas na práticas profissional.

* Avalio de forma positiva, especialmente o último encontro, onde puder verificar alguns conceitos e avaliar algumas práticas

* É de grande importância, pois ajuda quebrar laços culturais, que estão dentro das pessoas, e muito complicado para todos.

* Excelente. Pretendo fazer o próximo, com certeza.

* Muito bom! Poderia ser um programa mais longo de extensão, parcerias públicas e privadas com escolas das várias esferas e também públicas e privadas e não-governamentais.

Você acha que o Curso de Formação Continuada para professores deveria ter mais edições?



* Sim e ser mais extenso, ter mais horas e com outras possibilidades de intervenção pedagógica além dos cartazes – cenas teatrais, música, poesia, vídeo, grafite, entre outras manifestações, linguagens estéticas.

*Sim.

* Com certeza! E torço para que os próximos contêm com um número expressivo de participantes.

* Sim, com certeza. Acredito que deveria ser mais divulgado, procurando mais participantes. Gostaria de participar de posteriores edições.

* Sim, mas que mais profissionais frequentassem este curso.

* Lógico. Pelo menos, uma por ano na forma de curso de extensão, além da possibilidade de alunos ouvintes ou especialização na disciplina de gênero no de pedagogia da UFSC.

* Sim, com certeza, mais, mais e mais, o caminho, o trabalho é muito, complexo, importante, vital, deve continuar e ampliar a oferta.

c) A escola incentivou a sua participação no Curso de Formação Continuada?

* Não.

* Não. Por parte do meu coordenador mostrou o folheto e me adiantei e fiz inserção e por parte os horários, quase todos, não chocavam com os de atendimento aos estudantes no meu núcleo de trabalho. E nenhum colega sequer perguntou/interessou se em saber como eu estava aproveitando o curso.

* Sou aluna ouvinte, portanto acredito sim, que a divulgação nas escolas ainda é tímida por parte das próprias escolas.

* Sim, fui bem incentivada, especialmente porque gostaríamos de iniciar um projeto sobre o tema sexualidade em nossa escola.

* Não. Eu resolvi fazer.

* Não.



* Sim. O meu DDE inclusive lamentou que o serviço de orientação e supervisão escolar participasse, porém não foi possível, mas há muito interesse.

d) Após o IV Concurso de Cartazes Contra a Homo-Lesbo-Transfobia nas escolas e o Curso de Formação Continuada sobre Gênero, Sexualidade, Homo-Lesbo-Transfobia na escola, como tem sido o debate sobre estas questões em seu local de trabalho?

* Raros,

* O impacto de tais eventos são praticamente imperceptíveis no meu local de trabalho e vivência acadêmica(Faculdade Estácio de Sá).

* Ainda não há um debate “vigoroso” sobre o tema. Estamos planejados de forma sistematizada estas questões.

* Sinto falar, mas nunca vi ninguém falar mais.

* Com maior esclarecimento, ficou mais tranquilo argumentar.

* Melhor, mas mais desafiados, descobri um que falta muito, trabalhos, debates, conhecimento sobre a condição é como agir com o público excluído, marginalizado e discriminado, assim como os demais excluídos.

e) Qual foi o tema que você mais gostou e que você menos gostou?

* Gostei muito da explanação de Arianna pois toca no nervo principal das violências sexistas. Deixar que fica para o fim, com os participantes tendo que sair.

* Mais gostei – Identidade/ orientação e opção, Menos - 2º encontro

* Pra mim fica difícil responder tal pergunta. Gostei e aprendi de certa forma, com cada encontro. Talvez possa apresentar como predileto, as informações de ordem de direitos dos homoafetivos na sociedade atual e os conceitos trabalhadores.



- * Abordar questões mais contextualizadas, como por exemplo, se uma criança age com impulsos homofóbicos, cabe ao professor compreender como esse processo é construído socialmente e qual a sua contribuição para tais situações não ocorra, na prática.
- * Gostei de todos, seria deselegante da minha parte desvalorizar algum tema.
- * Gostei de todos da mesma forma, pois são complementares. Não houve tema ruim.
- * Gênero x Sexualidade x Escola. Todos foram muito instigadores, pena que só 20 horas, temos muito que conversar, expor, compartilhar e construir.

f) Quais são os pontos que você acredita que o curso deveria abordar mais e como foi o seu aprendizado no Curso de Formação Continuada para professores?

- * Sexismo: Papéis sexuais enganosos misoginia= violência contra a mulher senti falta de pontuarem mais esta questão já que aqui nesta “ilha da magia” impera o machismo, a intimidação de grupos, geralmente de formados por homens.
- * Me levou a outras leituras e pesquisas sobre o tema. Reflexões e observações mais aprofundadas.
- * Deveria abordar de forma sistematizada algumas “maneiras” de se tratar com os temas em questão na escola. Senti falta de algumas “opções”, encaminhamentos práticos.
- * Educação, além do contexto escolar.
- * Consigo discutir com mais propriedade. Quanto aos pontos que penso que se deve abordar de forma mais profunda, penso que os termos: misoginia x sexismo, lei de NOV/2001, brinquedos, manifestações de homofobia e mais textos de Guacira e Borillo.



* Penso que depoimentos do público gay, lésbicas, enfim, homossexuais traz mais credibilidade, força, parabéns sucesso espero outros convites e oportunidades.

Avaliação feita pela equipe de coordenadores do curso de formação continuada para professores:

O curso de formação continuada para professores sobre Gênero, Sexualidades e Homo-lesbo-transfobia nas escolas foi realizado neste ano de 2012 pelos pesquisador@s do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS, sob a coordenação geral da professora Dr^a Miriam Pillar Grossi. Este curso foi elaborado após a constatação de que muitas escolas que participaram das três primeiras edições do Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas (2009, 2010 e 2011), possuíam dificuldades em abordar estas temáticas no cotidiano escolar ou até mesmo de orientarem suas/seus alun@s na produção dos cartazes.

Um elemento apontado pelos própri@s professor@s que participaram do curso é que nas escolas há uma grande rotatividade de professor@s e de alun@, justificando-se desta forma, a importância da realização de cursos de formação no campo das temáticas de gênero, sexualidades e homofobia. Também, identificamos que a abordagem sobre sexualidades, questões de gênero e em especial homofobia, deveria ocorrer de forma transversal e conjunta na escola, pois não basta a ação distinta de um@ professor@, sem o empenho de toda equipe pedagógica – fator que reforça a necessidade de cursos de formação continuada na área. (Mareli Graupe)

O curso de formação para professores de escola é uma das atividades do NIGS voltada à sensibilização do pessoal escolar às questões de homofobia, lesbofobia e transfobia. Trate-se de uma atividade muito importante no quadro da parceria entre academia e instituições públicas na cidade de Florianópolis.

O combate às violências homofóbicas, a partir do ambiente escolar, onde elas se insinuam nas formas de insultos, das piadas humilhantes, do *bullying*, faz parte do combate às discriminações e às exclusões sociais no objetivo de promover o respeito, o reconhecimento e a solidariedade entre as distintas expressões de vida e de



relações afetivas. É preciso lembrar que estas experiências de violência, de acoço e de humilhação são hoje, para muitos jovens adolescentes tanto no Brasil como em outras partes do mundo, uma das maiores causas de marginalização e até de suicídios. A presença de estereótipos de gênero e duma concepção binária das tarefas, dos jogos ou dos papéis na escola constitui um fator que impede o desenvolvimento pleno e harmonioso das crianças e dos jovens.

O grupo escolar deve ser então maximamente sensibilizado sobre a existência destes fenômenos e sobre as maneiras de enfrentá-los, preveni-los e combatê-los. Tal é o principal objetivo do curso de formação que permite aos professores discutir, confrontar, comparar as situações de homofobia encontradas durante o exercício da sua missão e afinar as ferramentas para desconstruir os preconceitos. (Caterina Rea)

É bem conhecida a importância das instituições escolares para a socialização em valores dos e das estudantes, assim como a potencialidade de promover um cambio nas concepções das novas gerações para fomentar uma cidadania mais consciente e respeitosa do valor das diversidades, sejam essas de gênero, sexo, opção sexual, etnia, cor, classe social, etc.

Se é verdade que um dos principais objetivos da escola atual é acompanhar a socialização dos garotos e das garotas para facilitar a compreensão e convivência dos diferentes tipos de identidades e relações sociais, para forjar uma nova sociedade na que todos e todas tenham acesso às mesmas oportunidade, assim mesmo é preciso sinalizar que as instituições educativas encontram-se imersas num tecido socio-histórico-cultural que faz invisível a existência das sexualidades não normativas, assim como vem perpetuando a rígida divisão entre os destinos, roles y possibilidades diferentes outorgadas a homens e mulheres por o mero feito de pertencer a um sexo u a outro.

No mesmo tempo, pesquisas realizadas em diferentes contextos nacionais (Bonaf, 1997, Bascón et al. 2010, Francis, y Msibi 2011, Ferreira Koehler, 2009) põem de manifesto que existe entre os professores e as professoras uma especial dificuldade em afrontar os temas relativos á sexualidade em geral e ás sexualidades não normativas em particular. Isso se deve a vários fatores: a



falta de uma sólida formação em gênero, e conseqüentemente a falta de ferramentas para tratar o tema, o temor a ferir sensibilidades e a interferir no labor educativo das famílias, e por último, preconceitos dos mesmos professores e professoras que se fazem eco do discurso discriminador promovido por instituições religiosas e conservadoras. Quando ocorre isso, a escola produz a discriminação e fomenta a desigualdade de gênero entre os alunos e as alunas que encontram-se imersos no processo da construção da própria identidade.

Por isso é um objetivo estratégico fundamental, que na escola se programe no solo a reflexão, sino também a formação, tanto dos alunos e das alunas como dos professores e professoras, em temas de gênero e sexualidade, para assim pôr em valor o enorme corpus teórico produzido por as e os teóricos feministas, e subtrair estes temas do âmbito do opinável, no que cada opinião tem o mesmo valor teórico. Como afirma Ferreira Koehler (2009) “o desafio é enorme”.

Por essa razão e consideramos que é muito importante que experiências como o “Curso de Formação Continuada para professores e professoras sobre Gênero, Sexualidades, Homo-Lesbo-Transfobia na escola” organizado em 2012 por o NIGS, e avaliado otimamente por os professores e professoras participantes, continuem sendo oferecidas por a UFSC.

Bibliografia

Bascón, M., Rebollo, M.A., Prados, M.M., Saavedra, J., Sala, A. e Ignacio, M.J. (2010). Análisis de buenas prácticas coeducativas en el marco del proyecto TEON XXI: un enfoque sociocultural. En Vázquez, I. (Coord). *Investigaciones multidisciplinares en género* (pp. 103- 121). Sevilla: Edición Digital @tres.

Bonal, X. (1997). *Las actitudes del profesorado ante la coeducación*. Barcelona: Graó.

Francis, D., Msibi, T. (2011) Teaching About Heterosexism: Challenging Homophobia in South Africa. *Journal of LGBT Youth*, 8:157–173.



Ferreira Koehler, S. M. (2009). A representação social da homofobia na cidade de Lorena/SP. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 9, núm. 28, pp. 587-604.

(Arianna Sala)

LISTA DE INSCRITOS E APROVADOS NO CURSO:

5.1 Estudantes

AMANDA FREITAS DE SOUZA

LETÍCIA CLARINDO DOS SANTOS

HELLEN FERNANDES MACARINI DA SILVA

ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES

THIAGO MATHEUS DUTRA

FABIANO MARTINS FILHO

CARLOS ALEXANDRE PERGER

RAMON BERNARDO GUIMARÃES

CAROLINA VIEIRA ODRZYWOLEK

FABRÍCIO BERNARDINI SCHAWWEITZER

*APROVADOS : 07 alunos de 10.

5.2 Assistente Técnico Pedagógico/Assessora de Direção/ Assistente Administrativo

ELISANI ALMEIDA BASTOS

MARIA HELENA SILVEIRA

ANDRESSA SILVEIRA SOARES

*APROVADOS: 02 Assis. Téc. Pedagógico de 03.

5.3 Coordenador Pedagógico/ Diretor pedagógico

PAULA DUTRA MULLERIVONE FLAMIA GOMES



ROGÉRIO MARTINS MIGUEL

*APROVADOS: 02 coord. pedagógicos.

5.3 AUXILIAR DE SALA READAPTADA

LIRIA MARGARIDA DE OLIVEIRA

*APROVADOS: 0 aux. de sala readaptada 01.

5.4 Professores

MARCELO SPITZNER

JORGE LUIZ SIMONETTI

MARIA INES DA SILVA VAZ

MARIZA ODETE DELL'OSBEL

MARIANA DE OLIVEIRA MENDES

ELIANNE CALDINI

MARIA GABRIELA ABREU

ANA BEATRIZ DE MENEZES

ROGÉRIO MARTINS MIGUEL

JOSIANE ZILLI BRAGA

REJANE CRISTINA DE FRAGRAS

MARCILIA FAGUNDES DE SOUZA

MARIA CRISTINA FABI

VÂNIA APARECIDA RIBEIRO

JAQUELINE CAMILA DIAS DE ABREU

SÔNIA REGINA LAMEGO LINO

*APROVADOS: 07 professores aprovados de 17.

TOTAL DE PARTICIPANTES DO CURSO - O curso contou com a efetivação de 34 matriculas sendo distribuídas da seguinte maneira:

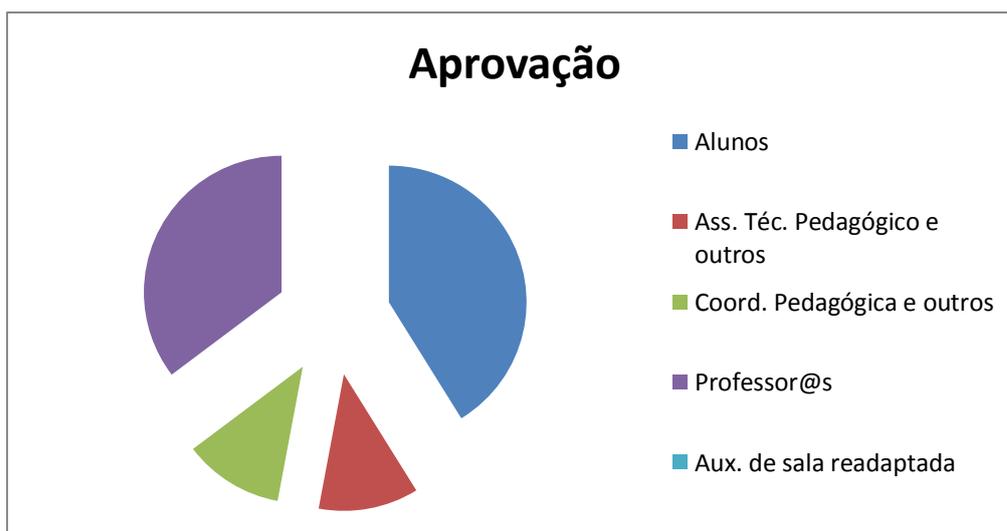


Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

17 professores inscritos;
03 assistentes técnicos pedagógico/assessoria da direção/ assistente técnico;
03 coordenadores pedagógicos/ diretor pedagógico;
01 assistente de sala readaptada;
10 alunos de graduação;

INSCRITOS QUE CONCLUÍRAM O CURSO – O curso terminou com 18 participantes tendo concluído as atividades, tendo 75% de frequência:

07 professores aprovados dos 17 inscritos.
02 assistentes técnicos pedagógico/assessoria da direção/ assistentes técnicos aprovados dos 03 inscritos;
02 coordenadores pedagógicos/ diretor pedagógico aprovados dos 03 inscritos;
00 assistente de sala readaptada aprovado do 01 inscrito;
07 alunos de graduação aprovados dos 10 inscritos;



REALIZAÇÃO E DO CURSO



O curso foi realizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM) de Florianópolis.

FOTOS



23 de abril de 2012

Módulo I: Gênero e Educação



17 de maio de 2012

Módulo III: Homo-lesbo-transfobia na
escola



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

PARA

Universidade Federal de Santa Catarina
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS –
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco D – Sala 04
Laboratório de Antropologia Social
Núcleo de Identidades de Gênero e
subjetividades

O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) foi fundado em 1991 e desenvolve intensa produção teórica e política no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. As pesquisas são realizadas no campo das teorias queer e feminista sobre temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia; identidades, parentalidades e conjugalidades homossexuais, heterossexuais e transsexuais; arte homoerótica; amor, gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; movimentos feministas e LGBTTT e políticas públicas.

Formação Continuada sobre Gênero, Sexualidades, Homo-lesbo-transfobia nas escolas

NIGS
NÚCLEO DE IDENTIDADES DE GÊNERO E SUBJETIVIDADES
Universidade Federal de Santa Catarina
<http://nigs.paginas.ufsc.br>
(55) (48) 3721 4135

Apoio:

ROMA
INSTITUTO DE PESQUISA E DEBATE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

IEG
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PREFEITURA FLORIANÓPOLIS

Será de Apoio
Sociedade Civil

Abri! a junho de 2012



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe

- e) Relatório do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas - 2012



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe



Relatório final do





NIGS. Relatório final do IV Concurso de Cartazes sobre Transfobia, Lesbofobia e Homofobia nas Escolas do projeto “Papo Sério”, 4ª Edição, NIGS-UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

Este relatório apresenta as atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas no subprojeto IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS junto ao Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero – NIGS e com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - CMPPM no período de março a maio de 2012.

Participaram deste projeto onze escolas da Grande Florianópolis, 310 alunas/os do Ensino Fundamental e Médio e doze professoras/es coordenadoras/es dos trabalhos. No total foram enviados 88 cartazes alusivos as temáticas de combate a homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas.

Palavras-chave: escolas, alunas/os, professoras/es, homofobia, lesbofobia e transfobia.



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	132
2.	DESENVOLVIMENTO: DIVULGAÇÃO DO IV CONCURSO DE CARTAZES NAS ESCOLAS	133
2.1	Escolas visitadas	134
2.2	Avaliação do processo de divulgação do IV Concurso de Cartazes	138
3.	RECEBIMENTO DE CARTAZES	139
4.	EXPOSIÇÃO DOS CARTAZES	140
5.	PREMIAÇÃO DOS CARTAZES	140
5.1	Categoria Popular	141
5.2	Categoria NIGS	143
5.3	Júri Científico	149
5.3.1	Categoria Ensino Fundamental do Júri Científico	149
5.3.2	Categoria Ensino Médio do Júri Científico	152
6.	PRÊMIO DE EDUCADOR/A DESTAQUE	154
7.	VÍDEO E FOTOS DO IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS	154
8.	CERIMÔNIA DO IV CONCURSO DE CARTAZES	155
9.	IMPORTÂNCIA DO CONCURSO DE CARTAZES	156
10.	EQUIPE DE REALIZAÇÃO DO IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS	159



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades realizadas no Subprojeto “IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas” que foi desenvolvido pelo Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero – NIGS com o apoio da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - CMPPM no período de março a maio de 2012.

Este subprojeto faz parte do Projeto **Papo Sério: Gênero, Antropologia e Educação** que visa dar continuidade a atividades do Projeto de Extensão Papo Sério desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades NIGS-UFSC com apoio institucional da Pró-reitora de Pesquisa e Extensão, desde 2007. Em seus primeiros anos, o projeto esteve mais centrado na realização de oficinas sobre gênero e sexualidade junto a estudantes de escolas do entorno da UFSC.

O Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas surgiu em 2009, como uma das atividades do projeto de extensão Papo Sério, que inicialmente previa apenas a realização de oficinas em escolas públicas de Florianópolis. O Concurso foi idealizado como parte das lutas relativas ao dia 17 de maio (data instituída por lei no município de Florianópolis como Dia Municipal contra a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia), com o objetivo de possibilitar que professores incluíssem em seus cronogramas atividades referentes a essas temáticas.

A partir de 2009, o projeto incluiu a realização do **Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas**, se que se tornou uma atividade de referência do projeto, atingindo em quatro anos 41 escolas, 939 alun@s e 49 professor@s.

Concurso de		Cartazes	2009-	2012	
Edição/ Ano	Nº de cartazes	Nº Escolas	Nº	Nº	Nº de pessoas q



	enviados	participantes	Alunos	Professores	atuaram neste projeto
1ª Ed. / 2009	19	04	97	04	06
2ª Ed. / 2010	46	08	165	11	18
3ª Ed. / 2011	103	18	367	23	35
4ª Ed. / 2012	88	11	310	11	23
TOTAL	256	41	939	49	82

Tabela 1: Elaborada por Mareli Graupe, junho de 2012.

DESENVOLVIMENTO: DIVULGAÇÃO DO IV CONCURSO DE CARTAZES NAS ESCOLAS

No início do mês de março foi lançado o edital do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas públicas da Grande Florianópolis e iniciou-se o processo de divulgação do concurso.

A divulgação consistiu na execução de visitas presenciais nas escolas públicas da Grande Florianópolis. Foram priorizadas as escolas que já haviam participado de edições anteriores do concurso ou que mantinham contato com o NIGS através das oficinas do projeto papo Sério, entre outras parcerias. A equipe do núcleo também encaminhou o material de divulgação do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas para o endereço postal da maioria das escolas, assim como enviou e-mails e realizou ligações telefônicas para escolas públicas da região.

O NIGS possuía como objetivo divulgar para todas as escolas da Grande Florianópolis a IV Edição do Concurso de cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas no intuito de incentivar a participação das mesmas, através da representatividade de seus/suas alunos/as na produção de cartazes e incentivando as mesmas a discutirem estas temáticas com suas/seus alunas/os. Abaixo relacionamos um quadro com as informações das



escolas visitadas. Nestas visitas procurávamos conversar com a equipe pedagógica da escola.

2.1 Escolas visitadas

A equipe de bolsistas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades visitou 30 escolas no total.

1) Escola de Educação Básica Simão José Hess

Av Madre Benvenuta, 463 – Santa Mônica
Trindade, Florianópolis - SC, 88036-500

2) App da Escola Básica Hilda Teodoro Vieira

Rua Lauro Linhares, 560
Florianópolis - SC - CEP: 88036-000
Telefone: +55 (48) 3333-0747

Contato nesta escola: Diretor Renato e coordenadora pedagógica Lucila.

Telefone: 3333-0747 ou 3333-2089

3) Escola Desdobrada José Jacinto Cardoso

Rua Marcus Aurélio Homem, 132 - Trindade
Telefone: (0xx)48 3234-7844

4) Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva

Rodovia Leonel Pereira, 930 - Cachoeira do Bom Jesus
CEP:88056-300 - Fone: (48) 32845836
Fone Público: (48) 32845790
Diretora: Marizilda Alves G. Araujo
e-mail: ebm.aricomedes@pmf.sc.gov.br

5) APP do Grupo Escolar Intendente José Fernandes

Rodovia João Gualberto Socares, 324 – Ingleses.

Florianópolis – SC, 88058-300

(48)3269-3091

OBS.: Não participou do IV Concurso de Cartazes.



6) Escola Básica Municipal Gentil Mathias da Silva

Av Dom João Becker, 988, Ingleses- Florianópolis

Telefone: (48) 3269-3091

7) EBM Osmar Cunha

Rodovia Tertúliano Brito Xavier, 661 - Canasvieiras

CEP:88054-600 - Fone: (48) 32665312 (fax)

Fone Público: (48) 32661401 ou - (48) 3266-5312 -

Diretor: Lenir de Oliveira Sacco

e-mail: ebm.osmarcunha@pmf.sc.gov.br

8) Colégio Estadual Leonor de Barros

Rodovia Amaro Antônio Vieira, 80. Itacorubi

Florianópolis - SC - CEP: 88034-101

Telefone: +55 (48) 3334-2549

9) Escola Básica Municipal José do Vale Pereira

Rodovia João Paulo, 1268 – João Paulo.

Florianópolis – SC, 88030-300

Fone: (48) 3238-1737

Diretora: Paula Moraes

E-mail: Paula_m1970@hotmail.com

10) App do Colégio Estadual Prof Laura Lima

Rua do Louro, 143

Monte Verde - Florianópolis - SC - CEP: 88032-530

Telefone: +55 (48) 3238-6212

Coordenador@s Pedagógic@s: jussara Mingori, Gilmar Silva Amaral, Pedro
Guilherme Michalczuk

E-mails: escola: lauralima@sed.sc.gov.br, Jussara: ju.mingori@gmail.com, Gilmar:
Gilmar.gilama@gamil.com

11) Escola Desdobrada Marcolino José Lima

Av. Isid Dutra, 1200

Barra do Sambaquí



Florianópolis - SC - CEP: 88050-452
Telefone: +55 (48) 3235-1295

12) Escola Básica Dr Paulo Fontes

Rua Professor Osni Barbato, 168, Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis - SC - CEP: 88050-452
Telefone: +55 (48) 3235-2192

Coordenadora: Mariza Rojane

Diretora: Denise de Amorin Costa Martins

E-mail: ebm.paulofontes@pmf.sc.gov.br

13) Escola Municipal Ponta do Morro

Endereço: Rod Sc 403, s/n
Bairro: Km 3 Vargem Grande
Florianópolis – SC, , 88058-000

Telefone: +55 (48) 3269-6636

Data: 02/04/2012

14) Escola Básica Beatriz de Souza Brito

Rua Deputado AntonioEdu Vieira, 600 - Pantanal
CEP:88040-000 - Fone: (48) 32345792 (Fax)
Fone Público: (48) 32341513

Diretor: Edilton Luis Piacentini

e-mail: ebm.beatriz@pmf.sc.gov.br

Telefone da escola: 48 3234-5792

15) Escola de Educação Básica Profº Henrique Stodieck

Rua Esteves Júnior, 65 - Centro

Florianópolis - SC, 88015-130

16) Escola de Educação Básica Lauro Muller

R Marechal Guilherme, 134 - Centro

Florianópolis - SC, 88015-000



17) Escola Municipal Ponta do Morro

Endereço: Rod Sc 403, s/n
Bairro: Km 3 Vargem Grande
Florianópolis – SC, 88058-000

Telefone: +55 (48) 3269-6636

Data: 02/04/2012

18) Escola Básica Beatriz de Souza Brito

Rua Deputado AntonioEdu Vieira, 600 - Pantanal
CEP:88040-000 - Fone: (48) 32345792 (Fax)

Fone Público: (48) 32341513

Diretor: Edilton Luis Piacentini

e-mail: ebm.beatriz@pmf.sc.gov.br

Telefone da escola: 48 3234-5792

19) Escola Estadual Prof.^a Laércio Caldeira de Andrade

Av Brigadeiro Silva Paes, 561 – Centro.

São José – Sc

CEP: 88101-250

Tel: (48) 3241-0228

20) E.E.B Jurema Cavalazzi

Rua: Prof^o Anibal Nunes Pires – José Mendes

Florianópolis – SC

Tel: 3225-7731

21) E.E.B Irineu Bornhausen

Rua: Vereador Batista Pereira, 306 – Estreito.

CEP: 88075-600

Florianópolis – SC

22) E.E.B Jornalista Jairo Callado

Rua: Prof.^a Antonieta de Barros, 581 – Estreito

CEP: 88070-700

Florianópolis - SC



23) E.E.B José Boiteux

Rua: Marechal Câmara, 182 – Estreito

Cep: 88070-240

Florianópolis – SC

24) Escola Básica Municipal Osvaldo Machado

Rua Luiz Boiteux Piazza, 6542 - Ponta das Canas

Fone: (48) 3284-2110

Diretor: Karina Ribas

e-mail: bm.osvaldomachado@pmf.sc.gov.br

25) Escola Jovem de Canavieiras

Rua Faustino Francisco Martins, s/n- Próximo ao Tican.
Canavieiras , Florianópolis.

26) Escola Básica João Alfredo Rohr

Escola Básica João Alfredo Rohr

Rua: João Pio Duarte Silva, 1.123

Córrego Grande

Fone/fax: (48) 3233-1689

27) Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires

Av. Madre Benvenuta, 265 – Trindade

Fone: (48)3331-1985

28) Escola Básica Hilda Teodoro Vieira

Rua: Lauro Linhares, 560 – Trindade

Fone: (48) 3333-0747

29) Escola Básica Municipal Henrique Veras

Rua: João Pacheco da Costa, 249- Lagoa da Conceição

Fone: (48) 3232-8923

30) Escola Básica Acácio Garibalde São Thiago

Rua: Altamiro Barcelos Dutra, 119- Barra da Lagoa

Fone: (48) 3232-7637

2.2 Avaliação do processo de divulgação do IV Concurso de Cartazes

Após a realização de visitas, envio de correspondências via correio, ligações telefônicas aos/as gestores/as pedagógicos/as, constatamos que a forma mais



produtiva é entrar em contato diretamente com as/os professoras/es parceiras/os do Concurso de cartazes e não com as escolas, pois se a/o professor/a trocou de escola, isto significa que a escola não continuará participando da próxima edição do Concurso de Cartazes.

A experiência da realização do IV concurso de Cartazes - 2012 nos aponta que a participação das escolas se dá por meio de uma ligação, de uma relação específica com um profissional que se dedica a receber a proposta do concurso e executá-la e não de um compromisso de uma escola em geral. Seria interessante se o Concurso de Cartazes contra Homofobia, Lesbofobia e Transfobia fizesse parte da proposta pedagógica de cada escola, que fosse uma prioridade no projeto político pedagógico das escolas.

Constatou-se que não existem critérios para o recebimento da proposta do Concurso de Cartazes pela escola, desta forma é possível perceber que cada contato com a escola é, antes de mais nada, o contato **com um educador “chave” que acolhe o concurso pela escola, formando se assim, “micros contatos”**.

As dificuldades de um debate sobre gênero e sexualidades, transpor impedimentos preconceituosos e ter um lugar legítimo em sala de aula, torna-se um desafio institucional de ação para o projeto enquanto uma atividade de extensão, pois reafirmando, a porta de entrada é muito mais pessoal do que institucional, neste projeto do Concurso de Cartazes. Notamos uma certa resistência de profissionais de educação em vários momentos do durante a realização das visitas as escolas.

RECEBIMENTO DE CARTAZES

Para o recebimento dos cartazes foi elaborada uma planilha com alguns dados: com nome da escola, nome de quem entregou os cartazes, nome do cartaz, nome das/os alunas/os que o confeccionaram, nome da/o professora/r orientador/a. Os cartazes foram separados em duas categorias: Ensino



Fundamental (numeração do 0 até 100) e Ensino Médio (numeração de 100 em diante) e as informações foram anotadas em duas planilhas diferentes conforme a categoria: Tínhamos uma planilha para os cartazes do Ensino Fundamental e outra específica para os cartazes do Ensino Médio. A equipe do NIGS fez plantão das 09 até 18:30 horas para recebimento de cartazes .

Com a intenção de agilizar a entrega dos cartazes anotamos as informações primeiramente na planilha impressa e posteriormente estes dados foram digitalizados.

Tivemos dificuldades para localizar as inscrições que foram encaminhadas online pela página do Concurso de Cartazes. É necessário resolver este problema técnico antes da realização do V concurso de Cartazes.

EXPOSIÇÃO DOS CARTAZES

Do dia 14 de maio até o dia 25 de maio de 2012 os 88 cartazes foram expostos no hall do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) na Universidade Federal de Santa Catarina e esta exposição também, proporcionou para os próprios estudantes de graduação deste centro, reflexões sobre homo-lesbo-transfobia na medida em que alguns destes estudantes, disponibilizaram parte de seu tempo para apreciarem a exposição e conversarem sobre estas temáticas com os organizadores do evento.

Os cartazes buscam por meio de imagens e frases sensibilizar e desafiar as pessoas a refletir sobre as questões que dizem respeito à inclusão da discussão da diversidade sexual na escola, à valorização da diferença, à construção de um ambiente de respeito e acolhida para com as diferentes formas de viver a sexualidade e a identidade de gênero. Os cartazes mostram a capacidade de reflexão dos/as alunos/as sobre os temas das práticas discriminatórias existentes e sobre a importância de lutar para a igualdade nas diferentes formas de afetividade e de amor, respeitando as diversas escolhas de vida das pessoas.

5. PREMIAÇÃO DOS CARTAZES

Durante o período de exposição os cartazes foram submetidos à votação em três categorias: popular, NIGS e júri científico.

5.1 Categoria Popular

Nesta categoria foram escolhidos os três melhores cartazes do total. Os/as estudantes, alunos/as de escolas, professores/as, visitantes, servidores/as da UFSC que visitaram a exposição no Hall do CFH tiveram a oportunidade de votar.

Os/as estudantes receberam como prêmio uma camiseta e livros para a biblioteca da escola.

1º lugar

Título do cartaz: "Somos todos iguais".

Escola E. E. B João Gonçalves Pinheiro.

Alunos e alunas: Isadora Rosa Pires, Yasmin Augusto Adame, Julia Bernardes Rachadel e Nathália Rosa Pires.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.



1. Lugar: Júri popular
Título: Somos todos iguais

2º lugar

Título do cartaz: "Homofobia é crime".

Escola E.E.B. João Gonçalves Pinheiro.

Alunos e alunas: Maria Eduarda Oliveira, Heitor Conceição Cameu, Natascha Cardoso Gonçalves, Kaluany Arruda.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.



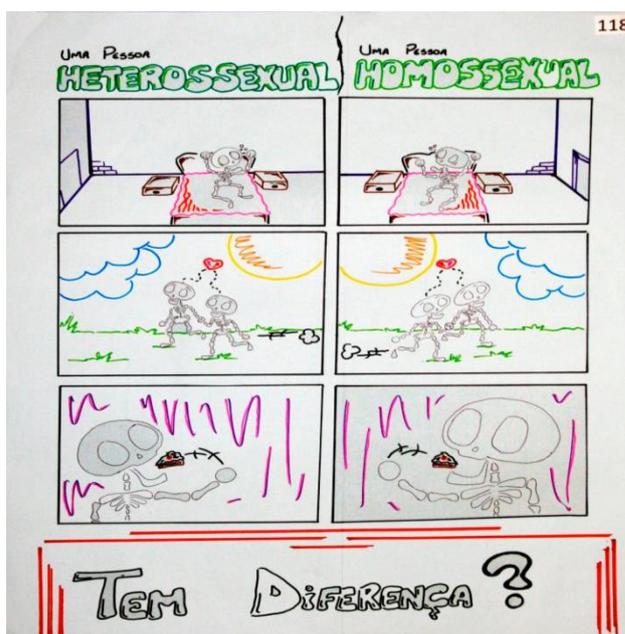
3º lugar

Título do cartaz: "Uma pessoa heterossexual, uma pessoa homossexual"

E.E.B. Dr. Paulo Fontes.

Alunas: Salonyh Sharon Reis e Steplanie Marcondes.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.





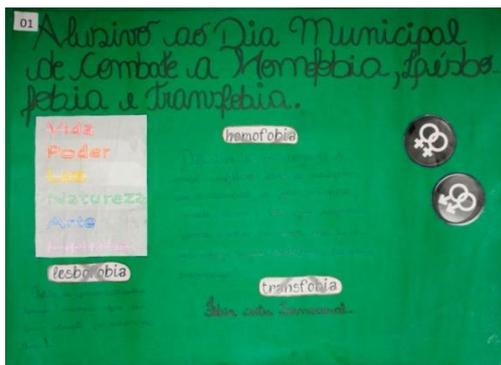
5.2 Categoria NIGS

Todas/os as/os pesquisadoras/es do Núcleo votaram no melhor cartaz por escola e a votação aconteceu online somente.

Os/as estudantes receberam como prêmio uma camiseta e um troféu com a logomarca do NIGS e do concurso de Cartazes para ser entregue a escola.

- Escola Laurita Dutra de Souza

Ganhador cartaz 01 "Alusivo ao dia Municipal de Combate a Homofobia, lesbofobia e transfobia)



- E.E.B Getúlio Vargas –

Ganhador cartaz 02 "Lesbofobia"



- E.E.B Bom Viver - Ganhador cartaz 05"

Homofobia não, eu respeito a diversidade"



- Escola João Gonçalves Pinheiro

Ganhador Cartaz 18 "Na luta contra a Homofobia"



- EBM Luiz Cândido da Luz

Ganhador cartaz 56" Há 01 história por traz de cada pessoa. Há uma razão pelo qual elas são do jeito que são, então não julgue.



- EEB Jurema Cavalazzi

Ganhador cartaz 101 " Deixe a Flor do Respeito desabrochar em você. Diga não as fobias



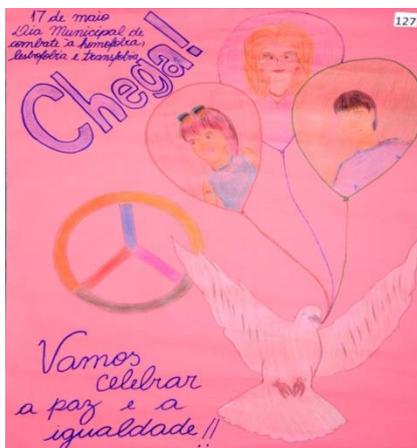
- EEB Dr. Paulo Fontes

Ganhador cartaz 117 "Junte sua voz a Nossa"



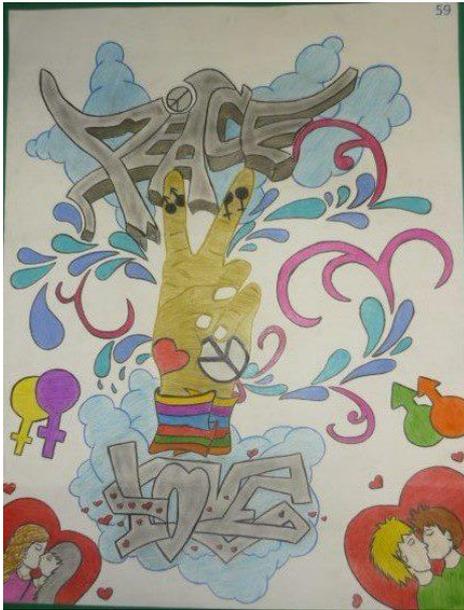
- EEB Wanderley Junior

Ganhador cartaz 127 "Chega! Vamos Celebrar a Paz"



- Instituto Estadual de Educação

Ganhador cartaz 59 "Somos uma única raça, a raça humana"



5.3 Júri Científico

O Júri Científico foi composto por professores/as, pesquisadores/as e outras/os convidadas/os que possuíam algum conhecimento na área do Concurso de Cartazes. Nesta categoria a votação dos cartazes aconteceu conforme alguns critérios pré-estabelecidos no edital: clareza e conformidade com o edital, comunicação do tema proposto no cartaz e estética e originalidade. Vinte e duas pessoas escolheram os três melhores cartazes do Ensino Fundamental e os três melhores do Ensino Médio.

Os vencedores da categoria prêmio científico receberam um conjunto de livros sobre gênero e sexualidade para a biblioteca da escola, enquanto cada membro da equipe do cartaz vencedor recebeu um prêmio individual e um certificado de participação no concurso. O prêmio individual foi uma camiseta do IV Concurso de Cartazes. Os vencedores do prêmio NIGS e popular também ganharam um certificado de participação no concurso.

5.3.1 Categoria Ensino Fundamental do Júri Científico

1º lugar

Título do cartaz: "Na luta contra a homofobia".

Escola E. E. B João Gonçalves Pinheiro.

Alunos e alunas: Iago Rey, Mateus Nonato, Bruna Matarello, Carlos Eduardo dos Santos.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.



1. Lugar: Júri Científico – Ensino Fundamental
Título: Na luta contra a homofobia

b

2º lugar

Título do cartaz: "Somos todos iguais".

Escola E. E. B João Gonçalves Pinheiro.

Alunas: Isadora Rosa Pires, Yasmin Augusto Adame, Júlia Bernardes Rachadel e Nathália Rosa Pires.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.

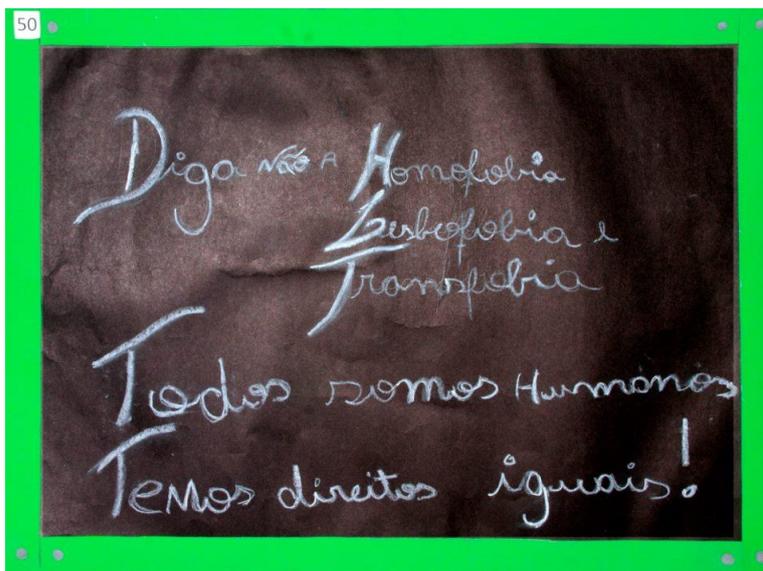


3º lugar (empate)

Título do cartaz: "Somos todos humanos".

E.E.B. Idelfonso Linhares.

Alunas: Luiza Martins e Marlise Keller.



3º lugar (empate)

Título do cartaz: "Há uma história por trás de cada pessoa. Há uma razão pelo qual, elas são do jeito que são. Então, não julgue"

E.B.M. Luis Cândido da Luz.

Alunas: Thays Farias e Tatiana de Oliveira.

Coordenadora Salete dos Santos.



5.3.2 Categoria Ensino Médio do Júri Científico

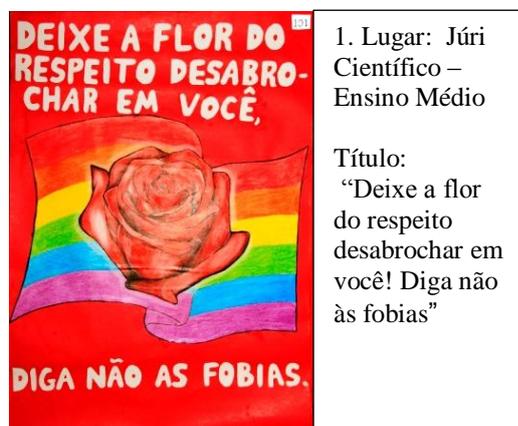
1º lugar

Título do cartaz: "Deixe a flor do respeito desabrochar em você! Diga não às fobias!"

E.E.B. Jurema Cavalazzi.

Aluno: Charles Fernando Constantino.

Coordenadora: Kizy Roberta Ribeiro.



2º lugar

Título do cartaz: "Uma pessoa heterossexual, uma pessoa homossexual".

E.E.B. Dr. Paulo Fontes.

Alunas: Salonym Sharon S. Reis, Steplanie Marcondes.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.



3º lugar

"Vamos combater a homofobia".

E.E.B. Dr. Paulo Fontes.

Alunos e alunas: Dara Marilen, Daffiny de Amorin, Lucas Setúbal, Mychael Ferreira.

Coordenadora Rita de Cássia Peres.





6. PRÊMIO DE EDUCADOR/A DESTAQUE

A Comissão Organizadora do IV Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas considerou válido, ao invés de escolher apenas um ou uma professor/a destaque, premiar todos os/as professores e professoras participantes que orientaram a atividade de elaboração de cartazes pelo compromisso demonstrado com as questões da diversidade, e pela inestimável contribuição para a formação integral de crianças e adolescentes, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e humana para todas/os.

Os/as seguintes professoras/es receberam o certificado Educador e Educadora Destaque em Gênero e Sexualidade e alguns livros sobre a temática do concurso: professora Rita de Cássia Peres (representando as escolas Dr. Paulo Fontes e EBM João Gonçalves Pinheiro), professoras Marlise Keller e Daniela Azevedo (EEB. Ildfonso Linhares), professora Kizy Roberta Ribeiro (EEB Jurema Cavallazzi), professora Cássia Regina Garcia (Instituto Estadual de Educação), professora Paula Dutra Muller (E.E.B. Laurita Dutra Muller), professora Hivanesa Cristina (E.E.B Getulio Vargas), professora Salete dos Santos (E.B.M Luis Candido da Luz), professor Luiz Donizete (E.E.B Bom Viver), professor Marcelo Spitzner (Centro Educacional Municipal Maria Iracema Martins de Andrade) e o professor Rogério Miguel (E.E.B. Wnderley Júnior)

7. VÍDEO E FOTOS DO IV CONCURSOS DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS

7.1 O Vídeo do IV Concurso de Cartazes pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:

http://www.youtube.com/watch?v=9F_8jQd8ZFE&feature=youtu.b



7.2. Fotos dos Cartazes submetidos ao IV concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas pode ser encontradas no seguinte endereço:

<http://www.facebook.com/media/set/?set=a.302286163190587.72817.100002276183418&type=3&l=6373489d98>

CERIMÔNIA DO IV CONCURSO DE CARTAZES

A cerimônia de premiação foi realizada no dia 23 de maio de 2012, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH. Kathilça Lopes de Souza e Bruno Pereira Cordeiro foram os mestres de cerimônia.

Participaram da mesa de abertura da Cerimônia de Premiação do IV Concurso de Cartazes as seguintes autoridades: Professora Dra. Miriam Pillar Grossi (Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), Professora Dra. Joana Maria Pedro (Pró Reitora de Pós Graduação), Professora Dra. Jimena Furlani (Diretora de Extensão da FAED – Centro de Ciências Humanas da Educação), Representante da Excelentíssima deputada estadual Ângela Albino, autora da lei municipal que instituiu o dia 17 de maio como de combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia em Florianópolis, representante do Comitê de Educação contra Homofobia e o Instituto de diversidade da grande Florianópolis, o ROMA, Carolina Odrzywolek (Representando a Coordenadora da coordenadoria de políticas para mulheres da Prefeitura de Florianópolis).

Os professores que coordenaram a atividade de construção de cartazes com as equipes de alunos/as em suas respectivas escolas, tiveram a oportunidade de relatar, no dia da premiação, sobre como ocorreu o processo de discussão e elaboração dos trabalhos referente às temáticas do concurso. Muitos destes/as professores/as apontaram as dificuldades encontradas, como por exemplo, resistência das famílias ou próprios colegas professores/as na discussão sobre homofobia, lesbofobia e transfobia na escola. Por outro lado,



também ressaltaram a satisfação de ver seus alunos/as participando deste concurso, e que este possibilitou a discussão sobre a diversidade sexual e o enfrentamento da lesbofobia, transfobia e homofobia no ambiente escolar.

9. IMPORTÂNCIA DO CONCURSO DE CARTAZES

Desde o ano de 2009 o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades-NIGS/UFSC promove o *Concurso de Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas Escolas*. Este *Concurso* visa à criação artística de cartazes alusivos às questões que envolvem Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas públicas como parte das ações do dia 17 de maio, Dia Mundial de Combate à Homofobia e reconhecido em lei (Nº 7476 de 19 de dezembro de 2007) no município de Florianópolis/Santa Catarina como Dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia.

A exposição de cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e transfobia nas escolas objetiva incentivar os/as professores/as e os/as estudantes de escolas públicas do Estado de Santa Catarina a discutirem em sala de aula temáticas referentes à sexualidade, heteronormatividade, relações homoafetivas, as fobias, o e respeito à diversidade sexual e os direitos humanos.

Foi possível constatar durante a realização da divulgação do *IV Concurso de Cartazes* na Edição de 2012, que a maioria das 27 escolas visitadas pela equipe do NIGS, buscava delegar ao professor de Língua Portuguesa, de Biologia ou de Educação Artística a função de trabalhar e elaborar com os/as alunos/as os cartazes justificando que as temáticas sobre homofobia, lesbofobia e transfobia devem ser abordados nestas disciplinas, contrariando desta forma, as indicações nacionais no campo da educação, pois no Brasil, as temáticas relativas à educação sexual e as relações de gênero não constituem uma disciplina obrigatória e, estas devem ser abordadas de forma transversal em diferentes disciplinas, assim como preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 e 1998). No entanto, percebemos que algumas destas escolas visitadas no primeiro semestre de 2012, ainda não conseguiram implantar no cotidiano escolar as diretrizes que estão indicadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.



Neste ano de 2012 o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades recebeu 88 cartazes com imagens e frases propositivas que ressaltaram sobre a importância do combate a homofobia, lesbofobia e transfobia na sociedade brasileira.

O concurso de cartazes possui como objetivo sensibilizar e desafiar as pessoas a refletirem sobre as questões que dizem respeito à inclusão da discussão sobre a diversidade sexual na escola, à valorização da diferença, à construção de um ambiente de respeito e acolhida para com as diferentes formas de viver a sexualidade e a identidade de gênero. Enfim, busca incentivar a capacidade de reflexão dos alunos sobre os temas das discriminações existentes, sobre a importância de lutar para a igualdade nas diferentes formas de afetividade e de amor, respeitando as diferentes escolhas de vida das pessoas.

Os diários de campo sobre as visitas feitas nas instituições escolares, as conversas informais com alunas/os e professoras/es nos indicam que algumas escolas silenciam ou legitimam práticas e discursos homofóbicos sem refletir sobre os danos que causam no aprendizado e a vida dos/as estudantes.

Neste contexto, é importante ressaltar que a homo-lesbo-trans fobia não é um problema somente de Gays, Lésbicas e Transexuais homossexual, mas sim de toda a sociedade, pois as consequências da homo-lesbo-transfobia na escola resultam na evasão escolar, na discriminação na busca por emprego e na marginalização social de estudantes LGBT.

A escola, o currículo formal e o oculto são fatores determinantes na construção das diferenças e das identidades dos jovens adolescentes. O currículo é "todo um sistema de comportamento e de valores (...) todo o tipo de aprendizagens e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados", toda e qualquer "experiência vivida pelo aluno" (Sacristán, 1995, p. 86 e p. 88). Portanto, também é importante problematizar a ideia de que a escola normatiza, "fabrica" sujeitos, reproduz preconceitos, estereótipos e estimula valores sexistas, racistas e heterossexuais no cotidiano escolar, mas que ela deve apontar espaços e possibilidades para a desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação em relação à sujeitos que são considerados como "diferentes", pois ser diferente não significa ser anormal.



O papel que o *Concurso de Cartazes* assume no cenário de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas pode ser visto, não apenas como importante, mas como uma forma possível de problematização, discussão e reflexão sobre as complexas formas pelas quais as identidades sociais e culturais são constituídas, vivenciadas e normalizadas e *anormalizadas* no contexto escolar e na sociedade.

Acreditamos que a universidade através de seus núcleos de pesquisa e extensão possui a função de criar condições e possibilidade de discussão desses temas na escola, fazendo emergir as crenças e valores locais associados à sexualidade. O acesso ao conhecimento científico sobre sexualidades se dá na mediação entre esta emergência local e ações de formação como, por exemplo, o *concurso de cartazes*.

A realização anual do concurso de *Cartazes sobre Homofobia, Lesbofobia e Transfobia nas escolas* poderá multiplicar ideias, atitudes de combate à homofobia, pois este desafia os/as próprios/as alunos/as e os/as professores/as a discutir sobre esta temática, a rever seus conceitos e valores para produzirem um material de acordo com a proposta do concurso. Também, acreditamos que o trabalho de combate à homo-lesbo-transfobia terá maiores resultados nas escolas, se este for discutido com as/os professoras/es de todas as áreas do conhecimento e com a participação da comunidade escolar (pais e funcionários).

Entendemos que a Universidade pública possui um importante papel na perspectiva de contribuir de forma consistente para a discussão sobre violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros dentro das escolas, colaborando para que todos os sujeitos tenham seus direitos assegurados.

Referências Bibliográficas

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**, Florianópolis, SC, 2011. (Tese de doutorado)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 24ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.



GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Subjetividade, Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2010.

RELATÓRIO ANUAL. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. **Projeto de Extensão “Papo Sério”. Discussões sobre Gênero, Homofobia, Prevenção com jovens em torno da Universidade Federal de Santa Catarina**. NIGS/UFSC, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: Silva, Tomaz Tadeu da & Moreira, Antonio Flavio (Orgs.). **Territórios Contestados – o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 82-113, 1995.

10. EQUIPE DE REALIZAÇÃO DO IV CONCURSO DE CARTAZES SOBRE HOMOFOBIA, LESBOFOBIA E TRANSFOBIA NAS ESCOLAS

Coordenação Geral do Concurso de Cartazes: Miriam Pillar Grossi

Coordenação Executiva: Mareli Eliane Graupe

Bolsistas do NIGS: Anna Carolina Horstmann Amorim, Arianna Sala, Bruna Köppel, Bruno Pereira Cordeiro, Caterina Rea, Izabela Linz, Jimena Massa, Julia Godinho, Kathilça Lopes de Souza, Laura Martendal, Nattany Caruline Santos Rodrigues, Letícia Cardoso Barreto e Felipe Fernandes.

Bolsistas de Prática de Pesquisa: Giovana Cristina Pansera, Maria de Fátima Goulart Capela, Kerolin David, Guilherme Assmann Hennemann, Adriana Barbaresco e Ângelo Augusto Vivan.

Fotógrafo: Ariel Kuhn Quint

Colaboradoras/es: Eduardo Frigério, Michele Ferreira Protski, Maria da Paz, Javier Paez, Géssica Silva, Raruilker Oliveira, Fabricio Lima, Dalva Maria Kaiser e Carolina Odrzywolek.



f) Artigo elaborado para IDAHO

Activities of the Center for Gender Identities and Subjectivities (NIGS), and the political agenda for the struggle against homo-lesbo-transphobia in schools

Mareli Eliane Graupe²³
Caterina Rea²⁴
Felipe Bruno Martins Fernandes²⁵
Miriam Pillar Grossi²⁶

In 2005 the anti-homophobia agenda was strengthened in Brazil with the establishment of the May 17th (International Day Against Homophobia and Transphobia), answering a global call by the French organization “IDAHO Committee”. Headed by French activist and academic Louis George-Tin, it proposes the motto: “*for the recognition of an Universal Day against Homophobia*” as an action policy. Only in 2006, with the ruling “*For an universal decriminalization of homosexuality*”, the activities of this day were consolidated in Brazil, even if only timidly. In this year some activities were organized, for example the approval of the first law institutionalizing this day in an official calendar of the executive branch of government in the municipality of Rio Grande/RS (Law nº 6.257/2006). At a global level, the following years boasted the themes “*No against homophobia, Yes to education*” in 2007, “*No more lesbophobia*” in 2008, “*Against transphobia and for respect to gender identity*” in 2009 and “*Religion, homophobia, transphobia*” in 2010 and 2011. For 2012 the organization proposed the theme “*teach an IDAHO lesson*”, referring, again, to the central position of education in

²³ Doctor in education, Universität Osnabrück, Deutschland (2010). Post-doctoral fellow in social anthropology, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2011-now).

²⁴ Doctor in philosophy, Université Catholique de Louvain (Belgica). Worked as an assistant at the Institut Supérieur de Philosophie (UCLouvain) from 2001 to 2009 and from 2010 to 2011 as chargée de the Université de cours Lille3 (France). Post-doctoral fellow in social anthropology, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

²⁵ Doctor in humanities, Universidade Federal da Santa Catarina, Brasil. Post-doctoral fellow, EHESS Toulouse, France.

²⁶ Doctor in Social and cultural anthropology - Université de Paris V (1988), post-doctoral fellow, Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), University of California-Berkeley and EHESS (2009/2010). Associate professor, department of anthropology, Universidade Federal de Santa Catarina (1989-now). Active in the interdisciplinary humanities and social anthropology post-graduate programs and in the graduate course in social sciences of UFSC.



the struggle against homophobia. Moreover, in 2012 Latin America chose to locally reflect with the slogan “*cures that kill*”, referring to therapies of converting sexual orientation implemented by certain Christian factions.

Homophobia in Brazil, as in other Latin American countries, expresses itself in different intolerant and violent forms. According to data by the *Grupo Gay da Bahia*”, 260 persons were killed in Brazil in 2011 due to homophobic motives. Homophobia is defined as irrational rejection, aversion, fear or hate of: lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals and transgenders (in this text collectively referred to as “LGBTTT”). Limits of a sexual and social order thought of as “natural” are delineated through these different forms of violence (Borrillo, 2001).

Though homophobia as an individual and irrational phenomenon continues to be wide-spread reality in Brazil, the country is increasing its efforts to contest these sexual and social limitations. The 2011 decision by the Federal Supreme Tribunal to recognize equivalence of stable unions with matrimony (also for same sex couples) has appeared as a fundamental first measure to touch and shake social structures of heterosexist order. Even if only in a legal sense, this measure represents a first step to overcome the ideology and the “social organization that considers monogamist heterosexuality as a sexual and affective ideal” (*ibidem*, p. 87). So how can one change mentalities and social and collective images? Activities combating homophobia at school and in society are confronted with these challenges in this complex and paradoxical reality.

In this text, within a global political agenda we seek to present the contributions of the Center for Gender Identities and Subjectivities (NIGS) to the celebration of this date, always in harmony with both the research produced by the center, and the international, national, regional and municipal agendas related to the May 17th.

ACTIVITIES PROPOSED BY NIGS/UFSC

The Center for Gender Identities and Subjectivities of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) was founded in November 1991.

The Center is composed of graduate, master, doctoral and post-graduate researchers conducting academic works on diverse subjects, having in common the fields of queer and feminist theories involving subjects like violence against women and



homo-lesbo-trans-phobia; identities, homosexual, heterosexual and transsexual parenting and conjugality; homo-erotic art; love; gender and sexuality at school; religion and sexuality; feminist movements and the LGBTTTT movement; and policy.

NIGS takes part in many partnerships, amongst which, for the activities against homo-lesbo-transphobia, with the municipal coordinators of policies for women (CMPPM) and it is supported by organizations fighting for the recognition of sexual rights for LGBTs in Florianopolis like ADEH (a trans association) and ROMA (a gay, lesbian and trans association).

In Brazilian reality there is interesting interaction between social movements (fighting against homophobia and for recognition of sexual rights) and the academic field, thus seeking to amplify discussions and resulting work and research in the field of gender studies, sexuality and sexual rights in Brazilian society.

NIGS/UFSC has historically tried to bring university together with the needs in the local community. In 2012 in the fight against homo-lesbo-transphobia, the following institutional projects were implemented: “*Serious talk: gender, sexuality and education*”, “*Poster contest on homophobia, lesbophobia and transphobia*”; and an “*advanced educational course for teachers*” on which we will hereafter report.

PROJECT “SERIOUS TALK: GENDER, SEXUALITY AND EDUCATION” - Implementation of workshops in public schools in Santa Catarina (2007-2012)

Project “Serious talk – gender, sexuality and education” is being developed since 2007. Its main objective is to problematize representations of gender sexuality and violence with young public school students in Florianopolis through theme workshops on the research subjects done by the NIGS graduate and post-graduate researchers.

First the NIGS researchers take part in education about gender, sexuality, violence, theoretical concepts and methodologies in the field of education, so as to afterwards develop the educational workshops at Florianopolis public schools in a team effort. They seek to discuss theoretical references allowing a plural vision about sexualities; and to stimulate reflections on how these subjects are socially represented in our



society; and to know and learn theoretical allowances facilitating production of educational materials contributing to the development of the workshops.

Manifestations of sexuality are present at school, and during the workshops it became clear that many teachers prefer to ignore, hide or repress subjects related to sexuality, based on the idea that sexuality is a subject that should be discussed in a family or private context.

The subject of sexuality is understood as a historic and cultural construct articulating behavior, language, beliefs, desires, postures towards bodies and the ways people live their pleasures. According to Miriam Grossi, “sexuality, being the human erotic practices, is also culturally determined” (GROSSI, 2010, p. 5). According to the author, schools plays an important role in the construction of gender and sexual identity because schools, as part of a discriminating society, produce and reproduce inequalities in gender, race, ethnicity and class in its day-to-day functioning.

Gender therefore serves to determine all that is socially, culturally and historically determined. However, as we shall see, no individual exists without social relations since one is born. Therefore, when we refer to sex, we always act according to the gender associated with the person with whom we are interacting. (GROSSI, 2010: p.5.)

In this project, besides the discussions about gender, sexualities and sexual identities, we seek to reflect on the “culture of violence”, as it was named in Brazil. Violence, being a problem existing inside and outside of schools, manifests itself in various forms to all those involved in the educational process. With the discussion on different types of violence and bullying, it is proposed to discuss the role of school education in the causes of inequalities, especially in the construction of masculinities, in macho, sexist and homophobic behavior. Thus, one also objectifies deconstruction of the idea of an essence or nature explaining and justifying violence, gender inequalities, discriminating actions and inequalities between different social groups resulting from sexual identities different from the ones considered dominant.

In 2011 29 workshops were implemented by the project “*Serious talk*”, 3 of them for 120 university students and 26 in 10 public schools reaching 705 primary and secondary school students. For 2012 several workshops are planned.



The creation of those educational workshops have provided schools with a space of democratic discussion in which the process of “teaching and learning” is shared between the coordinator of the workshop and the students. The coordinator, as a mediator, intermediates between those who learn and that what is learned, following Paulo Freire’s proposal:

One of the essential tasks of a school as a center of systematic knowledge production is to critically treat the understandability and communicability of its subjects and the facts. (...) It is necessary (...) that the student will assume the role of subject of the production of its intelligence in the world, and not only the role of receiver of that which is transferred by the teacher (FREIRE, 2002, p.140)

This way, the educational workshops turn into an important tool to boost the process of teaching and learning, especially because of its practical nature, its flexible approach of the subjects, taking into account the situation of each school and seeking to stimulate participation of all involved.

We prioritize educational workshops because we see them as guided situations of teaching and learning. The workshops start from a collective knowledge process, making active and reflexive participation possible for the students of public schools derived from low income communities, whose culture and knowledge need to be discussed in a school context (as we mentioned above there aren’t many spaces for the discussion of sexuality and subjectivity).

Discussion on gender, sexuality and violence at school facilitates the recognition of cultural, social and historic differences between individuals and, encourages education professionals to work from a pedagogic perspective that valorizes diversity at school.

Following from the teacher reports of the schools in which we implemented the workshops, we can conclude that these subjects are little discussed in a school context and at the same time very much commented on by media, as in some recent soap-operas (very popular TV shows in Brazil) and by some newspapers reporting on and dismissing cases of violence against homosexuals and women.



Through implementation of workshops, in dialogue with teachers of public schools we assess that there is still unpreparedness and insecurity of education professionals, lacking information on these subjects since they lack specific prior schooling or even lack of courage to take a stand on, for example, sexuality and homophobia, towards some traditional family values stating that these subjects should not be treated at schools. Moreover cultural aspects, inherent to each individual, influence and impede coverage of sexuality and gender at school

We would also like to highlight that in Brazil there are the so-called “National Curricular Parameters” (PCNS) published in 1997 and 1998 by the Ministry of Education, who serve as a reference or open, flexible proposal which can or cannot be used in schools in the design of its curriculum. In this official document, subjects on sexuality, gender and violence are contemplated so school teachers will have support justifying the importance and necessity to work on these subjects with their students.

Ultimately coverage of these subjects at school through workshops can provide de- and re-construction of rules and norms necessary for the living together of those who are different without prejudice, stereotypes and discrimination. Working on these subjects within education allows to glimpse that education can contribute to the health and of a society towards a more just and egalitarian life for all.

POSTER CONTEST (2009-2012)

Since 2009, NIGS promotes the *Poster Contest on Homo-, lesbo- and transphobia in schools*. This *contest* aims at the artistic creation of posters referring to the questions involving homo-lesbo-transphobia in public schools, as part of the activities of the May 17th, international day against homophobia, and in Florianopolis (Santa Catarina, Brazil) recognized by law (Nº 7476, 19th of December 2007) as the municipal and state day against homo-lesbo-transphobia.

The display of posters on homo-lesbo-transphobia at school aims to incentivize teachers and students in public schools in the state of Santa Catarina to discuss subjects related to sexuality, heteronormativity, homosexual relationships, prejudice and



discrimination against LGBTTT and to promote the respect for sexual diversity and human rights.

In the current year 2012 the announcement of *the IVth poster contest* was made in the beginning of March and after that the team of NIGS researchers initiated visits to disseminate the *poster contest* and also the *advanced educational course* in public schools. This *advanced educational course on gender, sexualities and homo-, lesbo and transphobia at school* principally aims to contribute to discussion of subjects related to living together with differences, whether racial, religious, class, gender or sexual orientation. It also aims through theoretical and practical references, to provide its participants with instruments to incorporate subjects on gender, sexuality and homo-lesbo-transphobia in their educational practices.

It was possible to assess during dissemination of the *IVth Poster Contest 2012*, that most of the 27 schools visited by the NIGS-team were still in the process of delegating to the Portuguese, biology or gym teacher the job of making and preparing the posters with the students, justifying that the subject of homo-lesbo-transphobia should be covered in these disciplines, thus contradicting national education guidelines, since in Brazil subjects related to sexual education and relationships between gender are not an obligatory discipline and should be treated by all disciplines transversally as covered by the “national curricular parameters (1997 and 1998). However we perceived that some of the schools visited in the first semester of 2012 had not yet been able to implement the guidelines in the national curricular parameters in the school’s day-to-day routine.

In the current year 2012, NIGS received 88 posters with images and propositional phrases highlighting the importance of the struggle against homo-lesbo-transphobia in Brazilian society.

From the 14th until the 25th of May these posters were on display in the hall of the Center of Philosophy and Humanities at the Federal University of Santa Catarina, and this display provides reflections on homo-lesbo-transphobia to the graduate students of these fields as some of these students spent some time appreciating the display and discussing the subjects with the event’s organizers.

During the display, the posters were subject to three different forms of evaluation and prize winning:

1. Place: scientific jury – primary schools
 Title: In the struggle against

the university community chose the three best

1. place:
 scientific jury –
 secondary schools

 Title:
 “Let the flower
 of respect bloom
 inside of you, say
 no to fobias.”



b) Scientific category: Teachers working with the relevant subjects and student and social movements were invited by E-
 1. place: Popular vote
 Title: “We are all equal”
 ific prize category. 22 persons chose the three
 best posters by primary school students and the three best by secondary school
 students.





- c) NIGS category: the NIGS researchers (current and past) voted. This year 11 schools participated and the NIGS researchers chose the best poster for each school, totaling 11 awarded posters.

The three posters above seek to sensitize and challenge the public through images and phrases to reflect on the questions relating to inclusion of the discussion on sexual diversity at school, valorization of differences and construction of a climate of respect and welcome to different forms of expressing sexuality and gender identity. They ultimately show the students' capacity to reflect on existing discriminations, on the importance to fight for equality in different forms of affection and love respecting different choices that people make in life.

The teachers who coordinated poster production with the student teams in their respective schools had the opportunity to report on how discussions and preparations of the works referring to the subjects of the course occurred. Many of these professors point to encountered problems like for example, resistance by families or their own colleague teachers in discussions on homo-lesbo-transphobia, at school. But they also highlight satisfaction to see their students taking part in this contest since it made possible discussion on sexual diversity and confrontation with homo-lesbo-transphobia in a school environment.

In the four editions (2009, 2010, 2011 and 2012) 41 schools and 939 public school students from Greater Florianópolis participated. Some statistics are collected in the following table:

Poster Contest 2009-2012					
Edition/ Year	Nº of posters	Nº participating schools	Nº of students	Nº of teachers	Nº of NIGS researchers
1st Ed. / 2009	19	04	97	04	06
2nd Ed. / 2010	46	08	165	11	18



3rd Ed. / 2011	103	18	367	23	35
4th Ed. / 2012	88	11	310	11	23

The number of people and schools participating in this discussion is still small if compared with the total number of schools and students in Florianópolis, but we consider it a great progress in the perspective of turning these activities into governmental policy in the educational field seeking to promote inclusion and the problematization of homo-lesbo-transphobia at school.

ADVANCED EDUCATIONAL COURSE FOR TEACHERS

As part of the preparations for the IVth Poster Contest, the NIGS offered the *advanced educational course*. It was implemented in 5 modules with a total of 20 hours. A total of 30 teachers participated. Paradoxically, only 3 of these teachers participated as poster coordinators in the *IVth Poster Contest*.

We observe through the visits to education institutes for the implementation of the 5 modules of the *educational course* that some schools silence or legitimize homophobic practices and reasoning without reflecting on the damage it causes in the learning and lives of students.

In this context it is important to highlight that homo-lesbo-transphobia is not just a problem for gays, lesbians and transsexuals but also for the whole of society, since the consequences of homo-lesbo-transphobia at school result in skipping school, discrimination looking for a job and marginalization of LGBTTTT students.

School and the formal and hidden curriculum are determining factors in construction of differences and identities of adolescents. The curriculum is “the whole system of behavior and values (...) all types of learning and absences of them acquired by students as a consequence of being at school” and each and every “experience lived by the student (Sacristán, 1995, p. 86 and p. 88). Therefore, it is also important to problematize the idea that the school normatizes, “produces” subjects, reproduces prejudice, stereotypes and stimulates sexist, racist and heterosexual values in its day-to-



day functioning, but that the school should point to spaces and possibilities for deconstruction of phobias, prejudiced ideas and discriminating practices related to subjects considered “different”, since being different does not mean being abnormal.

The role of the *Poster contest* and *educational course* in the scenario of the struggle against homo-lesbo-transphobia at school can not only be seen as important but also as a possible way to problematize, discuss and reflect on complex ways in which social and cultural identities are formed and normalized *and abnormalized* in the contexts of school and society.

FINAL CONSIDERATIONS

We believe that the university, through its research groups, centers, laboratories and extensions programs (modality of reciprocity of the knowledge produced at the university and it's relation to the community in the surroundings of the campuses), has the function to create conditions and discussion possibilities of these subjects at school, stimulating emergence of local beliefs and values associated to sexuality. Access to scientific knowledge on sexuality is present in the intermediation between this local emergence and educational activities like for example, the *poster contest* and the *Advanced Educational Course for Teachers*.

Annual implementation of the *Poster Contest on homophobia, lesbophobia and transphobia at school* will be able to multiply ideas and attitudes of struggle against homophobia, since it challenges the students themselves and the teachers to discuss these subjects and revisit their ideas and values in order to produce a piece of work in line with the proposal of the course. We also believe that the activities on the struggle against homophobia will have bigger results in schools, if they are discussed with professors of all disciplines and with participation of the school community (parents and personnel).

We feel that public universities have an important role to contribute in a consistent manner to discussion on violence against lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals within school, working together so all subjects have their rights secured.



References

- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. España: Bellaterra, 2001.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**, Florianópolis, SC, 2011. (Tese de doutorado)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 24ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.
- GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Subjetividade, Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2010.
- RELATÓRIO ANUAL. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. **Projeto de Extensão “Papo Sério”. Discussões sobre Gênero, Homofobia, Prevenção com jovens em torno da Universidade Federal de Santa Catarina**. NIGS/UFSC, 2011.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: Silva, Tomaz Tadeu da & Moreira, Antonio Flavio (Orgs.). **Territórios Contestados – o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 82-113, 1995.



g) Projeto Político Pedagógico do Curso GDE

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Estudos de Gênero
Abril de 2012

**PROJETO PEDAGÓGICO – Curso a Distância – Gênero e Diversidade na
Escola (Aperfeiçoamento, n.111)**

1. Apresentação

A Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC através do Instituto de Estudos de Gênero – IEG, vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas e ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, com a participação de professoras vinculadas a vários departamentos de ensino da UFSC apresenta o projeto Gênero e Diversidade na Escola para ser oferecido aos profissionais da Educação Básica da rede estadual de educação do estado de Santa Catarina e da(s) rede(s) municipal (ais) de educação de várias escolas do Estado.

O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação tratando das temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual, possibilitando aos professores/as condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas pedagógicas as relações de gênero, possibilitando a construção de uma educação inclusiva, não sexista e não homofóbica. O curso será desenvolvido durante cinco meses com



acompanhamento de uma equipe selecionada pela Universidade, equipe esta formada por: tutoria, coordenação, supervisão do curso entre outros.

2. Justificativa

Considerando a Constituição Federal que institui a igualdade de todos e todas, assim como a LDB, o Plano nacional da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam para uma educação inclusiva, não sexista e não racista.

Considerando igualmente o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Programa Brasil sem Homofobia e a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Considerando que a formação dos/as profissionais da educação, historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício ou continuada, não têm respeitado a diversidade e contemplado mais precisamente o debate dos temas de gênero, de raça e de orientação sexual.

Considerando a necessidade urgente de introduzir estas temáticas nas formações dos/as educadores esta instituição está disposta a contribuir oferecendo aos educadores/as brasileiros/as instrumentos para refletir a respeito desses temas e proporcionando condições para efetivar uma educação inclusiva e não sexista.

Por último, a escola é o espaço sócio cultural em que as diferentes identidades se encontram e se modelam, caracterizando-se, portanto, como um dos lugares mais importantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Daí a importância de se formarem professores e professoras, orientadores/as pedagógicos/as, gestores e demais profissionais da educação básica quanto aos conteúdos específicos das relações de gênero, étnico-raciais e da diversidade de orientação-sexual, para que saibam trabalhar com seus alunos e alunas o tema da diversidade em suas variadas formas e transversalmente.



3. Objetivos

Os objetivos a serem alcançados pelo curso são:

- Desenvolver a capacidade dos/as professores/as da Educação Básica da rede pública de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, índios e índias, mulheres e homossexuais, dentre outros grupos discriminados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável;
- Contribuir para a formação de profissionais em educação, em especial professores da Educação Básica, capazes de produzir e estimular a produção dos alunos e de alunas nas diferentes situações do cotidiano escolar, de forma articulada à proposta pedagógica e a uma concepção pós-construtivista de aprendizagem;
- Elaborar propostas concretas para utilização dos acervos culturais existentes nos diferentes contextos escolares no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento;
- Desenvolver estratégias de formação de professor@s pesquisador@s, de autoria e de leitura crítica no aproveitamento dos diferentes recursos pedagógicos, das diferentes mídias;
- Incentivar a produção de materiais didáticos de apoio pel@s própri@s alun@s do curso e o intercâmbio de tais materiais e experiências bem sucedidas, (bem como dificuldades enfrentadas) entre @s professor@s cursistas;



- Contribuir para a promoção da inclusão digital através de conteúdos transformadores de comportamentos discriminatórios de gênero, étnicos e de orientação sexual no país;

4. Perfil Desejado d@ Formand@

Os/as profissionais a serem formados no curso Gênero e Diversidade na Escola serão preferencialmente profissionais da rede pública do Estado de Santa Catarina sendo professores/as diretores/as, gestores/as, coordenação e supervisão pedagógica, além de outr@s profissionais da educação como pessoal administrativo das secretarias e de apoio das escolas.

5 Nível de Atuação do Formando

- (X) Educação Básica
- () Educação Infantil
- () Ensino Fundamenta
- () Ensino Médio
- () Educação Superior

6. Papel d@s Docentes/Tutor@s

Para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do Curso os docentes/tutores terão as seguintes funções:



A/O tutor/a é responsável pelo estímulo à interatividade, pela dinamização de grupos virtuais de colaboração, pelo atendimento às dúvidas d@s cursistas, pela dinamização de momentos presenciais e de aplicação de instrumentos de avaliação, presenciais e a distância.

O tempo dedicado à tutoria deve ser distribuído entre as ações de: estímulo ao acesso d@s cursistas ao ambiente e; à utilização de ferramentas de comunicação e de interatividade.

A comunicação entre cursistas e tutor@s ao longo do curso deve ser feita via internet (e-mails, fóruns, listas de discussão, chats), telefone e fax e pelo contato direto, nos momentos presenciais.

Dinamização de momentos presenciais e orientação aos cursistas nas dúvidas quanto ao acesso ao ambiente e uso das ferramentas de aprendizagem, e encaminhamento das que exijam apoio técnico mais específico aos profissionais do apoio técnico;

Orientação acadêmica quanto ao programa em curso, em conjunto com a coordenação de tutoria;

Acompanhamento da aprendizagem e do desempenho d@s cursistas durante o programa;

Aplicação e correção de tarefas constantes do processo de avaliação;

Encaminhamento à Coordenação de tutoria de documentos e relatórios necessários ao controle do desempenho d@s cursistas;

Participação nas tarefas de avaliação do programa.

7. Estratégias Pedagógicas

Atendendo aos objetivos do GDE, a oferta do curso Gênero e Diversidade na escola se dará da seguinte forma:



7.1 Quanto ao curso

- ⇒ Durante o mês de junho de 2012 se dará a divulgação do curso
- ⇒ Início do curso previsto para agosto de 2012.
- ⇒ Na segunda semana de agosto será realizado o primeiro encontro presencial dos/as profissionais matriculados no curso.
- ⇒ Na terceira semana será iniciada efetivamente o curso via sistema moodle.
- ⇒ As aulas presenciais serão realizadas em quatro encontros totalizando 20 horas.
- ⇒ Será realizado mais um encontro presencial em dezembro de 2012 para encerramento do curso e apresentação dos trabalhos de conclusão dos/as professores/as participantes.
- ⇒ O curso à distância terá uma carga horária de 180 horas/aula. A carga horária total será de 200 horas aula (180 h/a à distância e 20 h/a presenciais).

7.2 Quanto aos professores/as cursistas:

- ⇒ Na primeira quinzena de julho de 2012 serão realizadas as inscrições dos/as interessados.
- ⇒ Na última semana de julho de 2012 será realizada a seleção e efetivada a matrícula dos/as selecionados/as.

7.2 Quanto aos tutores/as:

- ⇒ No mês de junho de 2012 será feita a inscrição e seleção dos/as tutores/as.



⇒ No mês de julho será feita a formação dos/as mesmos/as.

⇒ A partir da seleção dos/as tutores/as serão realizadas reuniões a cada três semanas para acompanhamento das atividades pedagógicas e de orientação dos/as tutores/as para uma melhor atuação de cada um@ nas suas devidas turmas.

8 Currículo

O currículo que será desenvolvido neste curso é o currículo proposto no curso Gênero e Diversidade na Escola como consta nas páginas 52 a 54 do manual operacional Rede de Educação para a Diversidade. Ou seja:

Estrutura Curricular:

MÓDULO I – ABERTURA

UNIDADE 1: ORIENTAÇÕES

-Projeto

-Metodologia

-Cronograma

-Avaliação

Ambiente e-ProInfo

UNIDADE 2: DIVERSIDADE

-Apresentação

-Uma definição de cultura

-A diversidade cultural



- Etnocentrismo, estereótipo e preconceito
- Dinâmica cultural e respeito e valorização da diversidade
- O ambiente escolar em face dos temas tratados

MÓDULO II – GÊNERO

UNIDADE 1: GÊNERO: UM CONCEITO IMPORTANTE PARA O CONHECIMENTO DO MUNDO SOCIAL

- Apropriação cultural da diferença sexual
- Importância da socialização na família e na escola
- Construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero
- Diferenças de gênero na organização social da vida pública e privada

UNIDADE 2: A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

- Discriminação de gênero no contexto da desigualdade social e étnico-racial
- A importância dos movimentos sociais
- A contribuição dos estudos de gênero
- A permanência da violência de gênero
- Participação feminina no mercado de trabalho: indicador preciso da desigualdade de gênero

UNIDADE 3: GÊNERO NO COTIDIANO ESCOLAR

- Escola como espaço de equidade de gênero
- O gênero na docência
- Diferenças de gênero no cotidiano escolar
- Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero
- Práticas esportivas construindo o gênero
- Gênero no currículo escolar



MÓDULO III - SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

UNIDADE 1: SEXUALIDADE: DIMENSÃO CONCEITUAL, DIVERSIDADE, DISCRIMINAÇÃO

- Sexualidade, sociedade e política
- A noção moderna de sexualidade
- O corpo e a sexualidade
- Identidade de gênero e orientação sexual
- Orientação sexual: desejos, comportamentos e identidades sexuais
- O combate à discriminação sexual

UNIDADE 2: SAÚDE, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

- As experiências e as visões dos/as jovens sobre saúde, sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo, prazer, afeto, Aids e drogas, a partir do recorte de gênero, étnico-racial e de classe.
- Os limites e as possibilidades das propostas educativas no âmbito escolar focadas na saúde, na reprodução e na sexualidade
- A importância de ações conjuntas de diferentes instituições do governo, de empresas e da sociedade civil na construção de ações educativas e assistenciais relativas à saúde, à sexualidade e à reprodução

UNIDADE 3: SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

- Diversidade sexual na escola
- Controle sobre o gênero e a sexualidade a partir de jogos e brincadeiras
- Espaços formais de educação sexual na escola
- Diferentes fontes de informação sobre sexualidade



MÓDULO IV – RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

UNIDADE 1: NOÇÕES DE RAÇA, RACISMO E ETNICIDADE

- Os conceitos de raça, racismo e etnicidade
- Sistemas de classificação de cor e raça em uma perspectiva comparada: as diferenças nas classificações raciais entre Brasil e Estados Unidos
- A relação entre as classificações raciais e as formas de racismo
- A inter-relação entre raça, sexualidade, etnia e gênero

UNIDADE 2: DESIGUALDADE RACIAL

- Raça, gênero e desigualdades: alguns dados
- As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil
- Estereótipos, preconceito e discriminação racial

UNIDADE 3: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL TAMBÉM SE APRENDE NA ESCOLA

- “Escola Sem Cor” em um país de diferentes raças e etnias
- Estereótipos e preconceitos étnico-raciais no currículo escolar
- Do combate ao racismo à promoção da igualdade étnico-racial
- O que muda com a Lei nº 10.639/2003
- As Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais

MÓDULO V – AVALIAÇÃO

- Elaboração do Memorial
- Produção e apresentação do trabalho final
- Realização da auto-avaliação



9. Recursos Humanos e Materiais

a) Recursos humanos:

Para a efetivação do curso com qualidade serão necessários:

a) Recursos Humanos:

- Uma coordenação geral
- Uma supervisora
- Dois assistentes administrativos (um para acompanhar o curso e outro para acompanhar o registro acadêmico e certificação)
- Um especialista de informática e/ou diagramador
- Um web designer e/ou instrucional designer
- 14 tutores/as à distância e
14 tutores/as presenciais
- 07 professoras/es

b) Recursos Materiais

- Aquisição de livros que tratam das temáticas de Gênero/ raça/ etnia/ orientação sexual.
- Material de consumo;
- Aluguel de auditórios para realizar encontros presenciais;
- Aluguel de carro;
- Contratação de painelistas especialistas nas temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual para a formação dos/as tutores/as e para os seminários presenciais com os/as cursistas;
- Produção de vídeo-aula;



10 Previsão de Atendimento

O curso será oferecido a 300 profissionais da educação da Educação Básica do Estado de Santa Catarina, sendo que a concentração e disponibilização do espaço físico para o atendimento aos cursistas será nos seis polos (ARARANGUÁ, FLORIANÓPOLIS, ITAPEMA, PALMITOS, POUSO REDONDO e PRAIA GRANDE) que participarão desta formação.

11 Currículo *Lattes*

(Apresenta o currículo *lattes* dos recursos humanos envolvidos no curso)

Profa Dra Miriam Pillar Grossi – coordenadora geral do IEG e do Projeto GDE

<http://lattes.cnpq.br/0818383116633579>

Prof Dra Mara Coelho de Souza Lago – coordenadora do IEG

<http://lattes.cnpq.br/6583395359129312>

Miriam Pillar Grossi



Relatório de Estágio Pós-doutoral
Dezembro de 2011 a novembro de 2012
Mareli Eliane Graupe Eliane Graupe